

Vozes insurgentes de mulheres negras

DO SÉCULO XVIII À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Bianca Santana

ORGANIZADORA

M
MAZA
edições



A circulação de textos escritos por mulheres negras e de dados biográficos de intelectuais negras têm aumentado significativamente. Ainda assim, conhecemos pouco das palavras publicadas por essas mulheres antes do tempo atual.

No Brasil, pelo menos, desde o século XVIII, mulheres negras escrevem sobre sua condição em cartas, romances, artigos de jornal, diários, letras de música, ensaios, artigos acadêmicos, contos, crônicas, discursos, poemas e entrevistas. Acessar suas palavras permite-nos conhecer perspectivas diversas de nossa história e diferentes interpretações sobre quem somos.

A proposta deste livro é facilitar o acesso à escrita e à fala de mulheres negras, em uma espécie de genealogia do pensamento de mulheres negras e de um feminismo negro brasileiro. Publicar, ler e estudar essa produção intelectual conforma novas epistemologias, além de reconhecer mulheres negras, individual e coletivamente, como produtoras de conhecimento.

Retomar estes textos históricos coloca, também, a possibilidade de compreender características próprias da diáspora africana

Vozes
insurgentes
de mulheres
negras

DO SÉCULO XVIII
À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Vozes insurgentes de mulheres negras

DO SÉCULO XVIII
À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Bianca Santana

Organizadora



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)

VOZES INSURGENTES DE MULHERES NEGRAS: DO SÉCULO XVIII À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI -
Copyright © 2019 Fundação Rosa Luxemburgo. Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de "Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas" (BY-NC-ND)

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

Escritório Brasil – São Paulo

Diretor: Torge Löding

Coordenadores: Christiane Gomes - Daniel Santini
Jorge Pereira Filho - Verena Glass

Administrativo: Aídee Sequeira - Andressa Souza - Davide Simadon
Debora Ruiç - Everalda Novaes - Marilisa Eguchi

Edição e Produção Gráfica: Maçça Edições

Organizadora: Bianca Santana

Coordenação geral: Christiane Gomes

Revisão: Lourdes Nascimento

Projeto gráfico e diagramação: Sylvia Vartuli

Imagens: (miolo) Shutterstock Automation5 / (capa) Shutterstock Nirutpics

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

V977 Vozes insurgentes de mulheres negras / organizado por Bianca Santana. - Belo Horizonte : Maçça Edições, 2019.
304 p. : il. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7160-720-0

1. Feminismo. 2. Representatividade. 3. Resistência. I. Santana, Bianca. II. Título.

2019-841

CDD 305.42
CDU 396

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410



Para Lucas, Pedro, Cecília, Ilundy, Camilo,
Serena, Akins, Maria Odara, Fidel, Jose Luiz,
Laura, Luka, Dominic, Luyara,
nossa esperança mais bonita de futuro,
porque nossos passos vão ao longe.

Agradecimentos

À Editora Mazza, autoras, herdeiras e herdeiros, por abraçarem este projeto.

À Fundação Rosa Luxemburgo, por garantir as condições materiais para esta publicação.

Ao Taata Mutá Imê e à Casa dos Olhos do Tempo que Fala da Nação Angolão Paquetan pelos cuidados e orientações.

À Sueli Carneiro e ao Edson Cardoso, por indicarem caminhos de forma tão generosa.

A Cleusa Aparecida da Silva, Maria Dutra de Lima, Amauri Mendes Pereira e Geledés - Instituto da Mulher Negra, por permitirem o acesso e a disseminação de textos raros.

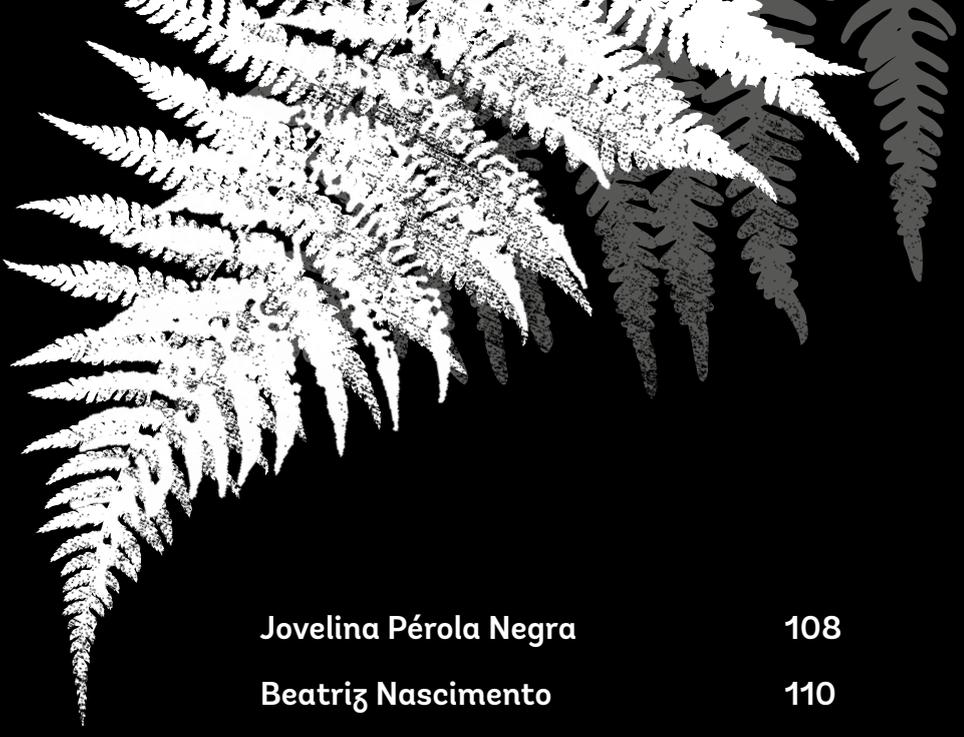
À Sandra Silva, que, além do companheirismo na vida, trabalhou intensamente no contato com herdeiras e autoras.

À comadre Maitê Freitas, Cidinha da Silva, Christiane Gomes, Juliana Gonçalves, Aline Godoy, Mariana Belmont, Vanessa Nascimento, Regina Adami e ao Douglas Belchior, pela interlocução constante e inspiradora.

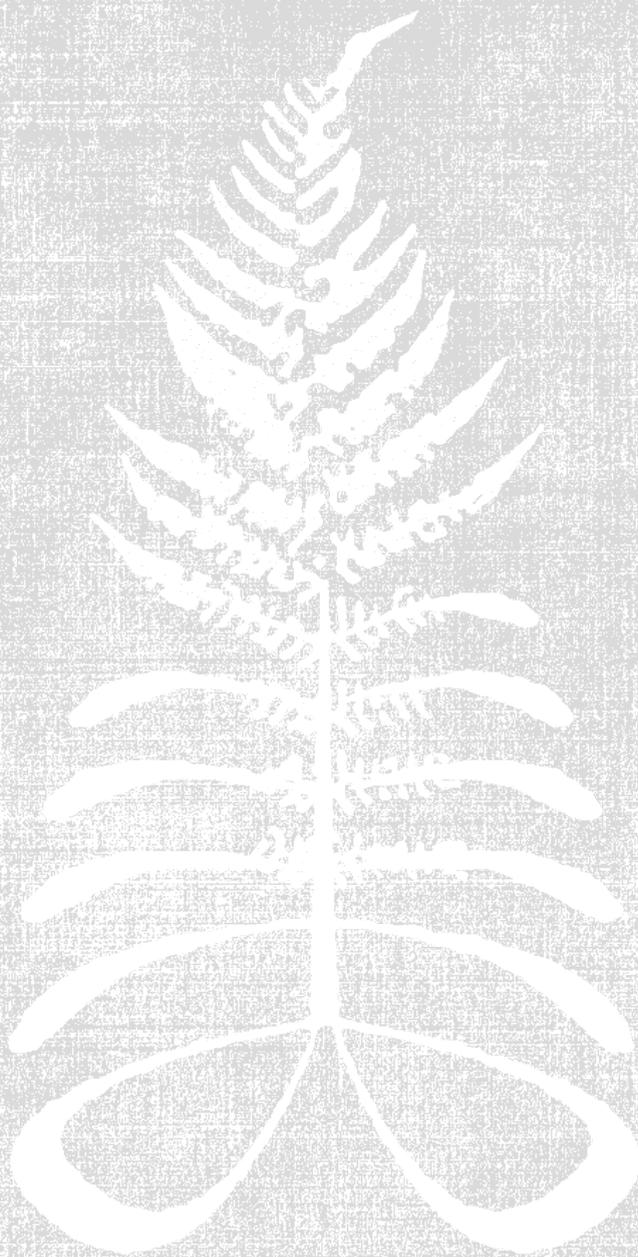
À minha mãe, Maria de Jesus, e ao companheiro Sergio Amadeu da Silveira, por compartilharem o trabalho de reprodução e de cuidados para que eu pudesse me dedicar a estas páginas.

Sumário

Prefácio	11
Apresentação	17
Esperança Garcia	20
Maria Firmina dos Reis	22
Antonieta de Barros	26
Eunice Cunha	30
Maria de Lurdes Valle Nascimento	34
Laudelina de Campos Mello	38
Carolina Maria de Jesus	58
Neusa Maria Pereira	64
Leci Brandão	68
Dona Ivone Lara	70
Lélia Gonzalez	72
Mãe Stella de Oxóssi	104



Jovelina Pérola Negra	108
Beatriz Nascimento	110
Benedita da Silva	116
Luíza Bairros	128
Elisa Lucinda	140
Nilma Bentes	144
Sueli Carneiro	162
Cida Bento	192
Jurema Werneck	210
Matilde Ribeiro	234
Cidinha da Silva	274
Conceição Evaristo	294
Posfácio	299



Prefácio

Narrativas de liberdade: o grito insurgente de mulheres negras

Juliana Gonçalves

Nossos passos vêm de longe...

É insurgente toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E, quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário. Por meio de minucioso e sensível trabalho de pesquisa, Bianca Santana compila neste livro escritos de mulheres negras insurgentes e igualmente inspiradoras.

Em tempos nos quais parece que temos uma revolução não parida, um grito sufocado na garganta, ler palavras de luta e doçura estimula-nos, acalenta-nos. Nesse sentido, “nossos passos vêm de longe” não é um *slogan*, é a verdade narrada por essas mulheres que sempre lutaram. Que disseram o que os outros tinham medo de dizer. São vozes potentes, são vozes que foram subalternizadas por séculos. São vozes INSURGENTES.

É a escravizada dialogando com senhores de engenho, como a carta de Esperança Garcia de 1770 que abre este livro. São as subalternizadas assumindo fala. Vozes negras que foram jogadas na “lata do lixo da sociedade brasileira”, mas que neste trabalho, também gestado por mulheres negras, “o lixo vai falar e numa boa”, como afirmou Lélia Gonzalez.

A doméstica, a catadora, a deputada, a ialorixá, a médica, a escritora, a psicóloga, a filósofa... São tantas vivências de mulheres negras aqui registradas que conseguimos traçar um amplo espectro histórico do que significa essa identidade de mulher negra.

Para quem sabe da importância de criarmos cada vez mais registros históricos sobre nós, o livro revela o processo político-pedagógico que conduz a escrita das mulheres negras. São escritos que desafiam a articulação cruel do patriarcado e do racismo, seja se valendo da forma acadêmica imposta, seja no melhor da nossa oralidade, o *pretuguês* de Lélia, que é retomado fortemente em Nilma Bentes e seu relato vívido sobre a participação das mulheres negras na II Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, realizada em 2001, em Durban.

Mulheres negras que, mesmo tratadas como “coisa”, nunca perderam sua humanidade. E foram e são infinitas as tentativas de nos mostrar o “nosso lugar”, de relegar nossas necessidades, de nos tornar subumanas.

Enquanto registro histórico, a leitura desses escritos é fundamental para dimensionarmos a nossa luta. Não é sem incômodo que percebemos a contemporaneidade de pensamentos e ações por anos combatidos pela luta antirracista. “O cativeiro moral para nós negros ainda perdura”, alertou-nos Antonieta de Barros em 1934, em um texto que poderia ter sido escrito hoje.

Enquanto feminista negra, empolga-me a ideia de acompanhar a genealogia do pensamento feminista negro no Brasil. E, quando penso o quanto até hoje as feministas negras sofrem ataques que ignoram as construções políticas realizadas ao longo dos anos, reforça-se a percepção de que poucos leem o que escrevem as mulheres negras.

“Enegrecer o feminismo”, de Sueli Carneiro, constituiu-se como um movimento muito além de “pinelar com tintas pretas uma ideologia branca”. Sueli retoma Lélia para lembrar que foi preciso muitos embates dentro do movimento feminista brasileiro para que ele se distanciasse do viés eurocentrista. Ou seja, foi a ação política de mulheres negras que alterou os “comportamentos e instituições sociais” do feminismo.

Desse modo, mulheres negras valeram-se das “novas ferramentas de luta para superação de quadros de subordinação” trazidas pelo feminismo, como Jurema Werneck pontua, e colocaram “raça” na centralidade do debate sobre hierarquias de gênero ao mesmo tempo que resgataram a nossa história de resistência e luta ancestral que o feminismo eurocêntrico ignorava.

É de uma riqueza infinita ler neste livro, sob diferentes óticas, como as mulheres negras trazem para o debate feminista a indiscutível associação do patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo na reprodução das desigualdades. Ler Sueli em diálogo com Lélia, que já é ancestral, e com Regina Nogueira, importante médica negra viva e atuante no movimento de mulheres negras; ler Jurema citando bell hooks; Luiza Bairros trazendo Patricia Hill Collins, tudo isso tece uma narrativa inspiradora que atravessa a diáspora e o tempo.

Luiza também elabora brilhantemente as articulações do racismo e sexismo sobre os corpos de homens negros. Diferentemente do que afirma o senso comum sobre feminismo negro, as feministas negras foram as primeiras a pensar a masculinidade negra numa perspectiva da reparação e como esse debate é algo fundamental para o nosso povo.

A carga histórica dos textos também é elemento de celebração. Entender os bastidores da luta pelo reconhecimento da dignidade e regulamentação do trabalho doméstico por meio dos depoimentos de Maria de Lurdes Valle Nascimento, de 1949, e por Laudelina de Campos Mello, na década de 1990, ganham uma dimensão alargada quando lemos Lélia articulando os ideários racistas, sexistas e capitalistas que rendem à mulher negra o lugar determinado dentro dos estigmas da “mulata, da doméstica e da mãe preta”.

Os textos pincelam trajetórias individuais de importantes mulheres negras que por anos ficaram fora da historiografia oficial. É simbólico que esse resgate se dê, sem dúvidas, pelas mãos de outras mulheres negras, a exemplo do texto de Cidinha da Silva, que revela uma dimensão pouco falada sobre as mulheres negras no interior dos movimentos *Hip Hop* e do *rap*.

Já Matilde Ribeiro traça uma minuciosa exposição cronológica acerca das construções do movimento de mulheres negras em diálogo com a institucionalidade e com o âmbito internacional.

Outro texto que chama a atenção, inclusive pela atualidade do debate, são os escritos de Cida Bento sobre as cotas. Essa política afirmativa com recorte racial que, 14 anos depois de provar sua necessidade e efetividade, tem mais uma vez sua legitimidade questionada em 2019. Cida rebate os principais argumentos racistas, focados na manutenção dos privilégios da branquitude (seja de direita ou de esquerda) com leveza e ironia.

Dos sambas de Jovelina Pérola Negra e Leci Brandão, sem esquecer os poemas de Elisa Lucinda, Conceição Evaristo e o diário de Carolina de Jesus, o legado histórico,

social e psíquico da experiência feminina negra no Brasil vai se revelando nas mais diferentes esferas.

No campo da institucionalidade, o pronunciamento de Benedita da Silva no Senado Federal, em 1995, é brilhante e inspirador. Como deve ter sido potente ouvi-la falando palavras de liberdade com seu vozeirão naquele púlpito tão masculino e embranquecido. Relembrando desde a expulsão dos holandeses, passando por Palmares, pela república, das revoltas populares do Pará ao Rio Grande do Sul, da luta pelo abolicionismo à luta contra a ditadura militar. Os pretos e pretas são linha de frente. Ler suas palavras lembra-nos que fizemos o bolo todo e não vamos nos contentar com apenas uma parte.

Por fim, destaco o trecho em que Lélia fala sobre a dialética entre consciência e memória que me trouxe reflexões profundas a respeito do nosso papel enquanto mulheres negras: lançar luz às nossas memórias, registrando essa história que a consciência, ao expressar o discurso dominante, insiste em soterrar. É esse movimento que este livro faz.

Em tempos em que a leitura é um privilégio, seja pela falta de tempo ou por falta de ferramentas para entender os códigos, sonho aqui que este livro será um grande instrumento para as mulheres negras. E, a exemplo das rodas de leitura da tese de doutorado de Sueli Carneiro promovidas neste ano por Bianca Santana, eu mesma, e tantas outras mulheres, espero que possamos com *Vozes Insurgentes de Mulheres Negras* sentar em roda, ler em voz alta esses inscritos, trocar, para que juntas possamos, cada vez mais, ressignificar o passado e sonhar o futuro.



Apresentação

Nós somos o movimento
O mundo se move em nós
A ginga de nossas ancestrais
Ecoa em nossa voz^{1*}

Ter voz. Visibilidade. Representatividade. Expressar-se para manifestar suas angústias, críticas, histórias, alegrias, conquistas. Ter a capacidade de ampliar sua fala, de colocar a palavra em movimento e fazer com que ela possa alcançar corações e mentes e, por que não, transformá-las. Isso (entre muitas outras coisas) foi, por muito tempo, negado de forma veemente às mulheres negras brasileiras, reflexo do passado escravocrata e colonial que, em pleno ano de 2019, insiste em vigorar no país.

Diante de tal cenário, é uma honra imensa ter a possibilidade de reunir em uma publicação vozes de mulheres negras tão diversas que, desde o começo do século XVIII contam suas histórias em primeira pessoa. Isso nos leva à construção de uma linha do tempo que fortalece ainda mais a expressão eternizada no livro organizado por Jurema Werneck (que integra esta publicação) de que nossos passos vêm de longe.

1 * Trecho da composição “O mundo se move em nós” autoria Coletiva Negras Pretas que integrou o repertório do Carnaval 2019 Negras Vozes – Tempos de Alakan do bloco Ilú Obá de Min.

Hoje, as jovens afrodescendentes que conquistam seu espaço, com muita luta, nos livros, nas redes sociais, nas universidades, nas escolas, nas ruas, ampliando nossa representatividade, só o fazem porque nossas antigas trilhamos este caminho há muitos anos. Seguimos nós nesta caminhada, amplificando essas vozes em alto e bom som e letra.

Estava em minha licença maternidade, no auge do meu puerpério, quando, ao receber a visita de Bianca Santana, dialogávamos sobre ideias de trabalho e projetos. Queríamos fazer um livro que pudesse mostrar a potência que amplia seu estado quando encontra lugar nas mulheres negras. Queríamos visibilizar perspectivas de figuras que não são conhecidas até mesmo no círculo de mulheres negras ativistas. Ao mesmo tempo, queríamos juntar em um livro Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Nilma Bentes, Luiza Bairros. Entre conversas, bolo e café, uma grande ficha nos caiu: não havia uma publicação que pudesse reunir textos fundamentais de mulheres negras, ou seja, um recorte da genealogia do feminismo negro brasileiro, antes mesmo até que fosse cunhado e conhecido o termo. Não havia um material que pavimentasse esse caminho que trilhamos hoje. Assim a semente foi plantada, germinou e cá temos, em mãos, o fruto.

Fruto este que a Fundação Rosa Luxemburgo tem a alegria de ser o instrumento para fazer brotar. Em um contexto político no qual o racismo e o machismo se escancaram na sociedade brasileira, a Fundação tem a certeza de que propiciar a ampliação da diversidade destas vozes insurgentes de mulheres negras é urgente e fundamental. Este livro representa a pluralidade de vivências e olhares que fundamentaram o feminismo negro,

ou melhor, a ação do movimento de mulheres negras no Brasil. Afinal, o racismo é tão vil que nos nega até o direito de sermos diversas. Os textos que aqui estão poderiam ter sido escritos hoje, o que comprova a urgência dos debates que estas mulheres difundiram desde a época de Esperança Garcia, passando por Laudelina de Campos Mello, Carolina de Jesus, Lélia Gonzales. Inegável que tivemos conquistas e avanços desde quando Esperança Garcia se tornou a primeira mulher negra escravizada advogada no Piauí. Porém, os corpos negros femininos seguem sofrendo com os diversos tipos de violência, resultado das opressões que se interseccionam no gênero, raça, classe e sexualidade.

Aqui temos relato, discurso, entrevista, poema, composição, texto jornalístico, conteúdos que dialogam e se complementam em um documento histórico que enche meu coração de orgulho por fazer parte disso. Vale a pena registrar aqui que ainda há uma vasta produção de mulheres negras, nossas antigas, a ser “descoberta”, conhecida e que, por motivos de tamanho e necessidade de critérios, ficaram de fora desta publicação.

Quem sabe este seja um caminho para *Vozes Insurgentes de Mulheres Negras* alcançar seu segundo volume. Afinal, fomos, somos e seremos muitas. Como dizia a mensagem de uma camiseta usada certa vez por Marielle Franco: diversas, mas não dispersas.

Seguimos em frente, com a força de nossas ancestrais.

Christiane Gomes

Jornalista e coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo Brasil.

>>>

~~Esperança~~ ~~Garcia~~

(Fazenda Algodões, PI, 1751 - ?)

Esperança Garcia,
mulher negra africana,
escravizada no século XVIII.
Em 1770, escreveu esta carta,
de próprio punho, endereçada
ao governador do Piauí.
Em 2017, recebeu o título
de primeira advogada
do Piauí, da Ordem dos
Advogados do Brasil
(OAB-PI).

*Carta de 1770,
endereçada
ao então
governador
do Piauí*

Eu sou uma escrava de V.Sa. administração de Capitão Antonio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.Sa. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha os olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda onde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V.Sa. sua escrava, Esperança Garcia.

>>>

Maria Firmina dos Reis

(São Luís, MA, 1822 – Guimarães, MA, 1917)

Escritora maranhense, considerada
a primeira romancista brasileira.
Abolicionista, jornalista e professora.
Em 1859, 29 anos antes da abolição,
publica o romance *Úrsula*,
celebrado pela imprensa local.

**PRÓLOGO AO
ROMANCE
ÚRSULA**

*Publicado no
Maranhão,
em 1859*

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.

Então por que o publicas? perguntará o leitor.

Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa — os defeitos, os achaques, as deformidades do filho — e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado.

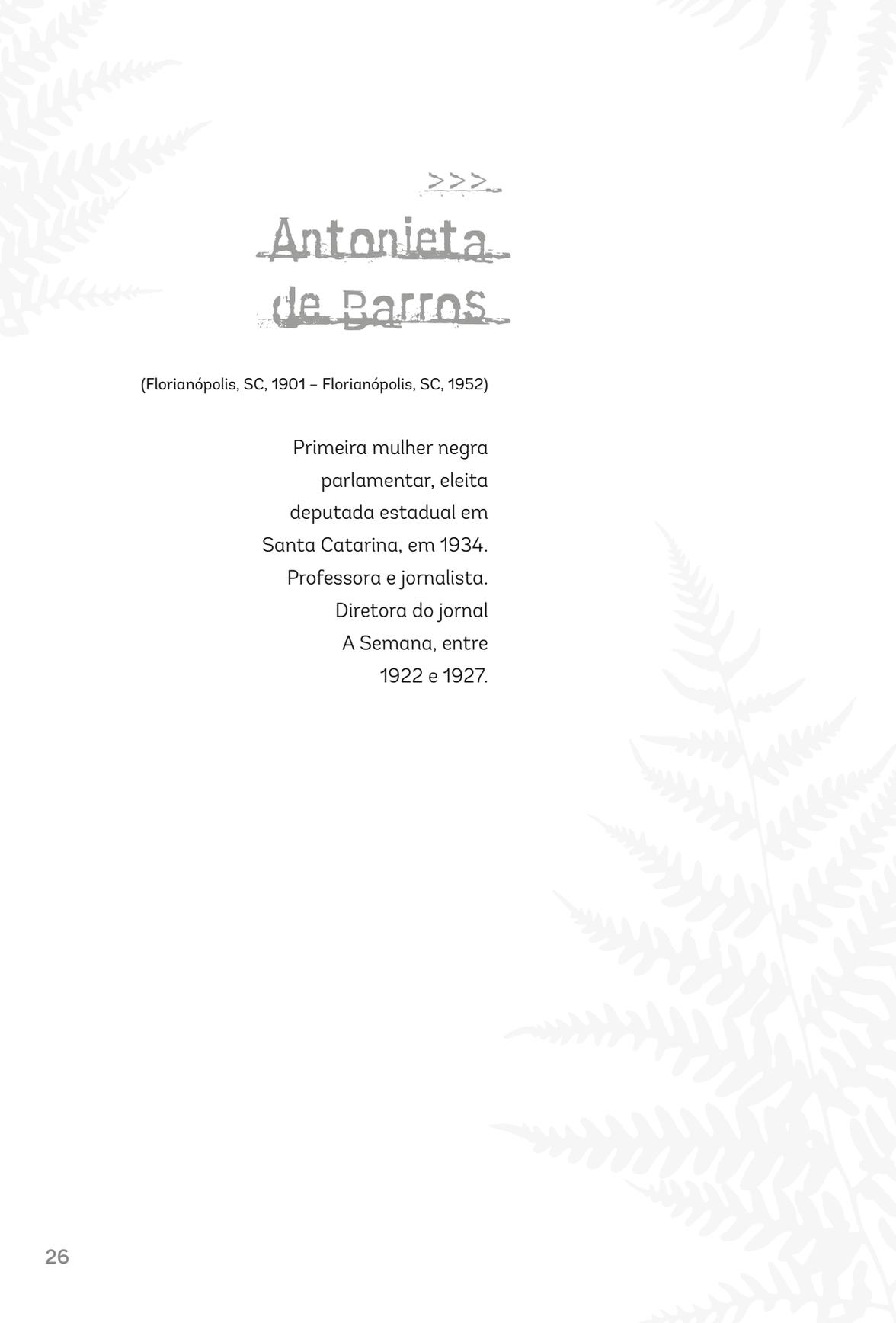
O nosso romance, gerou-o a imaginação, e não o soube colorir, nem aformosentar. Pobre avezinha silvestre, anda a terra, e nem olha para as planuras onde gira a águia.

Mas ainda assim, não o abandoneis na sua humildade e obscuridade, senão morrerá à mingua, sentido e magoado, só afagado pelo carinho materno.

Ele simelha à donzela, que não é formosa; porque a natureza negou-lhe as graças feminis, e que por isso não pode encontrar uma afeição pura, que corresponda ao afeto da sua alma; mas que com o pranto de uma dor sincera e viva, que lhe vem dos seios da alma, onde arde em chamas a mais intensa e abrasadora paixão, e que embalde quer recolher para a corrupção, move ao interesse aquele que a desdenhou e o obriga ao menos a olhá-la com bondade. Deixai, pois, que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias da arte, caminhe entre vós.

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez que com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós.





>>>

Antonieta de Barros

(Florianópolis, SC, 1901 – Florianópolis, SC, 1952)

Primeira mulher negra
parlamentar, eleita
deputada estadual em
Santa Catarina, em 1934.

Professora e jornalista.

Diretora do jornal
A Semana, entre
1922 e 1927.

**BILHETE
SEM SÊ-LO**

*Crônica
publicada em
12 de abril de
1934, no jornal
catarinense
República,
dedicada a
D. Leopoldina
d'Ávila*

Professora:

Trata-se da morte das nossas faculdades intelectuais. Querem dar-lhe ópio, éter ou qualquer outro entorpecente, na forma de um decreto, para que entremos a dormir, agora e sempre, com o sono sossegado e povoado dos mais risinhos sonhos, na doce paz do lar. Diz o livro sagrado, Deus só furtou uma costela de Adão, porque não achou bom que ficasse sozinho no Paraíso.

A costela, hoje, que já muito evoluiu, não quer saber se se trata de Paraíso ou não. É preciso, goste ou não o zinho, ela se põe ao seu lado. Mas, agora, ao que parece, descemos de escala. Vamos para os irmãos inferiores. É o caso: quem tudo quer, tudo perde. Não avançássemos tanto. Antes de se conseguir meter as faculdades pensantes das Mulheres na forma em projeto, é preciso nulificar todo o trabalho feito, é preciso torná-la novamente ignorante. Conseguirão? Só depois disso será possível domesticá-la em edição nova.

A responsabilidade de tudo isto, que anda por aí anarquizado, cabe a quem oferecer à

costela de Adão melhorada, oportunidade de iluminar a sua estrada e divisar todas as maravilhas ocultas, egoísta e cuidadosamente pela outra metade do gênero humano.

E por falar em luz, até parece que Deus, errou, criando o sol para todos. Este astro camarada, qualquer dia nos põe a todos na sombra, ou nos deixa às escuras. Que seria a vida, Mestra Amiga, se, nesta pasmaceira, em que nos debatemos, apesar de tudo sorrir às Mulheres, não houvesse, de quando em vez gestos sinceros, atitudes heroicas? O Brasil é mesmo, de verdade, a terra dos poetas, dos heróis e dos cavaleiros, andantes.

E nós, as que lutamos a mais nobilitante das lutas, para a conquista do pão de cada dia, sentimo-nos confortadas, diante desses gestos. Eu sorri, pode crer, sorri e bati palmas, por ver os nossos direitos tão bem defendidos.

Nós, as que não temos braços, nem cérebros masculinos, para nos sustentarem, fatalmente, teremos da Nação, que é sempre Mãe carinhosa, uma pensão ou coisa equivalente. Não pensa comigo? Demo-nos os parabéns e recolhamo-nos, calmamente à casa, confiantes no zelo dos paladinos da nossa causa, em os nossos grandes amigos do sexo forte e camarada. Com amizade,

Maria da Ilha.



>>>
Funice
Cunha

(Cajuru, SP, 1915 - São Paulo, SP, 2014)

Professora e militante da
Frente Negra Brasileira.
Redatora do jornal
Clarim da Alvorada,
possivelmente,
entre 1924 e 1932.



**APELO ÀS
MULHERES
NEGRAS**

*Publicado
em 1935, em
O Clarim
D'Alvorada*

Tudo se agita, os espíritos cultos lançam novas ideias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflamado; alguma porção do globo não suporta a situação aflita da época: amuava-se, enegrece, troveja e desaba a tempestade. Mas após, vem a bonança, tudo se acalma por um espaço de tempo, o povo torna-se satisfeito como se tivesse desabafado de uma amargura que tanto oprimia o seu espírito.

Só nós negras, caras patricias, extasiamos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinal de que os espíritos tomam noção dos seus deveres e suas boas ideias são aceitas.

E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Muito a propósito do triste conceito que fazem sobre nós, olhemos o que nos preparam, notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos

outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo.

No passado íamos das senzalas aos eitos, e hoje pretendem nos promover achando que só podemos ir da cozinha à copa.

Mas isto não sucederá, só se não houver negros que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social.

A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nós além de jovens somos mulheres, continuamos, portanto, a obra iniciada por Luiz Gama e outros, ao lado dos nossos patrícios, preparando assim um ambiente despidido de preconceitos para os nossos sucessores.

Mas onde podemos trabalhar, onde devemos comungar as mesmas ideias? Em toda parte e em qualquer lugar, instruindo-nos, procurando conhecer bem de perto a necessidade do negro, nos integralizando no programa do C.N.C.S¹ que nós, moças, minhas irmãs de cor poderemos trabalhar em prol da raça que até agora é considerada como produto dos pés de Brama.

1 C.N.C.S é o Clube Negro de Cultura Social. Segundo José Correia Leite, congregava a maior parte da militância negra de São Paulo.



>>>

**Maria de
Lurdes Valle
Nascimento**

(Franca, SP, 1924 - Rio de Janeiro, 1995)

Diretora e gerente do jornal
Quilombo, entre 1948 e 1950,
quando também publicava
a coluna Fala Mulher.
Assistente social e criadora
do Conselho Nacional
de Mulheres Negras.

**O CONGRESSO
NACIONAL DE
MULHERES E A
REGULAMEN-
TAÇÃO DO
TRABALHO
DOMÉSTICO**

*Publicado na
edição nº 04 do
Jornal Quilombo:
vida, problemas
e aspirações do
negro, no Rio de
Janeiro, em 1949.*

Merecem toda atenção as resoluções votadas em maio último pelas mulheres do Brasil inteiro que aqui se reuniram em congresso nacional. Todos os itens abordados pelas congressistas são de importância básica para a existência, a felicidade e o progresso da mulher e, conseqüentemente, do povo brasileiro da qual ela é mãe dedicada e sacrificada. Portanto a iniciativa da realização desse conclave só poderia merecer elogios e apoio às suas conclusões que, queira Deus, possam em breve se tornar realidade.

Dentre as importantes resoluções tomadas queremos nos referir àquela que trata da regulamentação do trabalho doméstico. O Congresso, considerando que não existe ainda nenhuma legislação que proteja os direitos das empregadas domésticas e lavadeiras profissionais, houve por bem incluir em suas resoluções a conquista de normas jurídicas que fixam as obrigações e vantagens dessa enorme classe.

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possam existir milhares

de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto, sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão.

Além desse aspecto puramente econômico, há outro mais doloroso ainda: são as violências morais de que as empregadas domésticas são vítimas frequentes. O desprestígio junto aos órgãos oficiais encarregados de proteger o trabalho lançou as domésticas sob o ignominioso controle policial. Muita gente não sabe que, ao invés de carteira profissional, as domésticas são fichadas na polícia. Assim, sob o disfarce de um serviço de identificação do trabalho doméstico o que se pratica na polícia é o pré-julgamento de que a doméstica é uma ladra, uma criminosa. E assim mesmo nossa Constituição fala em dignidade do trabalho!

Sei que os “inocentes do Leblon” podem me replicar dizendo que há muita creche, muita maternidade por aí. Mas meus “anjinhos”, a totalidade dessas instituições se destina aos comerciários, industriários, bancários e outras classes garantidas pela legislação trabalhista e nunca há uma vaguinha para as pobres negras de forno e fogão. As creches existentes não chegam nem para um terço das crianças necessitadas. Quando são ainda de cor — pobres filhinhos de Deus que muito racista afirma serem filhos do diabo — a situação se agrava muito mais.

Acontece porém, que a mulher negra está abrindo os olhos. Durante a escravidão e mesmo agora na República, ela existiu passiva, amamentando “sinhozinhos” e os filhos do “seu dotô”. Subjugada, diminuída, refugiava-se na

sua doçura e mansidão natural, sem armas para lutar e resistir nos mais vis assaltos à sua honra e dignidade pessoal. Felizmente esse tempo está passando. Empregada doméstica, funcionária pública, comerciária, industrial, médica, advogada ou mãe de família, a mulher negra está aprendendo a andar de cabeça erguida e impor sua personalidade.

Há muitos problemas, muitas situações a resolver. A regulamentação do trabalho doméstico, porém, é de uma urgência que não admite mais protelações. Devemos todos que somos verdadeiros amigos do nosso povo de cor envidar todos os esforços para conseguir medidas de proteção a esta classe tão laboriosa, humilde, sofredora e indispensável.



>>>

Laudelina de Campos Mello

(Poços de Caldas, MG, 1904 – Campinas, SP, 1991)

Empregada doméstica.
Em 1936, criou a primeira associação
de empregadas domésticas do país,
fechada pelo Estado Novo, reaberta
por ela em 1946. Durante a segunda
guerra mundial, alistou-se no
exército brasileiro. Foi militante da
Frente Negra Brasileira e depois nas
Comunidades Eclesiais de Base.



*Entrevista
concedida a
Maria Dutra
de Lima, na
cidade de
Campinas,
em 1990.*

*Publicada
originalmente
na edição
de número 6
da Revista
Trabalhadores:
classes peri-
gosas, da
Secretaria
Municipal
de Cultura,
Esporte e
Turismo de
Campinas.*

Vou fazer 86 anos no dia 12 de outubro, se Deus quiser. Praticamente eu comecei a trabalhar com sete anos, já trabalhando como empregada, de babá, lá na minha terra, em Poços de Caldas.

Meu pai chamava Marcos Aurélio de Campos Mello e minha mãe chamava Maria Maurícia de Campos Mello. Meu pai era baiano, nasceu na Bahia. Minha mãe é que nasceu em Ouro Fino, Minas, né? E eles se casaram na região de Poços de Caldas. Meu pai e minha mãe não foram [escravos], já nasceram depois da lei de 28 de setembro [de 1871, Lei do Ventre Livre]. Foram meus avós, meus tios e os outros.

A infância não foi [uma coisa boa]. Era sempre tratada como “negrinha”, “pererê”, “saci pererê”, “macaca”, sempre assim, né?, ninguém chamava pelo nome. Eu tinha uma revolta dentro de mim. Sempre fui maltratada, a gente não tinha direito de entrar num lugar onde branco estava, mesmo depois da falsa carta de liberdade que a gente recebeu, uma carta condicional, né?, não recebemos liberdade. Até hoje a gente tem aquela mágoa porque ainda

existe..., então a gente não podia ir no clube deles, dos brancos, hoje ainda tem lugar que a gente não entra, não podia ir nos lugares aonde eles estavam, né?, na igreja a gente ficava sempre no último lugar, não podia ficar na frente, se a gente chegasse a um lugar.

[...]

Um outro tio já tinha acabado de cortar o pinho e o pinho caiu em cima dele e matou. Então juntaram os pedaços, puseram num saco e foi enterrado lá mesmo aonde eles estavam, no Paraná. Aí meus tios voltaram, terminou o corte do pinho, meus tios voltaram pra Poços de Caldas, mas meu pai não voltou. Então minha mãe perguntou do meu pai e eles disseram — porque ela estava de dieta do meu irmão e eles não quiseram contar — então disseram que meu pai tinha ficado naquela leva para ajudar os outros que estavam, que tinham chegado mais tarde. Depois eles foram na outra vez que eles voltaram que eles contaram que meu pai havia morrido.

Aí minha mãe foi trabalhar na lavanderia de um hotel, que era do Juscelino Kubitschek, e eu fiquei criando meus irmãos e dois sobrinhos. Eu tive uma tia que morreu queimada, que derramou um tacho de gordura fervendo sobre ela, ela ficou um ano na cama [...]

Eles mandavam em tudo

Minha mãe tinha sido criada e minha vó doou minha mãe para uma família dos Junqueira, que são os fundadores de Poços de Caldas, né? Minha mãe foi criada com os Junqueira, que tinha uma filha que nasceu deficiente,

inclusive ela era muito revoltada, era muito má, batia muito na minha mãe. Aí a mãe da sinhazinha pôs ela na escola, mas ela não tinha como aprender. E minha mãe acompanhava ela, e minha mãe acabou aprendendo a ler e ela não, o professor ensinava a deficiente e minha mãe é que aproveitava, né? A minha mãe tinha uma letra maravilhosa! Aí minha mãe cresceu ali dentro e depois casou, mas ficou sobre o jugo deles. Eles não deixavam minha mãe em paz, mesmo que ela tivesse casada, ela tinha que ir lá atender a sinhazinha, a sinhá e fazer as coisas que elas queriam, né?

Aí, num certo dia, ela tinha um cachaceiro, um português que obedecia muito as ordens dela, então mandou ele ir na minha casa buscar minha mãe pra fazer um serviço pra ela, e minha mãe então saiu para ir atender. Quando chegou num pedaço da rua, minha mãe resolveu não ir e falou: “Ah! Eu não [...]”.

Ela mandou prender minha mãe que minha mãe não obedecia as ordens. Minha mãe foi presa. Pela polícia, eles mandavam, né? A escravidão continuava mesma coisa, eles mandavam em tudo, né?, escravo não tinha como viver, como se manter porque foi solto num campo aberto.

Aí prenderam minha mãe, e eu fui na delegacia, falei com o policial lá que tinha prendido minha mãe. Ele disse assim: “Ah! Sai daqui negrinha, sai daqui negrinha, senão eu vou bater em você.” Eu peguei, fui no juiz — a minha mãe lavava roupa pro juiz — o juiz me expulsou também. Tava fazendo uma construção, tinha um monte de pedra assim na calçada, eu peguei aquela pedra, apedrejei tudo o quanto foi vidro da casa do juiz, acabei com a casa do juiz. Era pedra, pedra... e ele: “Para, para.” E eu saí correndo, né? E eu fui pra casa da minha tia, que era minha madrinha. Aí contei pra minha madrinha.

Aí ela tomou conhecimento que ele foi tirar minha mãe, foi e tirou.

Aí não deixamos mais minha mãe ir pra casa daquela dona Angelina, porque eles são uma irmandade assim: a cidade que eles fundaram, que era tudo mandado por eles, aquela região de Minhas, tudo era Junqueira, desde Ribeirão Preto até Poços de Caldas, os cafezais, as fazendas, as grandes plantações, né? Era tudo Junqueira [...]

Depois que eu me casei eu trabalhei lá em Santos de doméstica, trabalhei em várias casas, trabalhei com dois prefeitos lá em Santos. Aí eu comecei a trabalhar, a trabalhar, nasceu o meu filho, e eu continuei trabalhando, deixava ele com a minha sogra.

Em Santos, a associação

A primeira associação fundada por mim foi em Santos, em 1936, onde nós fazíamos... nós tínhamos um grupo político chamado Frente Negra, e dentro desse grupo político havia várias entidades que funcionavam. E dentro desses grupos, então, tinha um grupo que era dirigido por um professor chamado Geraldo Campos de Oliveira, ele era do Partido Libertador, esse partido foi extinto. Nessa ocasião, fizemos vários movimentos dentro do programa político, programa social e cultural. A gente estava procurando nessa época fazer um movimento cultural dentro do país, para que a raça negra tivesse mais oportunidade de expandir. Durante o ano de 34, 35, nós fizemos um movimento político, para fundação desse grupo político, e dentro do grupo político, nós expandimos vários departamentos.

Então, foi quando veio a ideia da fundação de uma associação para empregadas domésticas. O professor Geraldo de Campos Oliveira era presidente do Clube Cultural Recreativo do Negro em São Paulo, então lá foi fundada a Associação de Empregadas Domésticas. Logo em seguida, então, nos reunimos em Santos e foi fundada a Associação de Empregadas Domésticas. A de São Paulo não continuou, então fiquei só eu em Santos, de 36 a 39. Quando foi 39 começou a fomentação da guerra; quando foi 1940, o Brasil declarou guerra contra o Eixo. Aí foi quando [foram] fechados os sindicatos, e a Associação também. Fechou, paralisou tudo, você não podia ficar conversando na esquina duas pessoas juntas, que a polícia vinha e te levava, era comunista.

Então, ficamos de 40 a 45 sem poder fazer movimento, durante a época da guerra. Em 41 foi feito o alistamento voluntário para as mulheres, porque os soldados seguiram para a Itália e nós ficamos então fazendo o trabalho dos soldados. Então eu fiz quatro cursos: fiz sentinela avançada; e o trabalho do *blackout* que era noite que a gente fazia o trabalho na praia, na entrada da barra, guardando os vários que saíam e entravam.

A guerra terminou em 45, veio novamente a anistia, e todos os partidos foram reconhecidos, inclusive o Partido Comunista, porque foi a Rússia quem conseguiu liquidar aquela coisa toda. Aí reabriu novamente a Associação, de 45 a 49 eu fiquei em Santos dirigindo como presidente.

Contra o racismo

Quando eu fiquei viúva — meu marido morreu em 48 — fui trabalhar com a mãe da Hilda (Hilst, escritora).

Ela era portuguesa, né, muito muito rica, muito liberal e não tinha preconceito. Então eu fui trabalhar de governanta com ela. Em 49, ela me convidou pra vir conhecer a fazenda na estrada de Mogi Mirim. Aí quando nós chegamos aqui a governanta dela estava doente, ela pediu pra mim ficar até ela arranjar uma empregada mas ela não conseguiu ninguém que queria ir trabalhar na fazenda. Depois de um ano que eu já estava aqui, era 1950, ela disse: “Olha, Nina, quer saber de uma coisa?” — ela me pôs o apelido de Nina, ela achava meu nome muito comprido — “você não quer ficar aqui? Nós vamos montar um hotel, eu e você. Eu registro você e você toma conta, cê fica como a dona”. Aí eu fiquei de 50 até 53 levando esse hotel. Era um hotel muito caro, só pra pessoas muito ricas, né? Eu tinha vários ajudantes, tinha cozinheira, eu só tomava conta, né? E aí meu filho veio e ficamos trabalhando também, ele fazia serviço de pedreiro, de pintor, restaurava a casa dos colonos, fazia o serviço da fazenda. Fiquei até 53. Aí ela ficou doente e faleceu, eles venderam a fazenda, e eu vim morar em Campinas com meu filho, e já comecei a trabalhar.

Foi logo que eu vim pra Campinas, 54, 55, por aí: de manhã, comprava o jornal *Correio Popular*, tava “precisa-se de uma empregada, prefere-se portuguesa, precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão, prefere-se branca”. Falei: “eu vou acabar com essa coisa”, aí fui lá no Correio e perguntei: “quem é o diretor daquela parte?”, e o porteiro lá me disse “é Bráulio Mendes Nogueira”. Subi no elevador, já saí em frente dele, falei: “Você que é o Bráulio Mendes Nogueira?” — “Sou, em que lhe sirvo?” — “vai servir em muita coisa”. Falei: “E que história é essa de precisa-se de uma empregada, prefere-se branca; precisa-se de uma

empregada, prefere-se portuguesa?”. Aí o Bráulio disse: “É, eles vem pedindo, traz o anúncio já escrito, a gente é obrigada a publicar. Mas quer saber de uma coisa? Vou acabar com esse negócio, a senhora topa a briga?”. Falei: “Topo”. Dia seguinte, seis horas, comprei o jornal, não tava... “precisa-se de uma empregada”, mas não dizia a cor nem a nacionalidade.

A debutante negra

Mas quando eu vim morar em Campinas, já tinha uma larga e conhecida amizade. Aí já dentro desse conhecimento, dentro da sociedade, tinha vários clubes aqui, né?, tinha clubes carnavalescos, tinha clube social; eu comecei a me entrosar nos clubes. De 1949 até 61, a gente estava trabalhando dentro dos clubes, da sociedade. Nós fundamos uma escola de bailado porque havia duas em Campinas e nenhuma das duas aceitava meninas negras, né? Então nós fundamos uma escola de bailados clássicos, tinha meninas brancas e negras, era misto. Aí nós montamos uma escola em que não havia preconceito, né?, tinha meninas até da sociedade com a gente. E fundamos um grupo teatral dentro da escola, e tinha grupo de dança popular, dança clássica, danças folclóricas. E nós, então o prefeito dr. Antônio Mendonça de Barros, nós fomos falar com ele e ele cedeu a casa para a gente fazer o movimento. E junto com a gente tinha um grupo de deficiente, né? E trabalhamos juntos com eles, mas era só de brancos, e aí ficamos junto na casa fizemos o movimento. Só saímos pra abrir o viaduto, que a casa era bem encostada no final do viaduto, onde hoje está o Terminal Central. E nós

mudamos em 57, aí então funcionava o grupo de cultura do negro. Então a gente fazia festas, fazia bailinhos, fazia matinê aos domingos. Tinha um quintal enorme, nós montamos um parque no quintal. Nós ficamos até 57 lá na casa, aí fundou-se a Cidade dos Menores, lá em Indaiatuba, sou uma das fundadoras.

Então, quando nós estávamos fazendo esse trabalho, 6 de janeiro de 57, nós estávamos descendo, uma turma de moça, de rapaziada — quando terminava a festa a gente ia nas casas levar as moças, que as mães deixavam elas ir, ia porque eu ia pedir e elas deixavam. Aí quando nós voltamos, um rapaz que está hoje na *Gazeta de São Paulo*, chama Lair clemente, paramos e ficamos conversando. Aí ele falou que tinha ideia de fazer um baile como faz nos Estados Unidos, a debutante negra. Aí ficou combinado da gente sentar e discutir o assunto.

Nessa época, o Marçal era o chefe de redação do *Diário do Povo*, aí falamos com ele. Ele falou com a direção, eles disseram que patrocinava, aí começamos a fomentar. O baile era pra ser dia 18 de maio de 1957, né? A Hípica dava o baile das debutantes brancas no Teatro Municipal, o tablado era deles, não era do município. Então tudo pronto, convite vendido e tudo, aí fomos falar com eles, pra eles alugar o tablado pra nós, e a diretoria se negou porque era um baile de negros, não queria que dançasse no tablado do branco. Aí nós fizemos um protesto nos jornais de Campinas, eles cederam, nós pagamos 60 cruzeiros — naquela época era um dinheiro, né? Aí alugou-se o Teatro, então aconteceu o seguinte: nos camarotes e nas frisas ficavam os brancos, os ricos que foram assistir; em baixo, no salão, tava os negros dançando e as negrinhas entrando. Então esgotou em Campinas, esgotou o estoque de lante-

joulas, pérolas, tudo, né? porque todo mundo fez vestidos riquíssimos, muito bonito. E os brancos também tinha que ir de traje a rigor, senão não entrava, mesmo pagando. Foram... os homens foram a rigor, as mulheres também para assistir, mas não resistiram e pediram para descer. Veio uma turma, desceu, e dançou, né? No baile, tudo, né?

Então aí [foi] quando surgiu a ideia de fazer o baile da Pérola Negra em conjunto. Mas foi o último baile deles, primeiro nosso e último deles, porque no ano seguinte demoliram o Teatro. Eles também não fizeram mais. Agora eles fazem lá, na Hípica, mas ali era uma coisa fabulosa. Depois fizemos outros bailes, mas a Pérola não se fez mais; aí São Paulo começou a fazer, outros Estados, outras cidades fizeram.

Patroas apavoradas

Quanto a ele [Bráulio Mendes Nogueira], ele falou: “Olha, já que nós compramos a briga, vamos continuar, a senhora tem intenções de fazer mais alguma coisa?” Eu falei: “Tenho, de fundar uma associação aqui nessa cidade, de empregadas domésticas”. Ele disse: “Como é que a senhora vai começar?”. Eu falei: “Olha, reunindo a categoria, né?”, convidando elas pra discutir o assunto. Levei três anos discutindo o assunto.

Aí o Bráulio disse pra mim: “Vamos fazer uma coisa, tem um sindicato aí na Barão de Jaguará, o sindicato da Construção Civil, lá tem vários sindicatos que funcionam lá dentro. A senhora... eu vou falar com o presidente que é o Pedrinho Simionato, falar sobre o seu caso, e a senhora vai pra lá”. Aí fui lá pro sindicato da Construção Civil.

Nós tínhamos uma sala lá dentro, que a gente estava fundando uma sociedade de negros.

Aí o Pedrinho Simionato me convidou pra fundar a associação de empregadas domésticas; eu contei como é que tinha sido em Santos, e ele disse: “Vamos fundar uma aqui em Campinas? A senhora topa?”. Eu falei: “Topo!”

Aí começamos a fomentar, a estudar o censo, a montar estatuto. Primeiro montamos o estatuto pra depois reunir a turma, né? Aí quando foi 61, nós largamos a brasa. Já nessa época não existia aquela coisa de “precisa-se de uma empregada, prefere-se branca”, né? Aí começamos a funcionar, dialogar com elas, a gente começou a ir nos locais onde tinha empregadas domésticas, começamos a fazer umas festas, né? Fazia bailinho, fazia piquenique, fazia pra reunir o pessoal como uma sociedade, pra depois entrar no mérito da coisa — que pra entrar com a cara e a coragem era difícil.

Aí fundou-se a Associação Profissional Beneficente de Empregadas Domésticas, 18 de maio de 61. Nessa noite, da assembleia de chamada, fechou o trânsito em Campinas, teve mais de mil e duzentas empregadas domésticas, parou o trânsito na rua Barão de Jaguará. Depois que eu fundei essa aqui de Campinas foi a do Rio, em 62; 63 foi a de São Paulo, e vêm vindo as outras. Todas elas eu participei nos congressos pra ajudar na composição, na fundação, na orientação.

As patroas ficavam apavoradas, mandaram uma carta, ela ou ele, não sei, mas mandaram, né? E era briga de patroa com empregada que não queria que a empregada fosse pra Associação, que a Associação era de comunista. Você viu aquele que eu soltei contra as patroas? A empregada estava há dezesseis anos na casa, depois brigou com

a patroa, saiu e a patroa não queria pagar, né? Aí eu fui conversar com a patroa. Tive várias brigas, sentava, conversava com a patroa... tinham muitas que eram boas, né? Resolvia logo o caso.

Caso de polícia

Agora, se eu não desse, lá pra... só teve dois casos de polícia. Esse é um dos casos, [foi] 62, logo depois da fundação da Associação, ela trouxe uma menina do interior para criar e pra ser pajem e pra ser... escravinha, ser tudo, né? A menina veio com 12 anos, e quando ela estava com 14 anos o patrão abusou dela, né? Daí quando ela não soube do negócio tava muito bem, quando ela soube a menina já estava grávida, né. Aí ela pôs a menina pra rua, 11 horas da noite. Aí eu fui falar com ela, ela disse que tinha posto mesmo, porque a menina abusou da confiança dela e passou a ser amante do marido. Eu falei: “Não foi ela que abusou do seu marido, foi seu marido que abusou dela”. Aí ela me disse assim: “Ah! eu já resolvi, resolvi, está resolvido.” Eu falei: “Eu também vou resolver.” E fui lá no juiz e fiz a queixa né, o juiz chamou ela. Ela não queria ir porque era sogra do vereador, dona de butique, tudo. Aí o juizado incriminou ele, e o juiz: “O senhor precisa reparar o erro, chama o pai e a mãe dela, indeniza a menina, manda levar a menina pra casa porque ela não tem onde morar, não tem onde ficar.” Aí vai atrás dos pais lá naqueles cafundó de Minas Gerais — ela tinha vindo de uma fazenda, porque eles vão buscar lá porque lá é barato, né? Na cidade elas estão mais espertas. Aí fez o processo, tudo, indenizou, o pai e a mãe veio e levou a menina, e

deve ter nascido por lá mesmo, né? Não soube mais. Mas teve que reparar. Naquela época, o juiz fez ele dar doze mil réis, era um dinheirão, deu pra comprar uma casa. Então ela não podia me ver nem pintada, não podia ver meu nome no jornal que ela rasgava o jornal, né?

O outro caso, ela tava na casa há 30 anos, né? Tinha criado cinco filhos dos patrões, e aí ela tava muito doente e não tinha como se tratar, porque o que ela ganhava não dava pra pagar hospital. Não existia INPS porque a gente tava lutando pelo INPS e ainda como Associação não tinha direito, né? Aí fui conversar com ela, ver se arranjavam um hospital pra ela se tratar, ela se negou a ajudar ou fazer qualquer coisa. Aí fui no juiz e fiz a queixa. Aí consegue internar ela e pagar.... mas já tava muito mal, não aguentou, morreu.

A falsa revolução

Quando foi em 64, que veio a falsa revolução — que aquela revolução também foi uma falsa, né? — o Castelo Branco tomou posse, fechou tudo. Então os 13 sindicatos foram fechados, e a gente nessa época tava fazendo um trabalho com eles, que na ocasião estavam procurando sindicalizar as mulheres — veio o grupo dos têxteis, as costureiras, né? Então, naquela época, a gente como doméstica tava lá dentro ajudando. Nessa época, a Câmara dos Vereadores tinha votado que a Associação passasse a ser de utilidade pública. Aí recebi uma verba por mês para funcionar.

Aí me veio essa ordem pra fechar, mandaram me prender que eu era comunista, eu fui convocada pra depor na polícia. Fui eu e o presidente do Sindicato,

Pedro Simionato, né? Ele estava numa sala, eu estava na outra, então lá gravava o que ele falava e aqui gravava o que eu falava. Aí o delegado dr. Gusmão disse pro delegado, que era do departamento da fiscalização: “A Nina não é comunista, a Nina é idealista, ela trabalha em prol da categoria dela, das irmãs dela, igual o Pedro Simionato. O Pedro Simionato se mata por causa dos irmãos dele da construção civil, que cai de 20, 30 andar, morre e ninguém faz nada.” E sai dando risada.

Aí como veio essa ideia pra fechar, o presidente da UDN, que era o falecido dr. Lecio, disse pra mim: “Olha, vão fazer uma coisa. Vai lá na nossa sede, que assim ninguém mexe com você.” Durante aquele momento todo, de coisa, de lecha, de prende tudo, nós estávamos na UDN. A gente ficou bastante tempo lá, então não aconteceu nada, mas também não podia funcionar. Ficamos até na sede da UDN, e lá a gente fazia baile, fazia festa, os comunistas junto com os democratas, com os socialistas, com os progressistas.

[A Associação] continuava. A luta então era pela creche, era pelo enquadramento de classe, né? Nós conseguimos registro como associação. Tivemos bastante pessoas que nos ajudaram, tinha médico, tinha dentista, tinha advogado.

Nesta época eu estava na Prefeitura, então eu dava plantão nas vilas e na Prefeitura, né? Eu dava plantão o dia todo da uma às cinco da tarde na Prefeitura distribuindo leite, alimentação, roupa, enxoval para nenê. Nós recebíamos uma quota dos americanos, aí do colégio Adventista, cada dois meses a gente recebia uma quota muito grande; uniforme, capa de chuva, tudo que precisava. Trabalhamos com eles de 66 até 68. Quando foi em 68, o pessoal do grupo lá do Departamento Social da Prefeitura me convidou para fazer um trabalho junto.

Aí eu fiz um ano de curso como voluntária, nos instalamos ali na Guardinha, tinha uma cozinha de arte culinária ali. A gente ensinava então o curso de arte culinária e economia doméstica.

Depois, quando terminou o curso, nós saímos dali e fomos convidados pra ir lá pra comunidade de Santo Antônio, lá na avenida da Saudade. Lá a gente tinha já um salão, que foi cedido pra nós.

A crise da Associação

Nós funcionamos até 68, 68 ia haver nova eleição, então fui reeleita, e a que era secretária passou a vice-presidência. Mas aí criou caso, porque ela passou a ter raiva porque eu avancei demais, né? Já havia aquele complô, aquela coisa das patroas, né? Porque as patroas faziam a cabeça. Então diziam que era coisa de comunista e que só iam em reunião pra fazer greve contra as patroas. Então várias empregadas eram a favor da patroa e contra a Associação. Aí ela começou a fazer guerra contra mim; ela se juntou com um grupo de senhoras e me derrubaram. Eram patroas. Aí então eu saí e fechou a Associação porque ninguém quis tocar, a Associação ficou quatorze anos parada, né?

Antes disso, antes de haver esta guerra, dois meses antes, eu fui representar a comunidade negra no Rio de Janeiro, no Consulado Africano. Aí enquanto eu fui pro Rio, elas saquearam a sede. A gente estava ali... a Prefeitura tinha posto a gente ali na rua Presença, 661. Quebraram tudo, rasgaram. Ela fez isso para tirar os estatutos, né? Porque ela com os estatutos na mão ela podia fazer o que

ela bem quisesse. Aí no meio daquelas coisas que eles estragaram, que elas quebraram, que eles queimaram, que elas pintaram, tava os estatutos, mas ela não achou os estatutos... a fúria foi tanta que ela não achou, né? Aí eu peguei os estatutos. Elas andaram 13 anos pra registrar a Associação, não conseguiram. Além de eles saquearem, fazer tudo aquilo, estragaram as coisas, ela foi na polícia e deu parte, né?, que eu estava viajando com dinheiro da Associação. Foi no banco, bloqueou a conta no banco, ele estava com todo o dinheiro, ela era vice, né?

Aí começou aquela guerra, eu saí da Associação. Mas ela não aguentou, não teve pulso. Ela fez de tudo, se candidatou a vereadora, fez de tudo o que podia fazer. Aí a Associação parou, ficou quatorze anos parada. Eu fiquei doente. O médico chamou meu filho e disse: “Ou você tem que internar sua mãe ou ela tem que sair dessa Associação”; fiquei proibida de falar na Associação.

A reestruturação do sindicato

Quando foi em 82, bateu palma aqui na porta. Fui atender, era uma minha amiga, que a gente funcionava junto aqui na comunidade da Igreja: eu, ela, o marido dela, todo o pessoal. Falei: “Ah!, a Marquesa que está aí”. Mandei entrar, entrou, disse assim: “Então a senhora é que é a presidente da Associação e nunca falou nada pra gente”. Falei: “É, eu sou proibida de falar nessa Associação.” Aí meu filho falou: “Eu proibi, e o médico, porque essa dona aí ia morrer por causa dessa Associação.” Aí o marido da Marquesa — era muito amigo do meu filho — disse: “Não, a gente agora quer fazer diferente, sua mãe só vai pra orientar a gente,

que a gente quer organizar de novo. E nós fomos até o Rio de Janeiro e não conseguimos nada, porque sua mãe é a presidente, ela está de posse dos estatutos”.

Aí marcamos uma reunião. A gente reuniu um ano ali na Catedral, no salão da Catedral, porque não tinha local pra reunir. Aguentamos um ano, aí já estava bem adiantado a reestruturação, que a gente reformulou os estatutos tudo, já como profissional, pra discutir depois sobre enquadramento de classe. Aí conseguimos uma sala, onde está hoje a Associação.

[A mudança da Associação para Sindicato dos Trabalhadores Domésticos] foi em 88, novembro de 88. Muda, muda muito porque sindicato é político, né? Muda completamente, teve que fazer novos estatutos, porque a Associação era beneficente e o Sindicato político.

E a luta continua

Então agora a briga tá feia, né?, as patroas, nós convocamos agora para entrar na mesa para discutir o piso salarial; elas não aceitaram. Elas quer que as empregadas trabalhem de graça pra elas, que elas vão descontar tudo; vai descontar comida, quarto onde dorme, sabonete, sabão que lava a roupa, vai descontar tudo. Quer dizer que a empregada vai passar a trabalhar de graça, né? Então eles não sentaram agora pra discutir, ficou pra setembro, depois que o famoso presidente lançar o novo salário, né? Nós fomos duas vezes na Secretaria, eles vieram, as de São Paulo, porque em São Paulo já existe, Campinas tá querendo formar, mas em São Paulo já existe o sindicato patronal. Mas a presidente é advogada, então ela veio com

uma corriola de advogados, mas que escutou o que não precisava escutar. Eu não guardo pra dizer amanhã não, eu digo hoje, viu?

Na quarta-feira teve uma briga dos dois advogados, um patrão e outro advogado nosso, né? Quase se agarraram os dois por causa de um acerto de uma empregada que trabalhou há oito anos na casa, e como ela pediu para registrar, ele forçou ela a pedir a conta, né? E a boba assinou. Agora tem que ir pra Justiça, né, porque não tem jeito. Aí foi lá o patrão com a patroa, disse um amontoado de desaforo, o outro também que não é bem balizado retribuiu né.

Nós tivemos um debate na Globo sobre uma música que o coiso levou sobre empregada doméstica, já ouviu falar no Eduardo Dusek? Ah!... custou caro pra eles, formamos uma comissão, e fomos lá, fizemos ele tirar a música do ar. Agora tem o caso do casal lá em Curitiba, que mataram uma menina de 10 anos e não foram presos porque ele era advogado e ela professora. Era pajem da filha dele, eles mataram ela de pancada, batia nela sempre, vizinho ouvia, não comentava, tudo, mas ninguém nunca tinha coragem de ir a público. Tanto é que um dia deram uma pancada forte na cabeça, mataram a menina, aí foram preso, mas foram solto porque eram primários e eram professor e advogado. Tem que acabar.

Preconceito contra irmão

Eu acho que o trabalhador tá muito neutro ainda. Nós tivemos um avanço agora em 88, 89, na campanha do Lula, nós tivemos um avanço bom, mas ainda não é só isso, precisa mais, porque pelo nome, “Partido do

Trabalhador”, todo trabalhador devia estar unido, e a dificuldade da gente resolver as coisas é porque eles não estão engajados, né? Ainda muito trabalhador tá votando no patrão, e precisa conscientizar esse povo. É, ainda tá pensando muito no patrão, tá aceitando muita esmola ainda, né? É o passe, é o almoço, é a cesta básica.

O próprio negro cria preconceito contra o irmão. Você sabe de uma coisa? Nós temos 42 advogados negros. Não conto com eles em nada, eles não colaboram. Nós já lançamos candidato, o negro não vota no negro, a mulher não vota na mulher, o trabalhador vota no patrão e assim vai a vida. Não é pra esse século não. O negro, se ele sobe um degrau, ele não conhece o outro, muito difícil. Nós temos esse grupo de advogados formados em Campinas, fora daqui, cansamos de convidar eles pra tomar parte nos movimentos, e se vai ou não vai, mas não dá uma palavra. É mudo, surdo e cego. Então é muito difícil, né?

Essa campanha que fizeram agora do filme da Xuxa, né?, eu mandei uma carta pra ela, pra pedir pro governo, pro presidente, não a cesta básica, não distribuir alimentos pedindo, porque quem vai levar é o trabalhador, porque o rico não vai levar um quilo de nada. Vamos ver se ele vai responder, falando contra esse tipo de política pedindo um quilo de alimento pra cada pessoa que vai assistir o filme — por que ela não faz uma campanha pedindo pro governo, pedindo não, exigindo, porque isso não é pedir, é exigir que o governo vote um salário digno pro trabalhador, que ele tenha condição de comprar o próprio alimento? Fazer uma mudança, né?, no plano familiar. Em vez de dar a cesta básica, em vez de dar o passe, o almoço, tudo isso, a esmola que estão dando,

que dê um salário condigno, que os pais voltem a ter o direito de criar os seus filhos. Porque os pais perderam a paternidade, os juizes tiraram os direitos dos pais, porque os pais não podem fazer nada hoje. Então, aqueles que se aproveitam da situação tá jogando os filhos pras ruas, pra pedir. Tem vários casos que a gente sabe, que a gente vê e não pode resolver: 10 horas da noite, crianças na rua com uma panelinha, com uma lata pedindo comida. Então, bate na minha porta, eu dou um pouco, bate na outra... Eu não dou conta.

Enquanto existir empregada

Todos os movimentos das creches, tudo o que se fez, sempre eu estive presente. Aqui, na [Vila] Castelo Branco, eu mudei pra cá já com a incumbência de fazer um trabalho com a assistente social. Trabalhei aqui: casa, água, luz, imposto, asfalto, briga, morte, levar roupa pro hospício, eu fiz tudo isso. Aqui nós fundamos um grupo de mulheres da periferia, o grupo da comunidade da Igreja, de mulheres, grupo de festas, das quermesses, jantar, chá pra comunidade, pra Vila, pros moradores, né?

Eu já passei a [minha casa]. É [para o] Sindicato das Empregadas. Porque se eu deixar pra passar de morte, eu não tenho parentes pra deixar, mas vai aparecer alguém, pra ficar pro governo, eu não vou deixar. Então eu passei, já fui no cartório, já assinei. Pra continuar, pra usos e frutos: não pode vender, não pode dar, não pode alugar: pra usos e frutos, até quando existir a última empregada doméstica no Brasil.

>>>

Carolina Maria de Jesus

(Sacramento, MG, 1914 – São Paulo, SP, 1977)

Escritora traduzida para
treze idiomas e publicada em
mais de quarenta países.

Até o lançamento de
Quarto de despejo, em 1960, era
catadora de papel. Seu primeiro
livro vendeu trinta mil exemplares,
na primeira edição, chegando
a cem mil exemplares vendidos,
nas duas edições seguintes.

Publicou mais três livros em vida:

Casa de Alvenaria (1961),

Pedaços de Fome (1963),

Provérbios (1963). Postumamente,

teve escritos reunidos em

Diário de Bitita (1982), lançado na

França antes de vir para o Brasil.

Trechos do
livro Quarto de
Despejo: diário
de uma favelada,
publicado em São
Paulo, em 1960

2 de maio de 1958

Eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo... Eu fiz uma reforma em mim. Quero tratar as pessoas que eu conheço com mais atenção. Quero enviar um sorriso amável às crianças e aos operários... Recebi intimação para comparecer às 8 horas da noite na Delegacia do 12. Passei o dia catando papel. À noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. Começou chover. Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos.

3 de maio

Fui na feira da Rua Carlos de Campos, catar qualquer coisa. Ganhei bastante verdura. Mas ficou sem efeito, porque eu não tenho gordura. Os meninos estão nervosos por não ter o que comer.

6 de maio

De manhã não fui buscar água. Mande o João carregar. Eu estava contente. Recebi outra intimação. Eu estava inspirada e os versos eram bonitos e eu esqueci de ir na Delegacia. Era 11 horas quando eu recordei do convite do ilustre tenente da 12ª Delegacia... O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la. Estão construindo um circo aqui na Rua Araguaia. Circo Theatro Nilo.

9 de maio

Eu cato papel e não gosto. Então eu penso: faz de conta que eu estou sonhando.

10 de maio

Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amável! Se eu soubesse que ele era tão amável, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil à pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, por que não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubitschek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades... O Brasil precisa

ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.

11 de maio

Dia das Mães. O céu está azul e branco. Parece que até a Natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infeliz por não poder realizar os desejos dos seus filhos... O sol vai galgando. Hoje não vai chover. Hoje é o nosso dia... A D. Teresinha veio visitar-me. Ela deu-me 10 cruzeiros. Disse-me que era para a Vera ir no circo. Mas eu vou deixar o dinheiro para comprar pão amanhã, porque eu só tenho 4 cruzeiros... Ontem eu ganhei metade de uma cabeça de porco no Frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pus os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar... Surgiu a noite. As estrelas estão ocultas. O barraco está cheio de pernilongos. Eu vou acender uma folha de jornal e passar pelas paredes. É assim que os favelados matam mosquitos.

13 de maio

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

Continua chovendo. Eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim mandei os meninos para a escola.

Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles veem as coisas de comer eles bradam: Viva a mamãe. A manifestação me agrada. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura pra Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina.

Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A minha filha Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela me deu a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual, a fome!



>>>

~~Neusa Maria~~ ~~Pereira~~

(São Paulo, SP, 1955)

Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero, foi repórter e revisora em jornais da grande imprensa. Criadora da seção Afro-Latino-América do jornal Versus, importante periódico da imprensa alternativa, entre 1975 e 1979. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado.

**PELA
MULHER
NEGRA**

*Texto
publicado no
jornal Versus,
em 1977.
A partir dele,
foi criada a
seção Afro-
Latino-América
do jornal.*

A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimada pelos castigos da divisão da sociedade em classes. Essa divisão é a maior responsável pela campanha de difamação sofrida pela mulher negra, considerada pelos representantes dessa sociedade de classes como objeto sexual e de consumo fácil. Há muito que nós, afrobrasileiros, estamos lutando para apagar esta mancha original e sair do lugar em que nos colocaram.

Na época da escravidão, estes “dignos senhores” enfiaram suas escravas na casa grande, local onde elas faziam todo tipo de serviços para suas inúteis esposas e ainda serviam de vacas leiteiras para seus filhos.

Estes mesmos “ilustres” senhores também resolveram repartir a cama com as escravas, sendo elas obrigadas a curvar-se ante sua indignidade, seu sarcasmo e sevícias. Nestes momentos, estes senhores esqueciam-se que as negras “cheiravam mal”, conforme suas próprias opiniões, e deixavam-se dominar por seus desejos.

Dessa dominação recebemos como herança a marca de eternas prostitutas. Herança

que nos ensinou a temer nossa beleza, nosso corpo e a própria condição de mulher. Mas a nossa força é grande, mesmo sabendo que o caminho que temos para seguir é tortuoso.

Precisamos encontrar o remédio certo para cicatrizar as feridas que este tipo de gente enraizou em nossas almas. Lutamos para mudar esta situação que, para o grupo social dominante, é importante preservar. Mas tudo muda, é uma exigência da História. E cada negra existente neste país está gritando, ainda que silenciosamente, as culpas, a violência, a imoralidade dessa sociedade. Nosso perdão só virá com a redenção dos culpados.

Nós, afrobrasileiras, lutamos para sobreviver o mais decentemente possível em uma sociedade dura, onde as oportunidades são difíceis para todos e, principalmente, para nós. Lutamos contra o racismo camuflado existente nas empresas, que somos obrigadas a encarar, pensando no pão de cada dia, amargo como fel para engolir. E a gente enfrenta isso como pode.

Ora com um nó na garganta que não consegue disfarçar uma necessidade imediata; ora de cabeça erguida com o orgulho que foi o único bem que nossos antepassados nos legaram.

Com sacrifícios a mulher negra brasileira tenta melhorar o nível de vida. E para isso estuda. Algumas chegam à Universidade, tentando alcançar uma colocação melhor e dinheiro. Nessa procura do que julgam ser direito, sofrem todas as penas do inferno na concorrência com a mulher branca.

Os empresários preferem as moças das raças dominantes. Um emprego numa empresa particular é sempre difícil. A solução é procurar o emprego público e ter disposição

de enfrentar os concursos, os candidatos, as poucas vagas e a classificação duvidosa. Caso seja aprovada, seu cargo geralmente não passará de escriturária, mesmo sendo universitária. Mas o que fazer? É preciso lutar contra isso.

A luta é companheira da mulher negra, sempre, desde seu nascimento. Nos tempos pós-abolição, quando os negros foram soltos no mundo sem eira nem beira, com seus serviços substituídos pelo do imigrante, ela manteve a dignidade da família, trabalhando nos fogões das tradicionais famílias brancas. Ela ajudou seu homem a salvar seu caráter.

Hoje, quando a crise de desemprego atinge também a nós, negros, ainda é ela que segura o lado mais pesado do barco. Pois, quando uma falta, o outro não pode falhar. Os filhos necessitam do leite e seu grito de fome machuca muito mais do que a chibata dos “senhores” machucava a pele dos nossos antepassados. Por isso, ela enfrenta o trabalho coletivo e obscuro nas fábricas, nos campos e nas repartições públicas, hospitais e escolas mesmo nas posições mais inferiores. Depois ainda vai para a sua maloca cuidar de tudo, dos filhos, fazer comida, lavar roupa.

Mesmo assim, ela ainda defende seu destino, seu direito de ser mulher e negra, nesta sociedade em que a hipocrisia dita as normas de conduta. Apesar de tudo, nós sabemos o que queremos. Queremos ser respeitadas, entendidas, amadas como ser pensante e como fêmea. Porque não podemos abdicar do nosso útero, de nossos seios, de nosso calor. Pretendemos continuar sentindo nossos órgãos genitais de forma total, sem medos ou complexos, e, quando alcançarmos um novo estágio social, talvez não seja necessário falar em racismo.



>>>
Leci
Brandão

(Rio de Janeiro, RJ, 1944)

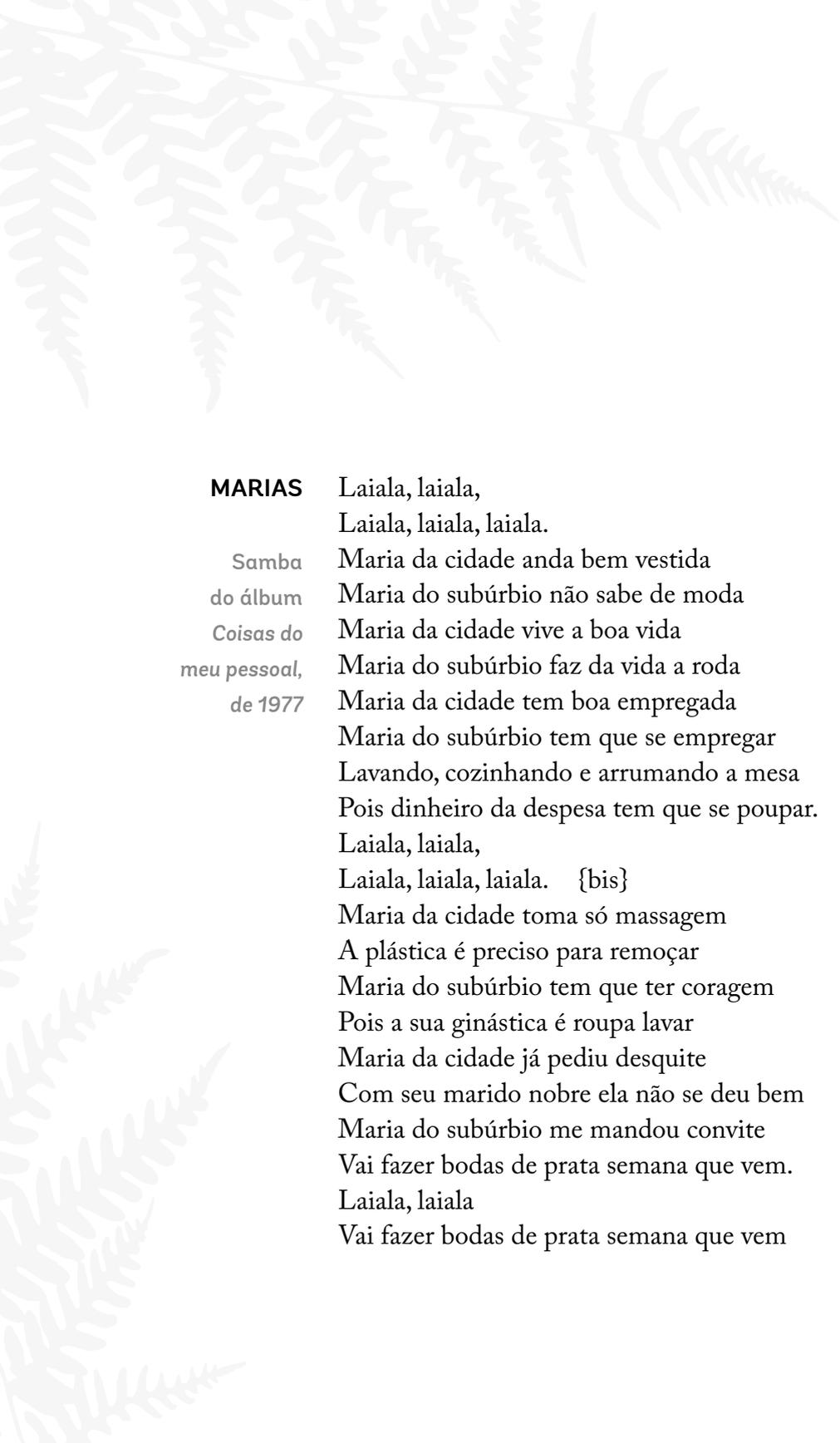
Compositora, cantora, atriz e política.

Primeira mulher a participar
da ala de compositores
da Mangueira.

Formada em Direito.

Integrou o Conselho Nacional
de Promoção da Igualdade
Racial e o Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher
entre 2004 e 2008.

É deputada estadual
em São Paulo, pelo PCdoB,
desde 2011.



MARIAS Laiala, laiala,
Laiala, laiala, laiala.

Samba Maria da cidade anda bem vestida
do álbum Maria do subúrbio não sabe de moda
Coisas do Maria da cidade vive a boa vida
meu pessoal, Maria do subúrbio faz da vida a roda
de 1977 Maria da cidade tem boa empregada
Maria do subúrbio tem que se empregar
Lavando, cozinhando e arrumando a mesa
Pois dinheiro da despesa tem que se poupar.
Laiala, laiala,
Laiala, laiala, laiala. {bis}

Maria da cidade toma só massagem
A plástica é preciso para remoçar
Maria do subúrbio tem que ter coragem
Pois a sua ginástica é roupa lavar
Maria da cidade já pediu desquite
Com seu marido nobre ela não se deu bem
Maria do subúrbio me mandou convite
Vai fazer bodas de prata semana que vem.
Laiala, laiala
Vai fazer bodas de prata semana que vem



>>>
Dona
Ivone Lara

(Rio de Janeiro, RJ, 1922 – Rio de Janeiro, RJ, 2018)

Compositora e cantora,
conhecida como a Grande
Dama do Samba.
Formada em Enfermagem
e Serviço Social, atuou
profissionalmente como
terapeuta ocupacional
até se aposentar, em 1977,
quando passou a
se dedicar integralmente
à carreira artística.





Alguém me Eu vim de lá, eu vim de lá pequenininho
Avisou Mas eu vim de lá pequenininho
(1981) – Alguém me avisou
do álbum Pra pisar nesse chão devagarinho
Sorriso Negro Alguém me avisou
Pra pisar nesse chão devagarinho

Sempre fui obediente
Mas não pude resistir
Foi numa roda de samba
Que eu juntei-me aos bambas
Pra me distrair
Quando eu voltar à Bahia
Terei muito que contar
Ó padrinho não se zangue
Que eu nasci no samba
Não posso parar

Foram me chamar
Eu estou aqui, o que é que há

>>>
~~Lélia~~
~~Gonzalez~~

(Belo Horizonte, MG, 1935 – Rio de Janeiro, RJ, 1994)

Intelectual que dedicou parte importante de sua trajetória a explicar a perversa combinação de racismo e sexismo na situação das mulheres negras. Discutia linguagem e criou as noções de amefricanidade e pretuguês. Historiadora, antropóloga e professora. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado e do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga.

RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA

*Artigo
apresentado
na Reunião
do Grupo de
Trabalho “Temas
e Problemas da
População Negra
no Brasil”, no IV
Encontro Anual
da Associação
Brasileira de
Pós-graduação
e Pesquisa nas
Ciências Sociais,
no Rio de Janeiro,
em 31 de outubro
de 1980.*

I. Cumé que a gente fica?

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioléu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”.

A longa epígrafe diz muito além do que ela conta. De saída, o que se percebe é a identificação do dominado com o dominador. E isso já foi muito bem analisado por um Fanon, por exemplo. Nossa tentativa aqui é a de uma indagação sobre o porquê dessa identificação. Ou seja, que foi que ocorreu, para que o mito da democracia racial

tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? Que é que ele oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso?

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.

Em comunicação apresentada no “Encontro Nacional da LASA (Latin American Studies Association), em abril de 1979 (GONZALEZ, 1979a), falamos da mulata, ainda que de passagem, não mais como uma noção de caráter étnico, mas como uma profissão. Tentamos desenvolver um pouco mais essa noção em outro trabalho, apresentado num simpósio realizado em Los Angeles (UCLA) em maio de 79 (GONZALEZ, 1979c).

Ali, falamos dessa dupla imagem da mulher negra de hoje: mulata e doméstica. Mas ali também emergiu a noção de mãe preta, colocada numa nova perspectiva. Mas ficamos por aí.

Nesse meio tempo, participamos de uma série de encontros internacionais que tratavam da questão do sexismo como tema principal, mas que certamente

abriam espaço para a discussão do racismo também. Nossa experiência aí foi muito enriquecedora. Vale ressaltar que a militância política no Movimento Negro Unificado constituía-se como fator determinante de nossa compreensão da questão racial. Por outro lado, a experiência vivida enquanto membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo permitiu-nos a percepção de várias facetas que se constituiriam em elementos muito importantes para a concretização deste trabalho. E começaram a se delinear, para nós, aquilo que se poderia chamar de contradições internas. O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência...

Nosso suporte epistemológico se dá a partir de Freud e Lacan, ou seja da Psicanálise. Justamente porque como nos diz Miller em sua *Teoria da Alingua* (1976):

O que começou com a descoberta de Freud foi uma outra abordagem da linguagem, uma outra abordagem da língua, cujo sentido só veio à luz com sua retomada por Lacan. Dizer mais do que sabe, não saber o que diz, dizer outra coisa que não o que se diz, falar para não dizer nada, não são mais, no campo freudiano, os defeitos da

língua que justificam a criação das línguas formais. Estas são propriedades inelimináveis e positivas do ato de falar. Psicanálise e Lógica, uma se funda sobre o que a outra elimina. A análise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica. Ou ainda: a análise desencadeia o que a lógica domestica (p. 17).

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (GONZALES, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler

jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.

Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição /integração de seu papel.

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso)

numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido.¹ Só que isso tá aí... e fala.

II. A Nêga Ativa

Mulata, mulatinha meu amor

Fui nomeado teu tenente interventor

(Lamartine Babo)

Carnaval. Rio de Janeiro, Brasil. As palavras de ordem de sempre: Bebida, Mulher e Samba. Todo mundo obedece e cumpre. Blocos de sujo, banhos a fantasia, frevos, ranchos, grandes bailes nos grandes clubes, nos pequenos também. Alegria, loucura, liberdade geral. Mas há um momento que se impõe. Todo mundo se concentra: na concentração, nas arquibancadas, diante da tevê.

As escolas vão desfilar suas cores duplas ou triplas. Predominam as duplas: azul e branco, verde e rosa, vermelho e branco, amarelo e preto, verde e branco e por

¹ O melhor exemplo de sua eficácia está no barato da ideologia do branqueamento. Pois foi justamente um crioulo, apelidado de mulato, quem foi o primeiro na sua articulação em discurso "científico". A gente tá falando do "seu" Oliveira Vianna. Branqueamento, não importa em que nível, é o que a consciência cobra da gente, prá mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte prá alguma crioulice, ela arma logo um esquema prá gente "se comportar como gente". E tem muita gente da gente que só embarca nessa.

aí afora. Espetáculo feérico, dizem os locutores: plumas, paetês, muito luxo e riqueza. Imperadores, uiaras, bandeirantes e pioneiros, princesas, orixás, bichos, bichas, machos, fêmeas, salomões e rainhas de sabá, marajás, escravos, soldados, sóis e luas, baianas, ciganas, havaianas. Todos sob o comando do ritmo das baterias e do rebolado das mulatas que, dizem alguns, não estão no mapa. “Olha aquele grupo do carro alegórico, ali. Que coxas, rapaz”. “Veja aquela passista que vem vindo; que bunda, meu Deus! Olha como ela mexe a barriguinha. Vai ser gostosa assim lá em casa, tesão”. “Elas me deixam louco, bicho”.

E lá vão elas, rebolantes e sorridentes rainhas, distribuindo beijos como se fossem bênçãos para seus ávidos súditos nesse feérico espetáculo... E feérico vem de “fée”, fada, na civilizada língua francesa. Conto de fadas?

O mito que se trata de reencenar aqui é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo

inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo.

Toda jovem negra, que desfila no mais humilde bloco do mais longínquo subúrbio, sonha com a passarela da Marquês de Sapucaí. Sonha com esse sonho dourado, conto de fadas no qual “A Lua te invejando fez careta/ Porque, mulata, tu não és deste planeta”. E por que não?

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.²

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta, então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa prá eles tratarem a gente desse jeito? Mas que era uma mucama? O Aurélio assim define:

2 Nesse sentido vale apontar para um tipo de experiência muito comum. Refiro-me aos vendedores que batem à porta da minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: “A madame está?” Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo “cordial” brasileiro. Outro tipo de pergunta que se costuma fazer, mas aí em lugares públicos: “Você trabalha na televisão?” ou “Você é artista?” E a gente sabe que significa esse “trabalho” e essa “arte”.

Mucama. (Do quimbundo mu'kama 'amásia escrava')
S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes era ama-de-leite.
(Os grifos são nossos)

Parece que o primeiro aspecto a observar é o próprio nome, significante proveniente da língua quimbunda, e o significado que nela possui. Nome africano, dado pelos africanos e que ficou como inscrição não apenas no dicionário. Outro aspecto interessante é o deslocamento do significado no dicionário, ou seja, no código oficial. Vemos aí uma espécie de neutralização, de esvaziamento no sentido original. O por vezes é que, de raspão, deixa transparecer alguma coisa daquilo que os africanos sabiam, mas que precisava ser esquecido, ocultado.

Vejam os que nos dizem outros textos a respeito de mucama. June E. Hahner, em *A Mulher no Brasil* (1978), assim se expressa:

[...] a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhas, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. [...] O amor para a escrava [...] tinha aspectos de verdadeiro pesadelo. As incursões desafortadas e aviltantes do senhor, filhos e parentes pelas

senzalas, a desfaçatez dos padres a quem as Ordenações Filipinas, com seus castigos pecuniários e degredo para a África, não intimidavam nem os fazia desistir dos concubinatos e mancebias com as escravas. (p. 120 e 121)

Mais adiante, citando José Honório Rodrigues, ela se refere a um documento do final do século XVIII pelo qual o vice-rei do Brasil na época excluía de suas funções de capitão-mor que manifestara “baixos sentimentos” e manchara seu sangue pelo fato de se ter casado com uma negra. Já naqueles tempos, observa-se de que maneira a consciência (revestida de seu caráter de autoridade, no caso) buscava impor suas regras do jogo: concubinação tudo bem; mas casamento é demais.

Ao caracterizar a função da escrava no sistema produtivo (prestação de bens e serviços) da sociedade escravocrata, Heleieth Saffioti mostra sua articulação com a prestação de serviços sexuais. E, por aí, ela ressalta que a mulher negra acabou por se converter no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (1976, p. 165). Isto porque o senhor acabava por assumir posições antieconômicas, determinadas por sua postura sexual; como houvesse negros que disputavam com ele no terreno do amor, partia para a apelação, ou seja, a tortura e a venda dos concorrentes. E a desordem se estabelecia exatamente porque:

[...] as relações sexuais entre os senhores e escravas desencadeavam, por mais primárias e animais que fossem, processos de interação social incongruentes com as expectativas de comportamento, que presidiam à estratificação

em castas. Assim, não apenas homens brancos e negros se tornavam concorrentes na disputa das negras, mas também mulheres brancas e negras disputavam a atenção do homem branco. (p. 165)

Pelo que os dois textos dizem, constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba. Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio

maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas” estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país).

Cabe de novo perguntar: como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima? Quem responde prá gente é um branco muito importante (pois é cientista social, uai) chamado Caio Prado Junior. Num livro chamado *Formação do Brasil Contemporâneo* (1976), ele diz uma porção de coisas interessantes sobre o tema da escravidão:

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares a muito simples. [...] A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassara também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana

do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem. (p. 342 e 343)

Depois que a gente lê um barato assim, nem dá vontade de dizer nada porque é um prato feito. Mas vamos lá. Quanto aos dois fatos apontados e conjugados, é só dar uma olhadinha, de novo, no texto de Heleith. Ela dá um baile no autor, dentro do mesmo espaço discursivo em que ele se colocou. Mas nosso registro é outro, vamos dar nossa chamadinha também. Pelo exposto, a gente tem a impressão de que branco não trepa, mas comete ato sexual e que chama tesão de necessidade. E, ainda por cima, diz que animal só tira sarro. Assim não dá prá entender, pois não? Mas, na verdade, até que dá. Pois o texto possui riqueza de sentido, na medida em que é uma expressão privilegiada do que chamaríamos de neurose cultural brasileira. Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo.

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos, de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao

insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecer-las (FREUD, 1925).³

E, retomando a questão da mulher negra, a gente vai reproduzir uma coisa que a gente escreveu há algum tempo.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são

3 Que se leia o Jornal do Brasil de 28.10.1980, para se ter uma ideia de como se dá esse “esquecimento”. Trata-se de mais um caso de discriminação racial de uma mulher negra; no caso uma professora. Como a história resultou em morte, indo para a alçada judicial, o criminoso, juntamente com seus “cúmplices” afirmam que a causa do crime não foi o seu racismo, mas a incompetência da professora.

famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é ao impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (GONZALES, 1979c).

Pelo visto, e respondendo à pergunta que a gente fez mais atrás, parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele. Basta a gente dar uma relida no que a Hahner e a Heleieth disseram. Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal?

E quando, como no famoso “caso Marli”⁴ (que tem sua contrapartida no “caso Aézio”⁵ que, afinal, deu no que deu), ela bota a boca no trombone, denunciando o que estão fazendo com homens de sua raça? Aí as coisas ficam realmente pretas e há que dar um jeito. Ou se parte para a ridicularização ou se assume a culpabilidade mediante a estratégia de não assumi-la. Deu pra sacar? A gente se explica: os programas radiofônicos ditos populares são useiros e vezeiros na arte de ridicularizar a crioula que defende seu crioulo das investidas policiais (ela sabe o que vai acontecer a ele, né? O “caso Aézio” taí de prova). Que se escutem as seções policiais desses programas. Afinal um dos meios mais eficientes de fugir à angústia é ridicularizar, é rir daquilo que a provoca. Já o “caso Marli”, por exemplo, é levado a sério, tão a sério que ela tem que se esconder. É sério porque se trata do seu irmão (e não do seu homem); portanto, nada melhor para neutralizar a culpabilidade despertada pelo seu ato do que o gesto de folclorizá-la, de transformá-la numa “Antógina Negra”, na heroína, única e inigualável. Com isso a massa anônima das Arlis é esquecida, recalcada. E tudo continua legal nesse país tropical. Elementar, meu caro Watson.

É por aí que a gente entende porque dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma

4 Em 1980, em Belford Roxo, uma mulher negra, de uns 27 anos, Marli Pereira da Silva, em plena ditadura militar, resolvera enfrentar os grupos de extermínio para afirmar que seu irmão Paulo Pereira da Silva, de 19 anos, fora assassinado por policiais militares infiltrados nestes grupos. Sem temer as ameaças de morte, Marli esteve em delegacias e batalhões tentando reconhecer os assassinos de seu irmão. Uma fotografia dela nos jornais da época destaca a mulher pobre e negra olhando firme para a multidão de policiais perfilados no pátio do batalhão da Polícia Militar, em Nova Iguaçu, numa tentativa de reconhecer os assassinos.

5 “Caso Aézio”: um servente de pedreiro morreu torturado na cela de uma delegacia na Barra da Tijuca em 1979.

música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta. E a gente pode até dar um exemplo que põe os pingos nos is.

Não faz muito tempo que a gente estava conversando com outras mulheres, num papo sobre a situação da mulher no Brasil. Foi aí que uma delas contou uma história muito reveladora, que complementa o que a gente já sabe sobre a vida sexual da rapaziada branca até não faz muito: iniciação e prática com as crioulas. É aí que entra a história que foi contada prá gente (brigada, Ione). Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para “logo apresentar os documentos”. E a gente ficou pensando nessa prática, tão comum nos intramuros da casa grande, da utilização desse santo remédio chamado catin-ga de crioula (depois deslocado para o cheiro de corpo ou simplesmente cc). E fica fácil entender quando xingam a gente de negra suja, né?

Por essas e outras, também, que dá vontade de rir quando a gente continua lendo o livro do “seu” Caio Prado Junior (1976, p. 343). Aquele trecho, que a gente reproduziu aqui, termina com uma nota de rodapé, onde ele reforça todas as babaquices que diz da gente, citando um autor francês em francês (só que a gente traduz):

(2) “O milagre do amor humano é que, sobre um instinto tão simples, o desejo, ele constrói os edifícios de sentimentos os mais complexos e delicados”. (André Maurois)
É este milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil-colônia.

Pelo exposto, parece que nem Freud conseguiu melhor definir neurose do que André Maurois. Quanto à negativa do “seu” Caio Prado Júnior, infelizmente, a gente sabe o que ele está afirmando esquecidamente: o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira, graças a essa coisa simplérrima que é o desejo. Tão simples que Freud passou a vida toda escrevendo sobre ela (talvez porque não tivesse o que fazer, né Lacan?). Definitivamente, Caio Prado Júnior “detesta” nossa gente.

A única colher de chá que dá prá gente é quando fala da “figura boa da ama negra” de Gilberto Freyre, da “mãe preta”, da “bá”, que “cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura” (p. 343). Nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) prá chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos.

É interessante constatar como, através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (LACAN, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama é a mulher; então “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe.

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário

da gente (GONZALEZ, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai.

Por aí a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada.

III. Muita Milonga prá uma Mironga só

Só uma palavra me devora

Aquela que o meu coração não diz

(Abel Silva)

Quando se leem as declarações de um Dom Avelar Brandão, Arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá prá desconfiar. Porque afinal de contas o que tá feito, tá feito. E o Bispo dançou aí. Acordou tarde porque o Brasil já está e é africanizado. M. D. Magno tem um texto que impressionou a gente, exatamente porque ele discute isso. Duvida da latinidade brasileira afirmando que este barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana, ou seja, uma Améfrica Ladina. Prá quem saca de crioulo, o texto aponta prá uma mina de ouro que a boçalidade europeizante faz tudo prá esconder, prá tirar de cena.

E justamente por isso tamos aí, usando de jogo de cintura, prá tentar se entender. Embora falando, a gente, como todo mundo, tá numa de escritura. Por isso a gen-

te vai tentar apontar praquela que tascou sua assinatura, sua marca, seu selo (aparentemente sem sê-lo), seu jamega, seu sobrenome como pai dessa “adolescente” neurótica que a gente conhece como cultura brasileira. E quando se fala de pai tá se falando de função simbólica por excelência. Já diz o ditado popular que “Filhos de minha filha, meus netos são; filhos do meu filho, serão ou não”. Função paterna é isso aí. É muito mais questão de assumir do que de ter certeza. Ela não é outra coisa senão a função de ausentificação que promove a castração. É por aí, graças a Frege, que a gente pode dizer que, como o zero, ela se caracteriza como a escrita de uma ausência.

É o nome de uma ausência. O nome dessa ausência, digamos, é: ...o nome que se atribui à castração. E o que é que falta para essa ausência não ser ausente, para completar essa série? Um objeto que não há, que é retirado de saída. Só que os mitos e as construções culturais, etc., vão erigir alguma coisa, alguma ficção para colocar nesse lugar; ou seja, qual é o nome do Pai e qual é o nome do lugar-tenente do Nome do Pai? Por um motivo importante, porque se eu souber qual é o nome do lugar-tenente do Nome do Pai, acharei esse um (S1) que talvez não seja outra coisa senão o nome do Nome do Pai.

É por isso que a gente falou em sobrenome, isto é, nesse S1 que inaugura a ordem significativa de nossa cultura. Acompanhando as sacações de Magno, a gente fecha com ele ao atribuir ao significativo Negro o lugar de S1. Prá isso, basta que a gente pense nesse mito de origem elaborado pelo Mário de Andrade que é o Macunaíma. Como todo mundo sabe, Macunaíma nasceu negro, “preto retinto e filho do medo da noite”. Depois ele branqueia como muito crioulo que a gente

conhece, que, se bobear, quer virar nórdico. É por aí que dá prá gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa à dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais. Mas a gente não pode esquecer que Macunaíma é o herói da nossa gente. E ninguém melhor do que um herói para exercer a função paterna.⁶ Isto sem falar nos outros como Zumbi,⁷ Ganga-Zumba e até mesmo Pelé. Que se pense nesse outro herói chamado de a Alegria do Povo, nascido em Pau-Grande. Eles estão como repetição do S1, como representações populares do herói. Os heróis oficiais não têm nada a ver com isso, são produto da lógica da dominação, não têm nada a ver com “a alma de nossa gente”.

É por essa via que dá prá entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de quê? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela

6 O barato do Magno é chamar Macunaíma de Máquina-íman, o erói sem H. Sacaram?

7 Que se atente para o fato da permanência de Zumbi no imaginário popular nordestino como aquele que faz as crianças levadas se comportarem melhor. “Se você não ficar quieto, Zumbi vem te pega”. Por aí, a gente lembra não só o temor que os senhores de engenho tinham em face de um ataque surpresa do grande general negro, com também a fala das mães que, referindo-se ao pai que vai chegar, ameaçam os filhos de lhe contar (ao pai) as molecagens destes. Que se atente também para a força simbólica de Zumbi como significante que cutuca a consciência negra do seu despertar. Não é por acaso que o 20 de novembro, dia de sua morte em 1695, é considerado o Dia Nacional da Consciência Negra e que nada tem a ver com o 13 de maio. Esse deslocamento de datas (do 13 para o 20) não deixa de ser um modo de assunção da paternidade de Zumbi e a denúncia da falsa maternidade da Princesa Isabel. Afinal a gente sabe que a mãe-preta é que é a mãe.

polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se pôr no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em *cê*, o *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.

E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim.⁸ De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido,

8 Basta olhar na tevê e sacar como as multi transam bem os significantes que nos pegam “pelo pé”. A U.S. Top tem um anúncio de jeans que só mostra o pessoal rebolando a bunda, e isto sem falar na Sardinha 88, “a mais gostosa do Brasil”.

é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc. e tal.

Só que, na hora de mostrar o que eles chamam de “coisas nossas”, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora. Quando querem falar do charme, da beleza da mulher brasileira, pinta logo a imagem de gente queimada da praia,⁹ de andar reboativo, de meneios no olhar, de requebros e faceirices. E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que, quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo.

E logo pinta a pergunta. Como é que pode? Que inversão é essa? Que subversão é essa? A dialética do Senhor e do Escravo dá prá explicar o barato.

E é justamente no carnaval que o reinado desse rei manifestadamente se dá. A gente sabe que carnaval é festa cristã que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos do Carnaval Brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente

⁹ Um anúncio de bronzeador utilizado nos ônibus que trafegam na zona sul do Rio de Janeiro, reproduz um ato falho, uma mancada do discurso consciente, ao afirmar: Primeiro a cor, depois o amor. Bandeira, né?

sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal prá se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai prá rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. Expressões como: botá o bloco na rua, botá prá frevê (que virou nome de dança nas fêrvuras do carnaval nordestino), botá prá derretê, deixa sangrá, dá um suó, etc. são prova disso. É também nesse momento que os não negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo, para o senhor, no reconhecimento manifesto de sua realeza. É nesse momento que a exaltação da cultura americana se dá através da mulata, desse “produto de exportação” (o que nos remete a reconhecimento internacional, a um assentimento que está para além dos interesses econômicos, sociais etc., embora com eles se articule). Não é por acaso que a mulher negra, enquanto mulata, como que sabendo, posto que conhece, bota prá quebrar com seu rebolado. Quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto; e mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento.

É também no carnaval que se tem a exaltação do mito da democracia racial, exatamente porque nesse curto período de manifestação do seu reinado o Senhor Escravo mostra que ele, sim, transa e conhece a democracia racial. Exatamente por isso que no resto do ano há refor-

ço do mito enquanto tal, justamente por aqueles que não querem olhar para onde ele aponta. A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta durante o reinado do Escravo, tem que ser recalçada, tirada de cena, ficando em seu lugar as ilusões que a consciência cria para si mesma. Senão como é que se explicaria, também, o fato dos brancos proibirem a presença da gente nesses lugares que eles chamam de chique e da gente não ter dessas frescuras com eles? E é querendo aprofundar sua sacação que Magno se indaga se

Na dialética Senhor-Escravo, porque é a dialética da nossa fundação [...], aonde sempre o senhor se apropria do saber do escravo, a inseminação, por vias desse saber apropriado, como marca que vai dar em relação com o S2, não foi produzida pelo escravo, que na dialética, retoma o lugar do senhor, subreceptivamente, como todo escravo. [...] quer dizer, o lugar do senhor era de outrem, mas a produção e a apropriação do lugar-tenente de nome do pai veio marcada, afinal, por esse elemento africano.

Diferentes lugares da cultura brasileira são caracterizados pela presença desse elemento. No caso da macumba, por exemplo, que se atente para os 31 de dezembro nas praias do Rio de Janeiro, para os despachos que se multiplicam em cada esquina (ou encruzilhada) de metrópoles como Rio e São Paulo, e isto sem falar de futebol. Que se atente para as festas de largo em Salvador (tão ameaçadoras para o inseguro europocentrista do Bispo de lá). Mas que se atente para os hospícios, as prisões e as favelas, como lugares privilegiados da culpabilidade enquanto dominação e repressão. Que se atente para as prá-

ticas dessa culpabilidade através da chamada ação policial. Só porque o Significante-Mestre foi roubado pelo escravo que se impôs como senhor. Que se atente, por fim, pro samba da Portela quando fala de Macunaíma: “Vou m’embora, vou m’embora/ Eu aqui volto mais não/ Vou morar no infinito e virar constelação”. E o que significa constelação, senão lugar de inscrição, de marcação do Nome do Pai?

Se a batalha discursiva, em termos de cultura brasileira, foi ganha pelo negro, que terá ocorrido com aquele que segundo os cálculos deles, ocuparia o lugar do senhor? Estamos falando do europeu, do branco, do dominador. Desbancando do lugar do pai ele só pode ser, como diz o Magno, o tio ou o corno; do mesmo modo que a europeia acabou sendo a outra.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, 1953.

BOJUNGA, Cláudio (1973). O brasileiro negro, 90 anos depois. *Encontros Com A Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, jul. 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. *La Reproduction*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

CABRAL, Amílcar. *Return to the source*. New York: Africa Information Service e PAIGO, 1973.

CANDEIA; ISNARD. *Escola de Samba, árvore que esqueceu a raiz*. Rio de Janeiro: Lidador/SEEC, 1978.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FANON, Franz. *Escunha, Blanco*. Barcelona: Editorial Nova Terra, 1970.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FONTAINE, Pierre Michel. *Models of economic development and system of racial relations: the Brazilian development and the afro-brazilian condition*. 1979. (Mimeo).

FONTAINE, Pierre Michel. *Transnational relations and racial mobilization: emerging black movements in Brasil, in Ethic identities in a transnational world*. Connecticut Westport: Ed. John F. Stack Jr., Greenwood Press, 1980.

FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1967.

FREYRE, Gilberto. O brasileiro como um além-raça. *Folha de S. Paulo*, maio 1978.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

FREYRE, Gilberto. *Obra Escolhida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

GONZALEZ, Lélia. A Juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: ANNUAL MEETING OF AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION, Pittsburgh, 26-29 abr. 1979b. (Mimeo.).

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: ANNUAL

MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Pittsburgh, 5-7 abr. 1979a. (Mimeo.).

GONZALEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira. In: *Spring Symposium the Political Economy of the Black World*, Los Angeles, 10-12 maio 1979c. (Mimeo.).

GONZALEZ, Lélia. Racism and its effects in Brazilian society. In: WOMEN'S CONFERENCE OF HUMAN RIGHTS AND MISSION, Veneza, 24-30 jun. 1979d. (Mimeo.).

GONZALEZ, Lélia. The Unified Black Movement. SYMPOSIUM ON RACE AND CLASS IN BRAZIL: NEW ISSUES AND APPROACHES, Center for Afro-American Studies, UCLA, Los Angeles, 28 fev.-1 mar. 1980a. (Mimeo.).

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A. *Race and socioeconomic inequalities in Brazil*. 1980. (Mimeo.).

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Ficitec, 1978.

LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

LACAN, Jacques. *Las formaciones del inconsciente*. Buenos Aires: Editions Nueva Vision, 1970.

LACAN, Jacques. *Le Séminaire Livre XX*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro XI*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b.

LACAN, Jacques. *Télévision*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

LECLAIRE, Serge. *O corpo erógeno: uma introdução à teoria do complexo de Édipo*. Rio de Janeiro: Edição dos Trad., 1974.

LEOPOLDI, José Sávio. *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1978.

MAGNO, M. D. *América Ladina*: introdução a uma abertura. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MILLER, Jacques Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bonthan. *Revista Lugar*, n. 8, 1976.

MILLER, Jacques Alain. A Sutura. *Revista Lugar*, Rio de Janeiro, n. 4, 1974.

MILLER, Jacques Alain. Teoria da Alíngua. *Revista Lugar*, n. 8, 1976.

MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.

MOURA, Clóvis. *O Negro*: de bom escravo a mau cidadão?. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. *Rebelião da Senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1972.

NASCIMENTO, Abdias. *Mixture or massacre?* Essays on the genocide of a black people. Buffalo, N. Y.: Afrodiaspora, 1979.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Lucia E. G.; PORCARO, Rosa Maria; ARAUJO COSTA, Teresa Cristina. *O "lugar do negro" na força de trabalho*. 1980. (Mimeo.).

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ JUNIOR, Teófilo. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

RAMOS, Arthur. *Folclore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Livramento Editora Casa do Estudante do Brasil, 1954.

>>>

Mãe Stella de Oxóssi

(Salvador, BA, 1925 –
Santo Antônio de Jesus, BA, 2018)

Quinta iyalorixá do
Ilê Axé Opó Afonjá, de Salvador,
tombado pelo Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional (IPHAN).

Membro da Academia de
Letras da Bahia e doutora
honoris causa pela
Universidade Federal da Bahia.

Reconhecida mundialmente
como conhecedora da
cultura iorubá.

Publicou sete livros.

OS BRINCOS DE OBA BIYI

*Publicado
originalmente
no livro E daí
aconteceu o
encanto, de 1988*

A iyalorixá de São Gonçalo criara uma Casa de Candomblé a qual, além dos misteres religiosos, tinha por objetivo dar abrigo aos filhos de santo menos favorecidos.

Mãe Aninha costumava dizer a sua “irmã carnal” Andreza que criara a Roça para Xangô e seus filhos de santo. Ela era passageira; o “Axé”, não.

Muitas famílias construíram residências no terreno da “Roça”; não só famílias, aliás, como, também, pessoas sós e desamparadas. Oba Biyi doou-lhes espaços para que edificassem suas casas.

Filhos de santo em dificuldades financeiras eram discretamente socorridos pela iyalorixá.

Uma ocasião, na feira, Mãe Aninha encontrou-se com uma filha de santo que, há muito, deixara de ir ao Axé a fim de cumprir as obrigações. Feliz, ao revê-la, conhecendo o bom caráter da “iaô”, uma filha de Oyá, indagou-lhe o motivo da ausência. Esta, chorando muito, queixou-se de dificuldades financeiras; o marido perdera o emprego; ela, vendedora de acarajé, não possuía mais dinheiro para a compra do

material da “vendagem”; as crianças quase já não tinham o que comer... Como ir ao “Axé”, se não podia pagar o transporte? Fora à feira, confessava, para ver se catava algumas frutas ou verduras postas fora, para dar de comer aos filhos.

A velha agiu como de costume; fez uma grande compra destinada à filha de santo e família; poderia vender o acarajé e, assim, equilibrar-se.

Ao pagar o português da barraca de cereais, conhecido pela “casquinagem”, notou insuficiência de dinheiro; saíra de casa desprevenida.

O comerciante conhecia Mãe Aninha; era seu “freguês”; mas não vendia fiado nem ao próprio pai; “ora, pá; não havia jeito”...

A iyalorixá tirou das orelhas os brincos, de ouro maciço, depositando-os no balcão; — “que o cavalheiro fizesse o favor de liberar as compras mediante a guarda da joia; assim que chegasse ao Terreiro, mandaria portador com a importância devida. Ela, Oba Biyi, confiava nas pessoas de bem; certamente as argolas lhe seriam restituídas...”

O português, envergonhadíssimo, pediu mil desculpas à senhora. (Ele mesmo faria publicidade deste episódio passado com a Mãe de Santo do Axé Opô Afonjá!)



>>>

~~Jovelina~~
~~Pérola Negra~~

(Rio de Janeiro, RJ, 1944 – Rio de Janeiro, RJ, 1998)

Compositora e cantora.
Foi empregada doméstica
até fazer sucesso como sambista.
Gravou cinco discos individuais
e conquistou um Disco de Platina
por ter vendido mais de
80 mil cópias do álbum
Vou da Fé, de 1993.

SORRISO

É

ABERTO

Foi ruim a beça

Mas penseu depressa

Samba

Numa solução para a depressão

de 1988

Fui ao violão

Fiz alguns acordes

Mas pela desordem do meu coração

Não foi mole não

Quase que sofri desilusão (*bis*)

Tristeza foi assim se aproveitando

Pra tentar se aproximar

Ai de mim

Se não fosse o pandeiro, o ganzá e o tamborim

Pra ajudar a marcar (o tamborim)

Logo eu com meu sorriso aberto

O paraíso perto, a vida melhorar

Malandro desse tipo

Que balança mais não cai

De qualquer jeito vai

Ficar bem mais legal

Pra nivelar

A vida em alto astral (*bis*)



>>>

Beatriz Nascimento

(Aracaju, SE, 1942 – Rio de Janeiro, RJ, 1995)

Intelectual, historiadora,
roteirista e militante.
Foi uma das principais
estudiosas dos quilombos.
Escreveu inúmeros artigos e
o roteiro do documentário
Ôrí, de 1989, narrado por ela.

Uma das criadoras do
Instituto de Pesquisa das
Culturas Negras (IPCN),
em 1975. Foi assassinada
por defender uma amiga
da violência de seu
companheiro, em 1995.

**A MULHER
NEGRA
E O AMOR**

*Artigo
publicado no
Jornal Maioria
Falante, em
fevereiro-março
de 1990.*

Pode parecer estranho que tenhamos escolhido a condição amorosa e não sexual para nos referirmos ao estado de ser mulher e preta no meu país. A escolha do tema funda-se em histórias de vida e na observação de aspectos da afetividade de mulher frente à complexidade das ligações heterossexuais.

A temática da sexualidade nas relações homem e mulher atualmente é cada vez mais encarada do ponto de vista político ou sociológico. Ou seja, perpassa na discussão a questão do poder: o status dominante do elemento masculino em detrimento do outro elemento, o feminino. Recorre-se a explicações econômicas, sociais e políticas, enfatizando [o] papel do trabalho, visto como fator de resolução da desigualdade, ou propulsor de um igualitarismo entre os dois sexos.

Em princípio, a retórica política do mundo moderno está calcada no liberalismo do Ilustracionismo europeu no século XVIII. Persegue-se o ideal de igualdade entre os agentes sociais das sociedades humanas. Fruto da reflexão na Economia, que invadiu a Filosofia e privilegiou o indivíduo mais que o grupo, o Ilustracionismo

adiciona a todo Universo da Humanidade a noção masculina e sobre determinada do produtor, que tem como recompensa do seu esforço o privilégio de ser o chefe. Foi forjada no Ocidente uma sociedade de homens, identificando não só o gênero masculino, mas a espécie no seu todo. Essa perspectiva possuía um devir utópico, previa-se um mundo sem diferenças. Entretanto, ao contrário do pensamento Iluminista naquele momento processava-se a anexação de sociedades e culturas com extremas separações políticas, sociais e individuais à sociedade do europeu, através da máquina colonialista.

Esta contradição histórica no terreno das idéias e do real impunha o poder da razão, no seu interior. Para exemplificar a mecânica dessa ideologia na prática do pensamento ocidental onde a afirmação corresponde à negação, refletamos sobre esta frase de Martinho Lutero no século XVIII: “a razão é uma mulher astuta”. Contraporíamos: logo, é preciso que seja aprisionada pelo homem e expressada pelo atributo masculino, só assim pode ser dominante.

Por esse pensamento formulado, a mulher seria um homem, embora não sendo total. Seria ciclicamente homem, conforme seu próprio ciclo natural (puberdade e maternidade). Fora desses estados sua capacidade de trabalho estaria a reboque da necessidade do desenvolvimento econômico (mão de obra anexada ou excludente de acordo com as variações da economia). Fora destes espaços, ou mesmo aí ela não o é. Será a razão fora de lugar, ou exercerá sua razão fora do campo produtivo.

Vai recobrir a mulher a moral totalizadora, seja enquanto agente ou enquanto submetida. Revestir-se-á de fantasias, de sonhos, de utopias, de eroticidade não

satisfeita e estagnada pela condição específica da sua arquitetura física e psicossocial.

Dentro desse arcabouço, qualquer expressão do feminino é revestida pela instituição da moral. Representa em si a desigualdade caracterizada pelos conflitos entre submissão X dominação; atividade X passividade, infantilização X maturação. A contrapartida a este estado de coisas coloca a mulher num papel desviante do processo social, onde a violência é negação de sua autoestima.

A mulher negra, na sua luta diária durante e após a Escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada.

Num país em que, só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter significado dignificante, o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”.

É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho avocam as mesmas da Escravocracia.

A profunda desvantagem em que se encontra a maioria da população feminina, repercute nas suas relações com o outro sexo. Não há noção de paridade sexual entre ela e os elementos do sexo masculino. Essas relações são marcadas mais por um desejo de exploração por parte do homem, do que pelo desejo amoroso do repartir afeto, assim como material. Via de regra, nas camadas mais baixas da população cabe à mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família negra. Essa família, *grosso modo*, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear.

São da família todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem as dificuldades de uma extrema pobreza.

Quanto ao homem negro, geralmente, desempregado profissionalmente por força de contingências históricas e raciais, tem na mulher negra economicamente ativa um meio de auxílio à sua sobrevivência, quando não à própria sobrevivência, já que à mulher se impõe, como sabemos, dupla jornada.

Entretanto, nem todas as mulheres negras estão nesta condição. Quando elas escapam para outras formas de alocação de mão de obra, dirigem-se ou para profissões que requerem uma educação formal ou para a arte (a dança). Nestes papéis elas se tornam verdadeiras exceções sociais. Mesmo aqui, continua com o papel de mantenedora, na medida em que, numa família preta, são poucos os indivíduos a cruzarem a barreira da ascensão social. Quando cruzam, variadas gamas de discriminação racial dificultam os encontros da mulher preta, seja com homens pretos, seja de outras etnias.

Por exemplo: uma mulher preta que atinge determinado padrão social, no mundo atual, requer cada vez mais relações de parceria, o que pode recrudescer as discriminações a essa mulher específica. Pois uma sociedade organicamente calçada no individualismo tende a massificar e serializar as pessoas, distanciando o discriminado das fontes de desejo e prazer.

A parceria, elemento de complementação de todas as relações, inclusive as materiais, é obstruída e restringida na relação amorosa da mulher.

Quanto mais a mulher negra se especializa profissionalmente numa sociedade desse tipo, mais ela é levada a individualizar-se. Sua rede de relações também se

especializa. Sua construção psíquica, forjada no embate entre a sua individualidade e a pressão da discriminação racial, muitas vezes surge o impedimento à atração do outro, na medida em que este, habituado aos padrões formais de relação dual, teme a potência dessa mulher. Também ela, por sua vez, acaba por rejeitar esses outros, homens, masculinos, machos. Já não aceitará uma proposta de dominação unilateral.

Desse modo, ou permanece solitária, ou liga-se a alternativas, onde os laços de dominação possam ser afrouxados. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até a branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crença relacionada às características do seu físico, muitas vezes exuberantes. Entretanto quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social, como nos referimos acima.

No contexto em que se encontra cabe a essa mulher a desmistificação do conceito de amor, transformando este em dinamizador cultural e social (envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a “igualdade iluminista”. Rejeitando a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica intermediando sua própria história e seus *ethos*. Levantaria ela a proposta de parcerias nas relações sexuais que, por fim, se distribuiria nas relações sociais mais amplas.

>>>
~~Benedita~~
~~da Silva~~

(Rio de Janeiro, RJ, 1942)

Deputada federal,
já foi vereadora, senadora e
governadora do Rio de Janeiro.
Sua atuação, primordialmente
nos movimentos de favela,
mas também no movimento
negro e de mulheres, foi o início de
sua trajetória política. Relatora
da proposta que deu origem
à chamada PEC das Domésticas,
que estende direitos trabalhistas
à categoria. É de sua autoria o
projeto de lei que inscreveu
Zumbi dos Palmares no panteão
dos heróis nacionais e instituiu
o dia 20 de novembro como o
Dia Nacional da Consciência Negra.
Criou delegacias especiais de
combate a crimes raciais e outros
projetos populares importantes.

*Pronunciamento
no Senado
Federal, em
21/03/1995.*

Sr. Presidente, Srs. Senadores, assumo o mandato no Senado Federal consciente da grande responsabilidade e também do privilégio que significa representar um Estado com a importância econômica, política e cultural do Rio de Janeiro. Cartão de visita do Brasil, o Rio ostenta, com muito orgulho, glorioso passado de lutas, com seu povo trabalhador, generoso e combativo.

Neste pronunciamento, quero deixar clara a minha visão dos problemas e prioridades nacionais, meus projetos para o Estado do Rio de Janeiro e as linhas gerais que nortearão a minha atuação como Senadora da República.

Acima de tudo, gostaria de dizer que compartilho da crença do povo brasileiro na democracia. Conheço bem o povo e sei das enormes dificuldades que enfrenta todos os dias para ganhar a vida. Mas este povo que sofre tanto continua disposto a ouvir, dialogar e participar.

Compartilho também da sua fé no trabalho, pois o povo sabe que esse é seu único bem, o meio que conta para viver e sustentar a sua família.

Compartilho da sua confiança na solidariedade humana, na capacidade que todos nós temos para nos indignarmos com a miséria, a violência e a injustiça.

Compartilho, finalmente, da esperança do povo na justiça social, cuja procura se move incansavelmente na sociedade, nas instituições e na consciência dos dirigentes da Nação.

Assumo uma cadeira no Senado na condição de representante do Estado do Rio de Janeiro. Mas aqui cheguei trazida pelos valores fundamentais cultuados pelo povo. Democracia, trabalho, solidariedade e justiça social são princípios que, se respeitados, fazem de qualquer país uma grande nação.

Entro nesta Casa não com o punho cerrado, mas com a mão estendida para realizar, com os demais Senadores, um trabalho pelo progresso do povo, do Brasil e de nossos respectivos Estados. O Senado Federal é uma instituição que, por sua grande representatividade nacional, pode dar maior contribuição para a construção de um País mais justo e democrático.

Entendo que os valores fundamentais do povo devem ser não apenas proclamados, mas principalmente praticados. A minha atuação parlamentar continuará coerente com esse princípio. Podem ter certeza de que dignificarei o mandato de Senadora da mesma forma com que dignifiquei todos os mandatos que me foram outorgados pelo povo.

Sei que nesta Casa existem divergências sobre as prioridades da Nação. Numa democracia, divergências e debates são coisas normais, fazem parte de sua natureza. No entanto, quanto à gravidade e emergência da situação social do Brasil, acredito que haja consenso. Estou

convicta de que nenhuma política econômica pode dar certo se não solucionar os problemas sociais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, somos um País muito endividado, e não só de dívidas financeiras. O Brasil está em dívida com o seu próprio povo. Temos muitas contas a pagar na área social, no campo das relações raciais e na esfera cultural. São enormes as nossas dívidas com as crianças, com os adolescentes, com os idosos e com as mulheres.

Penso que o desafio principal posto diante de todos os brasileiros, principalmente daqueles que ocupam cargos de liderança nos órgãos públicos e na iniciativa privada, é o de resolver a monumental dívida social historicamente acumulada. Somente enfrentando esse desafio podemos transformar o nosso País numa nação próspera, unida, pacífica e respeitada.

Em todas as fases de nossa história – colonial, monárquica e republicana –, o crescimento econômico do País nunca beneficiou a maioria da população, que se tornava cada vez mais pobre. Nas crises econômicas, socializavam-se os prejuízos; nos períodos de desenvolvimento, privatizavam-se os lucros.

Durante o recente regime autoritário, tentou-se justificar essa injustiça social com a famigerada pseudoteoria do ex-ministro Delfim Netto, segundo a qual “primeiro o bolo precisa crescer para depois ser dividido”. Pelo menos para o povo, o bolo nunca foi dividido. O resultado histórico de todos os modelos econômicos injustos adotados pelas elites brasileiras é a existência de uma Nação socialmente dividida, com a maioria da população vivendo numa situação de indigência ou pobreza extrema.

O Brasil tem uma das piores distribuições de renda do planeta. Os 10% mais ricos da população recebem 53% da renda nacional. Nos Estados Unidos, os 10% mais ricos ficam com 25% da renda. Aqui, paga-se um dos mais baixos salários mínimos do mundo. Pior ainda, paga-se um dos mais baixos da América Latina.

Mesmo assim, este salário perde continuamente seu valor de compra. Enquanto em 1964 o trabalhador precisava trabalhar 39,5 horas para comprar a cesta básica, em 1980 precisava trabalhar 157 horas e, em 1992, 188 horas. Além disso, o subemprego é uma prática generalizada. Em 1990, somente 58,8% da população economicamente ativa tinha carteira assinada. Desse total, 36,7% viviam no campo. Em suma, a grande maioria dos trabalhadores subempregados não consegue nem ganhar o salário mínimo integral.

A maioria da população brasileira sofre um perverso processo de exclusão social. Mais de 10 milhões de crianças estão fora da escola. Mesmo entre as que estudam, grande parte acaba por abandonar os bancos escolares, seja por necessidade de trabalho, seja por falta de estímulo. Não há estímulo que resista diante de um ensino público de baixa qualidade e de uma educação elitista e discriminadora.

Para agravar o quadro, a população pobre sofre com todo tipo de doenças como consequência da desnutrição, da falta de saneamento básico e da crise do serviço de saúde pública. Cerca de 100 milhões de brasileiros consomem abaixo das 2.240 calorias diárias, que representam o mínimo vital para o ser humano. Desse total, 32 milhões de pessoas passam fome.

Como é profundo o abismo existente entre o reconhecimento formal e constitucional dos direitos do cidadão

para todos os brasileiros e as condições subumanas em que vivem parcelas majoritárias do povo! É uma situação de *apartheid* social que agride a consciência democrática da Nação.

Esta situação, Sr. Presidente, gera um contexto psicossocial tenso, explosivo, discriminador, violento e autoritário, no qual a vida perde gradualmente seu valor. Na realidade, a preocupação imediata de grande parte da população é defender o seu direito à vida.

Precisamos ter a coragem de dizer que os segmentos mais pobres do povo brasileiro são vítimas de um genocídio lento, silencioso e ininterrupto. A mortalidade infantil ceifa milhões de recém-nascidos. A subnutrição, a fome e as doenças matam outros milhões de crianças, adultos e idosos. Os grupos de extermínio completam o serviço ao eliminar crianças, jovens e adultos não apenas das favelas e periferia das cidades, bem como do campo e do interior.

Graças a Deus, contra esta barbárie, a sociedade se torna menos omissa. A opinião está tomando consciência de que a população que sofre também faz parte do Brasil e que todos estão no mesmo barco.

Com a colaboração da sociedade civil, participei de várias CPIs na Câmara dos Deputados que revelaram, com dados concretos, os horrores do extermínio e do tráfico de crianças, da prostituição infanto-juvenil e da esterilização em massa de mulheres pobres. Mas, enquanto a sociedade civil começa a reagir, a maioria das autoridades continua omissa e indiferente à sorte do povo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tento evitar as palavras radicais, mas é impossível não as usar quando descrevemos a situação social do Brasil, porque radical é a condição de miséria em que o povo está submetido.

As classes dominantes sempre viram como uma ameaça ao seu *status quo* a ascensão social das camadas populares. Para elas, qualquer esboço de movimentação ascendente por parte dos trabalhadores tem que ser rapidamente bloqueado e reprimido. O egoísmo das elites brasileiras é tão grave que não as deixa ter uma visão mais ampla e estratégica.

Ora, sabe-se que os países com distribuição de renda mais igualitária têm padrões de produtividade mais elevados. Esse é o modelo de desenvolvimento que devemos seguir, segundo o qual a melhoria da qualidade de vida da população não é considerada incompatível com a estabilidade e o crescimento da economia.

Sr. Presidente, em meio a todo esse caos social, dois grandes mitos dominam a história oficial do Brasil: o mito da índole pacífica do brasileiro e o da “democracia racial”. As reivindicações e manifestações do povo, contudo, sempre foram esmagadas com violência. Cunhada na República Velha, a máxima de triste memória enunciava que “a questão social é caso de polícia”. Bem a propósito, isso serve para, lamentavelmente, caracterizar todas as fases da história do País.

Mas hoje, 21 de março, Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial, quero enfatizar a dívida histórica que o Brasil precisa resgatar.

O Brasil precisa saldar uma dívida histórica que tem causado muita dor a parte expressiva do povo. Estou falando da dívida racial que, ainda hoje, causa sofrimento e frustração a milhões de brasileiros.

Quanto à suposta democracia racial, esta só existe mesmo no discurso oficial e livros escolares. A democracia

racial é uma ideologia criada para dissimular o racismo que existe na realidade, por meio da falsificação, omissão, folclorização e mitificação da história das populações afrobrasileiras e também da diminuição de seu peso específico na sociedade.

A discriminação racial está presente em todos os aspectos da vida social e é muito difícil ser regada. Segundo o Mapa do Mercado de Trabalho, do IBGE, relativo a 1990, enquanto o rendimento nominal médio das pessoas ocupadas era de 4,1 salários mínimos, as mulheres ficavam com 2,8 e os negros com 2,5.

No sistema educacional, os negros vão sumindo à medida que se sobe os graus de instrução. Na época do *apartheid*, havia mais negros nas universidades sul-africanas do que nas brasileiras. Temos que ainda considerar a ausência de referências às raízes históricas das populações afrobrasileiras nos currículos escolares.

Isso, naturalmente, deixa os negros em desvantagem, porque impede a construção da sua própria identidade coletiva, além de debilitar a sua autoestima e dificultar o desenvolvimento de todo seu potencial cultural.

As crianças e os adolescentes vítimas dos grupos de extermínio são, em sua maioria, negros. Do mesmo modo, é negra a maioria das mulheres pobres que se submetem à esterilização em massa no País, conforme constatou a CPI da Esterilização criada pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Constituinte e nos meus dois mandatos como Deputada Federal, apresentei projetos em defesa não só dos direitos do negro, mas também em defesa do índio e do imigrante nordestino. Como se sabe, a discriminação racial atinge também a população indígena, cuja maioria esmagadora foi extinta no

decorrer do processo de ocupação do território nacional. Mais sutil ainda é a existência de um novo tipo de discriminação que cresce no sudeste brasileiro. É o preconceito contra o nordestino pobre, que emigra para o sul em busca de oportunidade de trabalho.

Os teóricos do racismo brasileiro têm interpretado a miscigenação crescente, uma característica marcante de nossa sociedade, como um processo de branqueamento da população. Na realidade, somos hoje, depois da Nigéria, a segunda maior nação negra do mundo. Do ponto de vista democrático, o reconhecimento da miscigenação implica a aceitação da legitimidade da cultura do negro e de outras etnias, bem como da defesa da igualdade dos seus direitos na sociedade.

Existe uma relação de dependência entre a estratificação social e a discriminação racial. Quanto maior a discriminação racial maior a exclusão social. O resgate da dívida social não será feito sem o enfrentamento da questão social, já que seu êxito dependerá da participação dos próprios negros e demais etnias discriminadas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na formação da nacionalidade, a contribuição do negro foi marcante. Participamos ativamente de todos os momentos decisivos da história do País, tanto daqueles de consolidação nacional, quanto os de afirmação popular, democrática e racial. Estivemos com Henrique Dias na expulsão dos holandeses. Organizamos com Zumbi a República dos Palmares. Lutamos pela República, com Frei Caneca, na Confederação do Equador. Defendemos, na Bahia, com armas nas mãos, a recém-proclamada Independência do Brasil.

Estivemos, igualmente, nas revoltas populares da Cabanada, no Pará, da Balaiada, no Maranhão, da Sabinada,

na Bahia, e da Praieira, em Pernambuco. Participamos da Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e combatemos com heroísmo na Guerra do Paraguai. Cumprimos um papel decisivo na grande campanha popular do Abolicionismo, quando se destacaram os líderes negros Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. Estivemos com Antônio Conselheiro em Canudos. Participamos da consolidação da República e lutamos contra o elitismo da República Velha na Revolta do Forte de Copacabana e na Coluna Prestes.

Na sequência, estivemos na Guerra do Contestado e na Revolta da Chibata, com o marinheiro João Cândido, o “almirante negro”. Participamos da Revolução de 30 com Getúlio Vargas e lutamos bravamente na Força Expedicionária Brasileira contra o nazifascismo; participamos da campanha “O petróleo é nosso” e ajudamos a construir Brasília.

Reorganizamos com Lula o movimento sindical independente e lutamos na linha de frente contra o autoritarismo militar, pela anistia e pelas Diretas-Já. Lideranças negras de diferentes segmentos estão sendo eleitas para cargos executivos e legislativos.

Destacamos a participação política do negro porque, mesmo quando é reconhecida, é subestimada. Na dança, na música, na literatura, nos esportes, nas artes plásticas e no folclore, nossa contribuição é mais reconhecida. Apesar do sistema educacional excludente, no campo das ciências e da filosofia, muitos negros também se destacaram, como André Rebouças, na Engenharia; Juliano Moreira, na Medicina; Manoel Querine e Edson Carneiro na Etnografia, e Tobias Barreto, na Filosofia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os negros, índios, mestiços e pobres em geral que participam e continuam a participar da construção do País com o seu trabalho físico e intelectual sempre são deixados fora do edifício nacional; são vergonhosamente tratados como cidadãos de segunda categoria. Enquanto persistir tamanha injustiça social e continuar a absurda discriminação racial, nunca teremos uma democracia realmente ampla, sólida, enraizada.

Chego ao Senado com o voto de negros, mestiços, brancos e com o compromisso maior de lutar contra todo tipo de discriminação. Democracia significa, antes de tudo, o respeito às diferenças raciais, ideológicas, religiosas, culturais, regionais e de qualquer outra natureza. Assumo com muito orgulho minha negritude e minhas origens sociais. A trajetória que percorri, das bases sociais até minha atual condição, é uma referência da qual jamais me afastarei.

Vou trabalhar incansavelmente pelo fim das desigualdades sociais, para que todos os brasileiros tenham a mesma oportunidade de ascensão social. Enquanto não assumir o caráter multirracial de sua identidade nacional, o Brasil não encontrará seu verdadeiro destino de grande Nação.

No Dia da Consciência Negra, vinte de novembro, vamos comemorar os trezentos anos da morte de Zumbi, ou melhor, da imortalidade, pois seu espírito rebelde continua vivo em todos nós. Zumbi foi o maior líder do Quilombo dos Palmares, uma comunidade democrática criada no século XVII, na Serra da Barriga, Alagoas, por escravos negros fugitivos; e ao longo de quase cem anos Palmares foi uma comunidade multirracial da

qual participaram também índios, brancos e mestiços. Portanto, Palmares é patrimônio histórico não apenas dos negros, mas também de todo o movimento democrático e popular do País.

A campanha pelos Trezentos Anos da Imortalidade de Zumbi é o momento ideal para se resgatar a identidade histórica do negro e para se discutir amplamente a discriminação racial no Brasil. É hora de realizar um grande diálogo multirracial para aprofundarmos a unidade nacional, com base no respeito às diferenças étnicas e raciais.

>>>
~~Luiza~~
~~Bairros~~

(Porto Alegre, RS, 1953 – Porto Alegre, RS, 2016)

Administradora, com mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia, foi Secretária de Promoção da Igualdade Racial da Bahia entre 2007 e 2011 e ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, entre 2011 e 2014.



**NOSSOS
FEMINISMOS
REVISITADOS**

*Artigo
publicado na
revista Estudos
Feministas, em
janeiro de 1995.*

Certa vez em Salvador Bahia vi na televisão um quadro sobre culinária. Era um programa matinal dirigido ao público feminino onde se demonstrava como preparar um prato do qual já nem lembro. Naquele momento o que prendia minha atenção estava atrás da imagem imediatamente visível na tela de TV. O cenário era uma cozinha e o personagem principal uma apresentadora que não parava de dar instruções e conselhos. Em contraposição uma jovem negra participava da cena no mais completo mutismo.

Naquele programa o estereótipo que nos associa a boa cozinheira foi redefinido pela redução da mulher negra ao papel de coadjuvante mesmo no limitado espaço imposto pelo racismo. Para mim entretanto tão poderosa quanto o silêncio era nossa outra fala transmitida pela pele negra e realçada pelo penteado de tranças da ajudante. Uma imagem posta em nossos próprios termos desligada das representações de submissão atribuídas a nós mulheres e homens negros. Se por um lado os produtores de TV acham que não possuímos a autoridade e

segurança necessárias para ensinar até mesmo o que supostamente fazemos melhor por outro é evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação sem que de algum modo emergjam os contradiscursos que (re)criamos nas duas últimas décadas.

Os significados embutidos na cena não param por aí. O papel desempenhado pela apresentadora-branca era superior apenas na aparência pois ela estava restrita ao espaço geralmente desvalorizado da atividade doméstica. Logo sua autoridade só pôde evidenciar-se quando contraposta ao papel secundária da ajudante negra.

Numa sociedade racista sexista marcada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais? Esta é uma questão recorrente não totalmente resolvida pelos vários feminismos que interpretam a opressão sexista com base num diferenciado espectro teórico político ideológico de onde o movimento feminista emergiu.

Conceitos fundamentais do feminismo

De acordo com Judith Grant,¹ as versões mais conhecidas do feminismo – radical, liberal, socialista – não foram capazes de dar conta de questões como as que me foram sugeridas pelo programa de TV porque herdaram do feminismo radical três conceitos básicos (e problemáticos): mulher, experiência e política pessoal.

Num determinado momento os conceitos foram úteis para definir uma coletividade e seus respectivos interesses,

1 GRANT, Judith. *Fundamental Feminism Contesting the Core Concepts of Feminist Theory*. Nova Iorque: Routledge, 1991.

assim justificando o estabelecimento de uma organização política independente. Mas por outro lado mostraram-se inconsistentes quando usados para definir o que nos une a todas enquanto mulheres. Para a autora tal convergência conceitual é chave para entender porque certos feminismos desconsideram categorizações de raça, de classe social e de orientação sexual, favorecendo assim discursos e práticas voltados para as percepções e necessidades de mulheres brancas heterossexuais de classe média. Vejamos como esse argumento é elaborado.

O uso do conceito mulher traz implícita tanto a dimensão do sexo biológico como a construção social de gênero. Entretanto a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal – passiva emocional etc. – como forma de lidar com os papéis de gênero. Na prática aceita-se a existência de uma natureza feminina e outra masculina fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos da natureza.² Dessa perspectiva a opressão sexista é entendida como um fenômeno universal sem que no entanto fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais.

Para definir opressão, o feminismo lança mão do conceito experiência segundo o qual opressiva seria qualquer situação que a mulher defina como tal independentemente de tempo, região, raça ou de classe social.³ Cabe notar que essa definição ao mesmo tempo

2 GRANT, op cit, p. 21 e 24.

3 Ibidem, p. 30. O exemplo mais clássico da abrangência do conceito experiência refere-se às mulheres dos setores sociais dominantes cuja opressão se manifestaria pelos limites a que estão sujeitas quando colocadas no pedestal que os privilégios de classe lhes garantem.

que reforça um dos aspectos definidores do feminismo em relação a outros sistemas de pensamento – a importância da subjetividade em oposição à objetividade – também abre a porta para as generalizações. Isto, associado ao maior acesso aos meios de propagação de ideias por certos grupos, sem dúvida contribuiu para que experiências localizadas fossem tomadas como parâmetro para as mulheres em geral.

Há duas versões do pensamento feminista que explicitamente tentam definir a mulher com base em experiências tidas como universais. A primeira coloca a *maternidade* como a experiência central na identidade das mulheres. Ao responder porque constituímos um grupo diferente coloca em destaque valores ligados à prática das mães: altruísmo, carinho cuidado com os interesses do outro. A ênfase num aspecto compartilhado apenas em caráter biológico como parte integral da identidade feminina reforça noções patriarcais do que é tradicional ou naturalmente feminino, apenas atribuindo a estas características um valor superior àquelas geralmente associadas ao homem.⁴ Por outro lado não evita a manifestação de interesses contraditórios como bem demonstram as dificuldades que se tem ainda hoje de definir um entendimento comum para temas como aborto ou até mesmo direitos reprodutivos.

A segunda toma a sexualidade entendida como forma de poder que transforma a mulher em objeto sexual do homem como a experiência capaz de unificar todas as mulheres. Dessa perspectiva a mulher tende a ser interpretada como vítima de um poder definido como intrinsecamente masculino. Também nesse caso a tentativa de generalizar experiências fracassa. Prova disto são as

⁴ Ibidem, p. 59.

diferentes percepções sobre estupro, assédio sexual e mais recentemente a discussão sobre pornografia e violência que tem dividido opiniões sobre o que é ou não a submissão da mulher à vontade do macho. Veja-se a esse respeito a colocação das homossexuais norte-americanas que reivindicam o sadomasoquismo como uma forma legítima de exercício da sexualidade assim opondo-se a interpretações que problematizam essas mesmas práticas em relações heterossexuais.

A ênfase na experiência levou à afirmação de que o pessoal é político e o terceiro conceito básico do feminismo. A ideia de que problemas de mulher são meramente pessoais foi descartada quando o movimento feminista propôs-se a agir no sentido de estabelecer soluções comuns. Política então seria qualquer relação de poder mesmo fora da esfera pública da ação direta do Estado ou da organização capitalista da sociedade. Daí a importância da noção de dominação masculina de acordo com a qual se poderia definir como instituição política qualquer atividade estruturada para perpetuá-la, como no caso do casamento e da família.⁵

Transformando os conceitos fundamentais

Há pelo menos duas teorias feministas que procuram superar as limitações dos conceitos fundamentais, sem no entanto abandoná-los totalmente. Uma é o feminismo socialista, que parte do referencial teórico marxista para analisar a base material da dominação masculina. Entretanto, como as categorias feministas fundamentais fo-

⁵ Ibidem, p. 34.

ram estabelecidas em oposição aos postulados marxistas, torna-se difícil atribuir equivalências para conceitos como produção e reprodução (frequentemente tratados no feminismo como esferas separadas), assim como introduzir a análise de temas como sexualidade e socialização de crianças, definindo patriarcado não como ideologia mas enquanto uma estrutura com base material.⁶

As socialistas, entretanto, pelo menos ofereceram alternativas para que se entendesse a intersecção entre gênero, raça, orientação sexual e classe. Contudo, mantêm a experiência como o principal elemento para definir a opressão sexista e entendem esta como mais importante. Pensaram as outras dimensões como parcelas que se somam à de gênero, dando assim margem às nossas conhecidas formulações em termos de dupla ou tripla opressão: sexismo + racismo + homofobia + etc.

A aceitação mais ou menos acrítica de que existiriam grupos mais discriminados que outros resultou da incapacidade de oferecer uma formulação que evidenciasse como somos todas e todos afetados pelo sexismo em suas diversas formas – homofobia, machismo, misoginia. A percepção de que o homem deve ser, por exemplo, o principal provedor do sustento da família, o ocupante das posições mais valorizadas do mercado de trabalho, o atleta sexual, o iniciador das relações amorosas, o agressivo, não significa que a condição masculina seja de superioridade incontestável.

Essas mesmas imagens cruzadas como racismo reconfiguram totalmente a forma como homens negros vivenciam gênero. Assim, o negro desempregado ou ganhando um salário minguado é visto como o preguiçoso,

6 *Ibidem*, p. 53.

o fracassado, o incapaz. O atleta sexual é percebido como um estuprador em potencial, o agressivo, torna-se o alvo preferido da brutalidade policial. Só que estes aspectos raramente são associados aos efeitos combinados de sexismo e racismo sobre os homens que reforçam o primeiro na ilusão de poder compensar os efeitos devastadores do segundo.

A outra tentativa mais recente de transformar as categorias mulher, experiência e política pessoal é o ponto de vista feminista (*feminist standpoint*). Segundo essa teoria a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista.

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas.

Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender nos diferentes feminismos mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vívida

através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra.⁷

Nos Estados Unidos o feminismo negro é uma das principais expressões da teoria do ponto de vista (*standpoint theory*). A discussão sobre as categorias mulher, experiência e política pessoal delineada nas seções anteriores já havia sido antecipada por escritoras negras cuja perspectiva feminista prescinde de uma identidade comum para todas as mulheres. E este tipo de abordagem que permitirá responder de forma mais satisfatória as questões que coloquei inicialmente a partir do programa de TV para mulheres onde a assimetria nas relações de brancas e negras era mostrada como se não fosse problemática.

Bell Hooks, destacada feminista afro-americana, corretamente afirma que o que as mulheres compartilham não é a mesma opressão mas a luta para acabar com o sexismo, ou seja, pelo fim das relações baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas. Para nós negros é necessário enfrentar esta questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de

⁷ Como salientado no parágrafo anterior, homens também vivenciam raça através de gênero, mas, ao contrário das mulheres, não percebem os efeitos opressivos do sexismo sobre sua própria condição. Daí tenderem a confundir o combate as desigualdades de gênero com antagonismo entre homens e mulheres ou com uma tentativa destas de acabar com privilégios da condição masculina, que eu duvido possam ser desfrutados plenamente por homens negros numa sociedade racista. Até por isto o movimento negro, um dos poucos espaços que se oferecem para a expressão plena de pessoas negras, também é palco para o exercício de um sexismo que não poderia manifestar-se em outras esferas da vida social, especialmente aquelas dominadas por (homens) brancos.

poder nas esferas pessoal, interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo. A crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridades.⁸

Nesse sentido, a frase “o pessoal é político”, para Hooks, não significa como muitos ainda a interpretam a primazia de uma dimensão sobre a outra, mas a compreensão de que o pessoal pode constituir-se em ponto de partida para a conexão entre politização e transformação da consciência. Logo, não se trata de uma simples descrição da experiência de opressão de mulheres por homens, mas do entendimento crítico sobre o terreno de onde essa realidade emerge.⁹

Importante notar que essa afirmação já contém a compreensão que mais tarde Grant sintetizou: Feminismo é o instrumento teórico que permite dar conta da construção de gênero como fonte de poder e hierarquia que impacta mais negativamente sobre a mulher. E a lente através da qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente com vistas à reinvenção de mulheres e de homens fora dos padrões que estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro.

É desse modo que a afro-americana Patricia Hill Collins desvenda uma longa tradição feminista entre mulheres negras com base no pensamento daquelas que desafiaram ideias hegemônicas da elite masculina branca expressando uma consciência sobre a intersecção de raça e classe na estruturação de gênero. Tal tradição constituiu-se

8 HOOKS, bell. *Talking Back Thinking Feminist: Thinking Black*. Boston, MA: South End Press, 1989. p. 23.

9 HOOKS, op. cit., p. 106 e 108.

em torno de cinco temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o legado de uma história de luta, 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe, 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle, 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias, 5) e a política sexual.¹⁰

A autora considera como contribuição intelectual ao feminismo não apenas o conhecimento externado por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico, mas principalmente aquele produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras empregadas domésticas, militantes pela abolição da escravidão e pelos direitos civis, cantoras e compositoras de música popular.

Assim, através de depoimentos, documentos, letras de música, autobiografias, novelas e textos acadêmicos de mulheres negras, Collins traça um perfil de uma tradição intelectual subjugada também em função de critérios epistemológicos que negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento. O pensamento feminista negro seria então um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade, ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem.¹¹

A contribuição de Collins é particularmente útil para entendermos que a forma como a mulher negra foi mostrada naquele programa sobre culinária é paradigmática da contradição que enfrentamos nas várias esferas de

10 COLLINS, Patricia H. *Black Feminist Thought Knowledge Consciousness and Politics of Empowerment*. Nova Iorque NY Routledge 1991.

11 *Ibidem*, p. 26.

relações sociais. A supressão ou aceitação condicional do nosso conhecimento é sempre uma possibilidade, mesmo nos contextos que dependem de nossa atuação.¹² Mais especificamente, nossa posição pode ser melhor compreendida através do lugar ocupado pelas empregadas domésticas. Um trabalho que permitiu à mulher negra ver a elite branca a partir de uma perspectiva a que nem os homens negros e nem mesmo os próprios brancos tiveram acesso.¹³

O que se espera das domésticas é que cuidem do bem-estar dos outros, que até desenvolvam laços afetivos com os que delas precisam, sem no entanto deixarem de ser trabalhadoras economicamente exploradas e, como tais, estranhas ao ambiente do qual participam (*outsider within*). Contudo, isto não deve ser interpretado como subordinação. No limite, essa marginalidade peculiar e que estimula um ponto de vista especial da mulher negra (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante.¹⁴ A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política. Várias militantes têm ressaltado que da forma como se propagaram as ideias e realizações dos movimentos negro e feminista tem-se a impressão de que todos os negros são homens e todas as mulheres são brancas.

12 Várias militantes têm ressaltado que da forma como se propagaram as ideias e realizações dos movimentos negro e feminista tem-se a impressão de que todos os negros são homens e todas as mulheres são brancas. Para combater essa crença, Paula Giddings escreveu *When and Where I Enter: The Impact of Black Women on Race and Sex In America*. Nova Iorque: William Morrow and Co, 1984. Uma fascinante reconstrução da liderança desempenhada por mulheres negras nas lutas feministas e contra o racismo nos Estados Unidos.

13 COLLINS, op. cit., p. 11.

14 Idem.

>>>
~~Elisa~~
~~Lucinda~~

(Cariacica, ES, 1958)

Atriz, poeta, jornalista e cantora. Publicou seu primeiro livro de poesias, O Semelhante, em 1994, que originou a peça de mesmo nome, sucesso no Brasil e no exterior, em cartaz por mais de seis anos. Tem catorze livros publicados, atua no teatro, cinema e televisão.

**MULATA
EXPORTAÇÃO**

*Poema
publicado em
1995, no livro
O Semelhante.*

“Mas que nega linda
E de olho verde ainda
Olho de veneno e açúcar!
Vem nega, vem ser minha desculpa
Vem que aqui dentro ainda te cabe
Vem ser meu álibi, minha bela conduta
Vem, nega exportação, vem meu pão de açúcar!
(Monto casa procê mas ninguém pode saber,
entendeu meu dendê?)
Minha tonteira minha história contundida
Minha memória confundida, meu futebol,
entendeu meu gelol?
Rebola bem meu bem-querer, sou seu improvisado,
seu karaokê;
Vem nega, sem eu ter que fazer nada. Vem sem
ter que me mexer
Em mim tu esqueces tarefas, favelas, senzalas,
nada mais vai doer.
Sinto cheiro docê, meu maculelê, vem nega, me
ama, me colore
Vem ser meu folclore, vem ser minha tese sobre
nego malê.
Vem, nega, vem me arrasar, depois te levo pra
gente sambar.”

Imaginem: Ouvi tudo isso sem calma e sem dor.
Já preso esse ex-feitor, eu disse: “Seu delegado...”
E o delegado piscou.
Falei com o juiz, o juiz se insinuou e decretou pequena pena
com cela especial por ser esse branco intelectual...
Eu disse: “Seu Juiz, não adianta! Opressão, Barbaridade,
Genocídio
nada disso se cura trepando com uma escura!”
Ó minha máxima lei, deixai de asneira
Não vai ser um branco mal resolvido
que vai libertar uma negra:
Esse branco ardido está fadado
porque não é com lábia de pseudo-oprimido
que vai aliviar seu passado.
Olha aqui meu senhor:
Eu me lembro da senzala
e tu te lembras da Casa-Grande
e vamos juntos escrever sinceramente outra história
Digo, repito e não minto:
Vamos passar essa verdade a limpo
porque não é dançando samba
que eu te redimo ou te acredito:
Vê se te afasta, não invista, não insista!
Meu nojo!
Meu engodo cultural!
Minha lavagem de lata!
Porque deixar de ser racista, meu amor,
não é comer uma mulata!



>>>
**Nilma
Gentes**

(Belém, PA, 1948)

Militante paraense.
Graduada em Engenharia
Agrônômica. Uma das fundadoras
do Centro de Estudos e Defesa
do Negro do Pará (Cedenpa),
em Belém. Idealizadora da
Marcha das Mulheres Negras
e a principal responsável pela
incorporação do bem-viver
como bandeira do movimento.

**BRASIL -
DURBAN -
BRASIL: UM
MARCO DA
LUTA CONTRA
O RACISMO**

Meu grito de revolta ecoou
pelos vales mais longínquos da Terra,
atravessou os mares e os oceanos,
transpôs os Himalaias de todo o Mundo,
não respeitou fronteiras
e fez vibrar meu peito...

*Publicado,
em 2002, na
revista Estudos
Feministas*

*(Trecho da poesia "Meu Grito de Revolta",
de Amílcar Cabral, poeta e grande líder político
de Cabo Verde, Guiné-Bissau)*

O magnetismo de uma África ancestral

Quando se está diante de um mapa do mundo, dos produzidos em nosso país, é quase inevitável pousar imediatamente o olhar sobre a África, o Brasil e o Atlântico. Isso sempre carrega meu pensar para a tragédia da escravidão, e, ato contínuo, meu olhar caminha para a Europa, aquele pedacinho de terra – que alguém já disse ser apenas uma península da Ásia – de onde emanava e emana, ainda, a opressão a milhares de povos no mundo.

Pensar África do Sul é fazer associação quase imediata ao *apartheid*, Nelson Mandela, Winnie Mandela, Steve Biko, Zulus, Shosas, Congresso Nacional Africano (CNA) e a toda a luta dos africanos daquele país, pelo direito de exercer a liberdade em seu próprio chão. Detendo o olhar no Brasil, é forçoso pensar nas nações indígenas que, como muitos povos negros na África, até hoje lutam, não só para existir, como para ter um lugar em seu próprio território. Pensar nosso país é pensar também no seu tamanho físico e no tamanho das desigualdades sociais nele existentes, onde nós, negros, somos, numérica e psicologicamente, os mais prejudicados entre todos os segmentos que formam sua população. Apesar disso, felizmente, muitos de nós herdamos da ancestralidade africana, entre outros bens valiosos, o gostar da simples oportunidade de se sentir no mundo, de ter o privilégio de se saber parte dessa natureza tão diversificada, tão linda. Essa herança afrocultural faz com que, na maioria de nós, as adversidades da vida não sejam motivo para que desapareça a alegria de estar no mundo. A propósito, percebe-se que esse traço afro, que se tornou determinante no viver da maior parte da população brasileira, causa um certo incômodo a muitos de nossos opressores, sobretudo, nos mais pasmaceiros cultuadores do eurocentrismo em nosso país. Entremeando, assim, registros de fatos e divagações, tentarei deixar algumas impressões sobre a III Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ressaltando, desde logo, que se trata de um depoimento, em pretuguês e sob uma ótica particular. Contudo, tentarei não fragmentar demais o ser e a razão de ser ativista do movimento negro brasileiro, há mais de duas décadas, com todos os erros e acertos desse ativismo. Começo, então, registrando

que ir a Durban parecia mais um sonho que uma possibilidade real. Porém, paulatinamente, desde o início do ano 2000, o que parecia tão distante foi ficando cada vez mais perto. Por isso não consigo pensar a Conferência sem me lembrar de muitos trechos do caminho, inclusive dos obstáculos que fomos removendo dia após dia, fazendo com que o Atlântico fosse ficando cada dia mais estreito, até que a pangeia se tornasse novamente realidade. Durban, segundo uma jornalista brasileira lá residente, corresponderia, no Brasil, à cidade de Fortaleza (CE). Mas pode-se dizer também que corresponde a qualquer cidade brasileira, do ponto de vista sociorracial. Ou seja, os brancos são “os proprietários” e os negros “os mais espoliados”. Assim, embora o processo da ascensão dos negros ao poder esteja em curso, ainda falta muito tempo e muita luta para que o *apartheid* (agora oficioso) seja, de fato, eliminado na África do Sul – em Durban, por exemplo, ainda observa-se que a maioria dos negros reside em neobantustões. De qualquer maneira, o exemplo de lá pode sinalizar para nós, negros brasileiros, que o *apartheid* informal do Brasil poderá também ser eliminado, mesmo que palmo a palmo.

A biruta mostrava vento favorável

Permitindo-me fazer uma comparação esdrúxula, penso que, pelos seus efeitos concretos, as Conferências Mundiais da ONU se assemelham às estatísticas brasileiras: são precárias, mas é melhor tê-las como referência do que não dispor de referência alguma. No caso da de Durban, diferentemente de muitas outras conferências que tiveram temas bem definidos – ecologia, mulher e outros –,

o campo temático era de largo espectro. Mesmo assim, logo que começou a divulgação oficial, ficamos meio asanhadas(os) com a possibilidade de que o racismo, propriamente dito, acabasse sendo o tema privilegiado. O tempo foi passando e as informações que surgiam sinalizavam o contrário, ou seja, dificilmente a Conferência seria centrada no racismo. Mas, assim mesmo, persistia uma certa expectativa de que esta era a nossa vez. Nas iniciativas internacionais de combate ao racismo (inclusive nas Conferências de 1978 e 1983), os negros norte-americanos e os sul-africanos tinham conseguido ganhos significativos. Então, em tese, agora seria a vez de o *apartheid* brasileiro entrar na ordem do dia, já que, como é sabido, o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo. Entretanto, a desistência do governo brasileiro em sediar a conferência preparatória regional da América Latina acendeu um sinal de alerta para o movimento negro. Essa decisão, além de reduzir drasticamente as possibilidades de que milhares de negros brasileiros pudessem participar dessa conferência preparatória, sinalizava também que o Governo Federal não estava disposto a dar o tratamento que o tamanho e a complexidade da questão exigem.

Paralelamente a isso, mesmo não acreditando muito na possibilidade de participar da Conferência, o Cedenpa procurou seguir os trâmites burocráticos que poderiam nos levar até lá. Assim, muitas instruções foram coletadas diretamente através de *sites* e outras foram chegando pelo correio eletrônico, de forma que acabamos reunindo muitas informações sobre como participar e coletando um volume significativo de material de excelente conteúdo sobre os temas a serem tratados. Garantir a presença de nossa

entidade em pelo menos uma das reuniões preparatórias era absolutamente necessário para se poder chegar ao grande evento. Nesse particular, nossa inclusão na Articulação de ONGs de Mulheres Negras Rumo à III Conferência foi decisiva pois, a partir disso, os caminhos foram se tornando menos pedregosos. De qualquer maneira, foram meses e meses de trabalho árduo, quando se ficava cuidando dos planos operacionais da Entidade e, ao mesmo tempo, tentando não perder o bonde da história – um olho no padre outro na missa. Um segundo sinal de alerta foi quando se teve notícia de que a questão dos palestinos e israelenses iria fazer parte das discussões da Conferência. Em nosso entender, se isso acontecesse, certamente iria distorcer o “espírito” da Conferência, pois, apesar de reconhecermos algumas das facetas xenofóbicas nessa “questão bíblica”, ela não deveria ser incluída na Conferência, já que se liga muito mais a ocupações de territórios e ao imperialismo em si. Ou seja, não se liga diretamente à questão do racismo, da xenofobia explícita, do machismo, da homofobia, da questão dos portadores de necessidades especiais e das outras discriminações que atormentam o cotidiano de muito mais gente que as populações palestina e judia, somadas, residentes naquela parte do Oriente Médio. Ainda assim, continuamos nutrindo a esperança de que os arranjos e as combinações políticas se dessem de tal maneira que todas as temáticas acabassem sendo discutidas em um clima de razoável entendimento.

Um pouco mais sobre a preparação

Estava ciente de que quem tivesse conhecimento de outras línguas, sobretudo o inglês, as entidades mais bem

organizadas e com experiência em conferências mundiais, teriam, certamente, maiores possibilidades de garantir a participação, inclusive com certa antecedência. Não teriam, por exemplo, que esperar o apagar das luzes para saber se viajariam ou não para Durban. Acho importante dizer que, no conjunto das organizações negras do Brasil, entendemos que o Cedenpa não se insere nem na vanguarda nem na retaguarda do movimento. Isso porque não acreditamos que um trauma social tão forte quanto o racismo histórico no Brasil possa ser solucionado em um passe de mágica, como também não acreditamos que a classe média negra, embora importante no combate ao racismo, possa, de fato, ser o grande motor de uma transformação social absolutamente inclusiva para o segmento negro. O medo da pobreza e da miséria é praticamente instintivo na classe média, então ela só irá até onde os excessos de “gorduras” e um pouquinho de sua “carne” permitirem que ela continue aliada ao povo empobrecido. Voltando ao processo preparatório, a participação de nossa Entidade se deu principalmente em três eixos: através da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Rumo à III Conferência; das reuniões preparatórias do Ministério da Justiça; e através do Fórum de Entidades Negras, participando, nesse caso, como membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen).

Vários documentos consubstanciados que circularam pelo correio eletrônico foram importantíssimos para o entendimento do conteúdo e do nível das discussões que iriam ocorrer na Conferência, e também para forçar-nos a refletir e nos posicionar sobre novos e antigos conceitos ligados ao racismo, suas causas, consequências e medidas eficazes para neutralizá-los. Desse processo preparatório

saíram os principais pontos que queríamos ver defendidos pelo governo na Conferência. Tais pontos foram:

1. condenação do tráfico de escravos como crime de lesa-humanidade;
2. adoção do princípio de reparações aos povos africanos e afrodescendentes;
3. reconhecimento das bases econômicas de operação do racismo;
4. adoção de políticas públicas corretivas pelos Estados nacionais nas áreas de saúde, educação, habitação e emprego;
5. adoção de políticas de desenvolvimento nas comunidades e terras de afrodescendentes, incluindo acesso às novas tecnologias;
6. adoção de políticas específicas para mulheres africanas e afrodescendentes;
7. adoção de mecanismos de combate às consequências do racismo e da pobreza;
8. reconhecimento da prática de racismo no sistema penal e adoção de medidas corretivas;
9. reforma do sistema legal nacional e apoio à adoção de medidas internacionais que permitam o combate eficaz do racismo;

10. reconhecimento da múltipla discriminação agravada pela orientação sexual;

11. racismo ambiental.

Não obstante esse consenso no plano não governamental, as notícias que chegavam sobre as reuniões preparatórias no âmbito oficial já começavam a dar mostras das dificuldades que surgiriam na própria Conferência. A realização de uma reunião adicional, em Genebra, não conseguiu limar as principais arestas da bela escultura que todos queríamos que fosse produzida, a qual deveria chegar a Durban com possibilidade de ser exposta, admirada e aprovada por aclamação. Porém, a “escultura” não ficou pronta.

Sobre o Fórum das ONGs

Além de chegar a Durban com o Fórum Mundial de ONGs já em andamento, o processo de credenciamento para a Conferência praticamente impossibilitou nossa participação efetiva nesse importante evento. Acredito que foi uma perda terrível, pois minha expectativa era enorme em ouvir e ver os grandes expoentes do atual pensamento alternativo. Felizmente nem tudo foi perdido. Consegui ver e ouvir parte da palestra de Rigoleta Menchu, ver e ouvir o pronunciamento de Fidel Castro e assistir a parte de uma mesa que contou com a participação de Winnie Mandela e Angela Davis. Sobre esses eventos, quero destacar que tentei, sem sucesso, através de alguns jornalistas, saber que medidas oficiais o governo Fidel Castro estava adotando para combater o racismo antinegro em Cuba.

Evidentemente que esse era um assunto incomodativo que muitos – até de nossas searas – não queriam encarar. Na mesa das mulheres, Winnie Mandela me pareceu muito “asséptica”, sem aquela aura que cada militante do movimento negro, sobretudo nós, mulheres negras, construiu em torno dela. Já o oposto ocorreu no caso da Angela Davis. Que figura!!! Ela, por si só, já transmitia uma enorme energia de luta; talvez até por ter consciência de sua importância por ser um dos principais ícones da luta de milhares de famílias negras, sobretudo mulheres negras, escravizadas por séculos em todas as Américas. Cabe destacar, por outro lado, que a ausência de Nelson Mandela, tanto no Fórum de ONGs quanto na Conferência, causou uma enorme frustração em todos que foram na expectativa de ouvir algum pronunciamento desse grandioso líder de todas as lutas contra as opressões sociorraciais.

A Conferência

Acho bom iniciar pelo credenciamento. Foi uma catástrofe organizativa. Praticamente toda a documentação que enviamos para Genebra não teve validade. Provavelmente só as organizações que conseguiram participar de todas as pré-conferências não tiveram grandes problemas. Nós, como todos os outros simples mortais, tivemos que enfrentar as longas filas, diariamente, para conseguir credencial e entrar nos espaços onde estavam sendo discutidos os documentos principais – a Declaração Final e o Plano de Ação.

Por intermédio de algumas fontes, soube que houve uma série de boicotes desde os primórdios organizativos

dessa Conferência, inclusive para desqualificar as organizações encarregadas dessa tarefa. Não é muito difícil acreditar nisso, sabendo-se que, se em nível micro esses boicotes acontecem com frequência, imaginem no campo macro do racismo internacional. Observou-se, então, que, apesar do esquema de transporte ter funcionado bem, surgiram muitos problemas com relação à hospedagem e vários obstáculos foram criados dificultando o acesso pleno aos espaços da Conferência.

Um aspecto não menos difícil de contornar foi a ditadura da língua inglesa. Quase todas as discussões, publicações, informes, estavam em inglês – relativamente poucos em francês, pouquíssimos em espanhol e nada em português. Sabíamos que a língua inglesa seria preponderante, mas foi um exagero!

Por outro lado, um dos grandes problemas que surgiram logo no início da Conferência foi a divulgação de que o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU não iria aceitar, entre os documentos oficiais, o relatório do Fórum das ONGs, o que, segundo fui informada, era praxe em outras conferências. Outro dos grandes problemas surgidos logo no início foi quando os representantes dos United States of America (USA), juntamente com os de Israel, decidiram se retirar da Conferência. Realmente foi um deus-nos-acuda!

Para o movimento negro latino-americano, foi uma noite insone. Algumas lideranças exponenciais eram pressionadas a fazer análise da conjuntura à luz de informações fidedignas ou não. Levando-se em conta que as organizações brasileiras têm tradição de não saber fazer análise de conjuntura (o Brasil é “melhor” em análise retrospectiva para constatar os erros das análises de

conjunturas), em tese, as organizações negras também sofrem dessa mesma anemia política. Então, as opiniões eram volumosas e divergentes: a União Europeia seguiria a decisão norte-americana; os países que tinham débitos com os Estados Unidos seriam forçados a também deixar a Conferência, e o Brasil era um deles; a União Europeia não deixaria a Conferência em respeito ao esforço da África do Sul, e por aí seguiam as derivações. Aparentemente, a poeira baixou e nenhum outro país abandonou a Conferência. Para alguns, a saída dos Estados Unidos já estava se tornando uma regra, pois já tinham saído de outras Conferências e/ou não assinado alguns tratados internacionais. Tudo já estava planejado.

Ossos difíceis de roer

Embora com acesso limitado, pudemos assistir a parte das discussões do texto final do Plano de Ação e, de fato, não só era um processo hipercansativo, como também havia questões que, já se sabia, não chegariam a alcançar o consenso. Aliás, na minha opinião, todas as decisões coletivas deveriam seguir esse processo – de buscar o consenso – pois, mesmo com algumas desvantagens, é muito mais interessante que o da disputa voto a voto, até porque as múltiplas argumentações enriquecem o conteúdo da temática discutida e acabam deixando explícitos quais atores estão ou não emperrando a tomada de decisão. Das sessões que presenciei, quero destacar as seguintes observações:

1. conforme já havia sido notado nas discussões preparatórias, Portugal e Espanha, países mais diretamente

implicados nos históricos crimes cometidos na América Latina, simplesmente continuaram se fingindo de mortos. Ou seja, trataram de utilizar o representante da União Europeia, que era da Bélgica, como testa de ferro de suas posições contrárias à aprovação das reparações aos povos africanos e afrodescendentes. Evidentemente que os outros principais delinquentes do processo escravista – Inglaterra, Holanda e França – tinham também na Bélgica seu ventríloquo oficial, para barrar tudo que implicasse dispêndio de recursos financeiros. Logo, a palavra “reparação” começou a soar como blasfêmia;

2. os Estados Unidos abandonaram a Conferência, mas o Canadá, geminado que é aos mesmos, não só territorialmente mas nos interesses imperialistas, passou a substituí-los e a fazer dobradinha com a União Europeia, colocando-se, evidentemente, contrário a tudo que pudesse vir a provocar qualquer redução de lucros – palavra de conteúdo mais sagrado e que pode servir de símbolo do G-7 (ou G-8?);

3. por sua vez, a representante do Paquistão, uma das mais ativas no plenário (e uma das vozes mais “palestinas”), apesar de ser forte aliada nossa, nas cobranças reparatórias ao mundo enriquecido à custa da exploração histórica, se posicionava absolutamente homofóbica e também fazia ouvido de mercador às reivindicações ligadas à melhoria das relações de gênero;

4. o Brasil, por sua vez, nem parecia o Brasil que conhecemos aqui no Brasil. Com posições altamente progressistas que até admitiam avanços nas ações afirmativas,

também foi o grande porta-voz das organizações que defendiam o pleno direito dos homossexuais a um “viver convencional”. A diplomacia brasileira parecia tão politicamente correta que, como muitos, fiquei acreditando que o Brasil do Itamarati não é o mesmo do Ministério da Educação, ou o da Fazenda ou mesmo o da Presidência da República. Esse louvável posicionamento oficial do governo brasileiro constatado em Durban já vinha sendo explicitado nas pré-conferências, mas estávamos meio céticos. Então, diante das dificuldades de consenso em alguns pontos, sobretudo do Plano de Ação, sabíamos, já àquela altura, que todo um trabalho teria que ser feito na volta ao Brasil, principalmente tomando por base os 11 pontos citados anteriormente.

Outro aspecto que deve ser destacado é que correram soltas as articulações de todos os matizes, inclusive nas de busca de apoios a projetos sociais junto aos órgãos passíveis de formalização de acordos multilaterais e às agências de cooperação internacional. As entidades que detivessem informações privilegiadas de onde seria essa ou aquela reunião teriam mais chances. Contudo, as disputas por espaços de poder dentro do movimento negro até que não foram tão brabas, já que todas as correntes lá representadas pareciam ter amadurecido durante a preparação. Assim, novos e antigos aliados, novos e antigos adversários trombavam nos corredores dos espaços da Conferência e nos restaurantes do entorno sem que maiores complicações fossem explicitadas. Parece que só alguns poucos se sentiam apenas o máximo! Humanos, demasiadamente humanos! Cabe dar relevo, por outro lado, ao intenso trabalho, no acompanhamento

das discussões oficiais, das delegadas da Articulação de ONGs de Mulheres Negras (Crioula e Geledés, principalmente), de representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (Cfemea, sobretudo), do representante da Comunidade Bahá'í, do Escritório Zumbi dos Palmares e do Ibase. No tocante a articulações gerais, deve ser registrado o trabalho da vice-governadora do Rio de Janeiro e de lideranças ligadas à Conen, ao Movimento Negro Unificado e à Central Única dos Trabalhadores. Além disso, não poderia deixar de ser ressaltado que a relatoria geral da Conferência ficou a cargo da doutora Edna Roland, pertencente à organização negra Fala Preta.

O Cedenpa foi uma das três organizações negras brasileiras que falaram nas plenárias abertas a pronunciamentos. O sacrifício para conseguir ocupar esse espaço foi imenso; ninguém explicava direito onde era o local das inscrições, e o pronunciamento tinha que ser traduzido para o inglês. Bem, de qualquer forma, valeu a pena, pois todos os representantes negros se saíram muito bem em suas falas e, como já sabíamos, o trabalho maior seria mesmo aqui no Brasil.

Detectou-se que um dos problemas que poderiam dificultar nossas articulações aqui era a ausência de grandes lideranças da política nacional. Isso, àquela altura, só reafirmava nossas constatações sobre o pouco empenho da classe política em relação às causas dos índios e dos negros – poucos se sensibilizam com as discriminações diárias que enfrentamos. Aliás, a exemplo do que alguém já disse a respeito dos democratas e republicanos nos USA, na questão do racismo e a diferença entre a esquerda e a direita no Brasil é a mesma da Coca-Cola para a Pepsi-Cola!

A diversidade em todos os cantos

A Conferência foi um espetáculo impressionante de diversidade humana. Talvez só em uma conferência com essa temática seja possível observar tanta diversidade, pois, embora a representação diplomática seja “naturalmente” diversificada, os segmentos sociais que participam das conferências podem não ser. No caso do Brasil, por exemplo, nunca houve tanta participação de negros em uma Conferência, até porque o próprio racismo se incumbem de reduzir nossas possibilidades de comparecer a grandes eventos. Mesmo na Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, a representatividade negra foi reduzida.

Em Durban, aos homens e às mulheres africanos negros/as e brancos/as, se misturavam homens e mulheres hindus, indígenas, asiáticos, afrodescendentes, eurodescendentes, baixos, altos, gordos e magros. Muitas vezes os trajes e adornos, por si sós, já revelavam a procedência ou mesmo o compromisso temático de cada um. A diversidade é fabulosa e a luta para mantê-la deve ser constante. Imagine-se indo hoje a um supermercado convencional e depois se dirigir a outro em que todas as prateleiras estejam absolutamente repletas de copos de iogurte da mesma marca e do mesmo tamanho. Não conheço quem preferiria frequentar o segundo, mas, quando se fala em respeitar diferenças raciais, culturais e étnicas, tudo fica mais difícil. E este era o objeto-centro da própria Conferência: respeitar a diversidade. Toda essa pluralidade podia ser observada tanto dentro quanto fora do espaço oficial da Conferência – nos restaurantes, nas lojas, nas ruas –, já que Durban foi praticamente invadida pelos milhares de participantes do evento.

Enfim, cerrando o pano

Seria gravíssimo se não desse relevo aqui à Marcha Mundial Contra o Racismo, organizada pelo Fórum de ONGs. Que coisa magnífica!!! Participar de uma marcha junto a milhares de pessoas vindas de todos os países, seguindo o ritmo vibrante e as “chamadas” dos zulus, shosas, dos ativistas do CNA e de dezenas de lideranças ali presentes, foi um dos momentos mais emocionantes vividos naqueles dias em Durban.

A emoção era tanta que não precisava entender o que diziam. Precisava só repetir as palavras de ordem, mesmo que com pronúncias deformadas; precisava deixar que a vibração não encontrasse resistência em qualquer parte do corpo. Foi assim, traspassada de emoção, que vivi aquelas horas nas ruas de Durban. Parecia que a maioria dos que estavam ali queria mostrar ao mundo a força de sua luta; queria mostrar que quando a causa é justa nenhum obstáculo deixa de ser removido. Foi emocionalmente avassalador! Mesmo reconhecendo que nem todos que ali estavam sentiram aquele momento dessa forma, quase desvairada, confesso que estive em tempo real comigo mesma. Outro momento emocionante foi o discurso da presidenta da Conferência, Nkosazana Dlamini Zuma, na plenária final. Puxa vida! Como temos pessoas brilhantes no mundo! Dá gosto ouvir um discurso daqueles (procurem-no nos relatórios). Infelizmente o sistema só estimula a divulgação do que lhe é absolutamente conveniente – sobretudo a mídia atrelada. Todos sabemos que a mídia tem como alimentos vitais o escândalo, o exótico, o crime, a exceção enfim. Assim, ela acabou fazendo

com que a maioria acreditasse que a Conferência foi inteiramente dominada pela questão árabe-israelense. Meio verdade!

Há muita dúvida, aliás, sobre até que ponto a retirada dos Estados Unidos e de Israel da Conferência de Durban foi ou não a gota d'água para desencadear os acontecimentos de 11 de setembro, em Nova York. Mas não há qualquer dúvida de que só a condenação do tráfico de escravos como crime de lesa-humanidade já foi uma conquista importantíssima. No nosso caso, o processo inteiro que culminou na Conferência proporcionou, acredito, o maior impulso que a luta contra o racismo antinegro no Brasil já teve até agora. Talvez porque, em uma casa onde não existe qualquer utensílio, a obtenção de um simples caneco de lata de Leite Moça faz uma grandíssima diferença. Por isso, no caso da luta contra o racismo brasileiro, ratificando o que dissemos no início, ruim com a ONU, pior sem a ONU.

Nós, do movimento negro de hoje, cientes de que tudo que fizermos ainda será muito pouco diante da magnitude da nossa causa, temos, mais do que nunca, de continuar fazendo cada qual a sua parte, de preferência sem brigas, conscientes de que o trabalho será, no mínimo, triplicado. Para dar conta disso, É de bom alvitre procurar ativar o afro bom humor herdado, sobretudo nos momentos de maior tensão. E, uma vez que na morte teremos toda a eternidade para descansar, então, mãos à obra!

Como podem perceber, Durban me deixou absolutamente otimista – que seja infinito enquanto dure!



>>>
Sueli
Carneiro

(São Paulo, SP, 1950)

Um das mais importantes
intelectuais do Brasil.
Feminista antirracista, militante
do movimento negro e
fundadora do Geledés Instituto
da Mulher Negra. Filósofa,
escritora e doutora em Educação.
Foi colunista do Correio Braziliense.
Tem três livros publicados.
Mulher negra: Política
governamental e a mulher,
de 1985, com Thereza Santos
e Albertina de Oliveira Costa;
Racismo, Sexismo e Desigualdade
no Brasil, de 2011; e Sueli Carneiro:
escritos de uma vida, de 2018.



MULHERES EM MOVIMENTO

Texto
de 2003,
publicado na
revista Estudos
Avançados, em
São Paulo

O MOVIMENTO de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com melhor *performance* dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder.

Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência

doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. De acordo com Suárez e Bandeira:

Apesar de suas imperfeições, as Deams são instituições governamentais resultantes da constituição de um espaço público, onde se articulou o discurso relativo aos direitos das mulheres de receberem um tratamento equitativo quando se encontram em situações de violências denunciadas. Diferentemente das outras delegacias, as Deams evitam empregar métodos de condutas violentas, promovendo a negociação das partes em conflito. A grande particularidade dessas instituições policiais é admitirem a mediação como um recurso eficaz e legítimo. Nesse sentido, não é demais lembrar que a prática da mediação é crescentemente considerada um recurso valioso na administração dos conflitos interpessoais, na medida em que diminui o risco de os conflitos administrados terem desdobramentos violentos.¹

No campo da sexualidade, “a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir

¹ Mireya Suárez e Lourdes Bandeira, 2002, p. 299.

sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e reprodutivos”.²

A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram a aprovação de projeto de lei, de iniciativa da então deputada Marta Suplicy, de reserva de 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres.

Embora as desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções permaneçam, é inegável que a crítica feminista sobre as desigualdades no mercado de trabalho teve papel importante na intensa diversificação, em termos ocupacionais, experimentada pelas mulheres nas últimas três décadas. Um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país.

É memorável, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações.

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e

² Plataforma Política Feminista, parágrafo 8 – Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 6-7 de junho de 2002. Distribuição CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, 2002.

desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Enegrecendo o feminismo

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos.

Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”.³

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre

3 Apud Luíza Bairros, 2000, p. 56.

homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.

Lélia Gonzalez faz sínteses preciosas que balizam a discussão: a primeira delas diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a segunda refere-se à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais. De acordo com González, as concepções do feminismo brasileiro:

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar

os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.⁴

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentarem, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas

4 Lélia Gonzalez citada por Luíza Bairos, 2000, p. 57.

organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. Nesse sentido, apontamos a seguir os principais vetores que nortearam as propostas do movimento, o que resultou em mudanças efetivas na ótica feminista.

Mercado de trabalho

É sobejamente conhecida a distância que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional. O movimento de mulheres negras vem pondo em relevo essa distância, que assume proporções ainda maiores quando o tópico de gênero e raça é levado em consideração.

Nesse sentido, é mister apontar que os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho, malgrado se constituírem em grandes avanços, não conseguiram dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Sendo assim, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advêm tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro.

Em relação às mudanças na estrutura ocupacional do país, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva afirmavam, na década de 1980, que

Em definitivo, as mulheres não só tendem a conseguir uma melhor distribuição na estrutura ocupacional, como também abandonam os setores de atividade que absorvem a força de trabalho mais qualificada e pior remunerada, para ingressar em proporções crescentes na indústria e nos serviços modernos. As tendências observadas permitem sugerir, de maneira provisória, a possibilidade de uma diferenciação dos mercados de trabalho para as mulheres: enquanto as mulheres oriundas das classes populares, com baixos níveis de escolaridade, tendem a concentrar-se na prestação de serviços e nos empregos ligados à produção na indústria, as mulheres de classe média, dotadas de níveis mais elevados de educação formal, dirigem-se para os serviços de produção e de consumo coletivo.⁵

Em outros estudos, como o de Márcia Lima sobre Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras, torna-se evidente que

o fato de 48% das mulheres pretas [...] estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.⁶

Os diferentes retornos auferidos pelas mulheres de uma luta que se pretendia universalizante tornavam

5 Carlos Hasenbalg e Nelson Silva Valle, p. 37.

6 Márcia Lima, 1995, p. 28.

insustentável o não reconhecimento do peso do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão de obra feminina, posto que as desigualdades se mantêm mesmo quando controladas as condições educacionais. Em síntese, o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário.

A questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres brancas seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres.

No entanto, se é crescente no âmbito do movimento feminista brasileiro a compreensão da imperiosidade do combate às desigualdades raciais de que padecem as mulheres negras no mercado de trabalho, permanecem no senso comum, e mesmo na percepção de importantes formadores de opinião, as visões consagradas pelo mito da democracia racial, tal como demonstrado no artigo da juíza federal Mônica Sifuentes “Direito e justiça” publicado no jornal *Correio Braziliense*, de 18 de fevereiro de 2002. Na oportunidade, a juíza argumenta contra a adoção das políticas de cotas para negros. Peremptoriamente, ela diz: “[...] para nós mulheres não houve necessidade de se estipular quotas. Bastou a concorrência em igualdade de condições com os homens para que hoje fôssemos maioria em todos os cursos universitários do país”.

Em resposta a esse artigo, reagimos ao pronome nobre, utilizado pela juíza, com o artigo “Nós?”, publicado no mesmo jornal em 22 de fevereiro de 2002, no qual fazíamos os seguintes questionamentos:

O argumento da juíza não leva em conta o fato de os homens entrarem mais cedo do que as mulheres no mercado de trabalho com prejuízos para a sua permanência no sistema educacional e que, apesar disso, os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens têm de obter um emprego no setor formal. Para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a onze anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituídas no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional.⁷

Violência: os outros aspectos da questão

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro

7 Sueli Carneiro, 2002b, p. 5.

no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima.

Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais. A historiadora e cineasta negra Beatriz Nascimento, em seu belo artigo “A mulher negra e o amor”, salienta que:

Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até à branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente do que as demais, crença relacionada às características do seu físico, muitas vezes exuberante. Entretanto, quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social [...] No contexto em que se encontra, cabe a essa mulher a desmistificação do conceito de amor, transformando este em dinamizador cultural e social

(envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a “igualdade iluminista”. Rejeitando a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo, assim, assumir uma postura crítica, intermediando sua própria história e seus ethos. Levantaria ela a proposta de parcerias nas relações sexuais que, por fim, se distribuiria nas relações sociais mais amplas.⁸

A médica negra Regina Nogueira, em seu artigo “Mulher negra e obesidade”, questiona a tirania estética que o padrão branco hegemônico impôs a todas as mulheres não brancas e advoga um novo direito: “A mulher negra deve exigir que sua imagem represente toda a diversidade de seus valores culturais”.⁹

Saúde

Dentre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta antirracista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática.

Nessa perspectiva, a luta pela inclusão do quesito cor, sobretudo nos sistemas de classificação da população, tem se constituído um desafio permanente e objeto da ação política de aguerridas ativistas para as quais, como afirma a médica negra Fátima Oliveira:

8 Beatriz Nascimento, 1990, p. 3.

9 Regina Nogueira, 2000, p. 201.

[...] a compreensão da dimensão das diferenças e diferenciais raciais/étnicos, da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde em sociedade classista. As controvérsias são tantas e tamanhas que o quesito cor – a identificação racial – é um problema/desafio nos meios científicos, entre profissionais, serviços, formuladores e implementadores das políticas de saúde. [...] Os argumentos a favor e contra o preenchimento da cor das pessoas são inúmeros. As acusações de posturas racistas partem de ambos os lados. Quando o item existe nos formulários, a negligência no seu preenchimento é regra. Mesmo quando preenchido por autodeclaração ou por observação do(a) profissional, não se sabe muito bem nem para que serve e nem o que fazer com ele. Em geral, os serviços não o consideram um dado epidemiológico essencial.¹⁰

A esterilização ocupou lugar privilegiado durante anos na agenda política das mulheres negras que produziram campanhas contra a esterilização de mulheres em função dos altos índices que esse fenômeno adquiriu no Brasil, fundamentalmente entre mulheres de baixa renda (a maioria das mulheres que são esterilizadas o fazem porque não encontram no sistema de saúde a oferta e diversidade dos métodos contraceptivos reversíveis que lhes permitiriam não ter de fazer a opção radical de não poder mais ter filhos). Esse tema foi, também, objeto de proposições legislativas, numa parceria entre parlamentares e ativistas feministas que culminou no projeto de Lei nº 209/91, que regulamentou o uso da esterilização.

Outro tema de relevância na luta das mulheres negras na área da saúde é a implantação de um progra-

¹⁰ Fátima Oliveira, 1998, p. 43.

ma de atenção à anemia falciforme, que consiste “numa anemia hereditária e constitui a doença genética mais comum da população negra”. No Brasil, é “uma questão de saúde pública”,¹¹ e as ações por políticas públicas para a atenção aos portadores dessa doença de ativistas negras e outros atores da área da saúde resultaram no Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde – PAF-MS.

Apesar da importante conquista que o PAF representa para o enfrentamento da anemia falciforme, somente no Estado de Minas Gerais esse programa foi adotado integralmente, havendo ainda iniciativas esparsas em alguns municípios de outros Estados do país. A doença atinge, segundo as estimativas, cerca de 10% da população brasileira, notadamente negros ou seus descendentes.

Uma nova área de pesquisa e intervenção política – a da bioética – vem sendo desenvolvida quase que solitariamente por Fátima de Oliveira numa perspectiva feminista e antirracista, cujas preocupações fundamentais são:

as interfaces dos novos saberes das biociências, em particular da genética, sobretudo os oriundos dos megaprojetos da genética humana (Projeto Genoma Humano – PGH e Projeto da Diversidade do Genoma Humano – PDGH) e a utilização distorcida deles pelas teorias racistas.¹²

Oliveira aponta os riscos de desenvolvimento de práticas eugenistas nas pesquisas com seres humanos. E, sobretudo, convoca feministas e antirracistas para atuarem nos fóruns em que esses temas são tratados, pois considera que:

11 *Ibidem*, p. 133.

12 *ibidem*, p. 132.

Na atualidade, bioeticistas e fóruns de bioética, majoritariamente masculinos e brancos, são os setores da sociedade que adquiriram legitimidade, no mundo, perante legisladores e governos. Movimentos sociais com tradição de luta como o feminista, o anti-racista e da juventude ainda estão fora dos debates e das decisões na área de bioética. O que é preocupante, pois a bioética aborda assuntos que dizem respeito a toda a sociedade, tais como: os temas dos direitos reprodutivos (concepção, contracepção, esterilização, aborto. Infertilidade e NTRc – Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas), saúde pública, sexualidade, doentes terminais, eutanásia e manipulação genética.¹³

Meios de comunicação

Os meios de comunicação vêm se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de mulheres negras, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo. Segundo Antonia Quintão, “a exclusão simbólica, a não-representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência tão dolorosas, cruéis e prejudiciais que poderiam ser tratadas no âmbito dos direitos humanos”.¹⁴

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações

13 Ibidem, p. 130.

14 Antonia Aparecida Quintão, 1999.

sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento.

A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados nesse aspecto.

A despeito de algumas mudanças, pois presenciamos gradativamente a presença de mulheres negras em espaços outros que não somente os de subserviência, consideramos que mudanças radicais ainda precisam ser efetivadas (temos, atualmente, uma apresentadora negra no Fantástico, exibido pela Rede Globo, as novelas passam a contar com personagens que ocupam posições de certo prestígio e destaque). De acordo com os produtores dos meios, essa mudança reflete, igualmente, mudanças radicais na situação da mulher negra brasileira, que não mais está ocupando apenas posições subalternas.

Embora proceda sob certos aspectos, consideramos que essa afirmativa possui uma conotação capciosa e perversa, que encobre as manobras de padrão já estabelecidas pela mídia e que são encobertas por uma possível correlação com a realidade. Esperamos que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e as habilidades que ela pode exercer, mesmo em condições econômicas adversas.

Nesse sentido, segundo Nilza Iraci,¹⁵ são ainda grandes os desafios na área dos meios de comunicação e da imagem em prol da construção de um novo imaginário da mulher negra nesse espaço, e, por extensão, nas instâncias de decisão política e na sociedade. Existe uma consciência crescente entre as mulheres negras de que os processos relacionados à globalização e à nova ordem mundial requerem novas formas de ação e, nesse sentido, tratar a comunicação como um nexo de empoderamento tem sido fundamental para garantir-lhes uma representação positiva bem como a visibilização do processo de mobilização e de lutas.

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas.

Novas utopias e as novas agendas feministas

A consequência do crescente protagonismo das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro pode ser percebida na significativa mudança de perspectiva que a nova Plataforma Política Feminista adota. Essa Plataforma, proveniente da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 6 e 7 de

15 Em: Nós mulheres negras – Diagnóstico e propostas da Articulação de ONGs de Mulheres Negras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, 2001, p. 22-23.

junho de 2002, em Brasília, reposiciona a luta feminista no Brasil nesse novo milênio, sendo gestada (como é da natureza feminina) coletivamente por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias... que se detiveram criticamente sobre as questões mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e os desafios e mecanismos para a sua superação, tendo os seguintes princípios como orientadores das análises e propostas:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres;
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético;
- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres;
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social;
- reconhecer o direito universal à educação, saúde e previdência;
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e à moradia;

- comprometer-se com a luta antirracista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica;
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate à violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas;
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays;
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos, com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção;
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros;
- reconhecer a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direito às diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada [...].¹⁶

Diz a feminista e cientista política norte-americana Nancy Fraser que a um conceito amplo de gênero que

¹⁶ Sueli Carneiro, 2002e, p. 5.

incorpore a diversidade de femininos e feminismos historicamente construídos deve corresponder “um conceito de justiça tão abrangente quanto, e que seja capaz de englobar igualmente a distribuição e o reconhecimento”.¹⁷

Nessa direção, como já apontamos no artigo citado anteriormente, a Plataforma Política Feminista que resulta da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras representa o coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo, da discriminação racial e das desigualdades de gênero e raça que eles geram. Tal concepção constitui-se em um dos eixos estruturais da luta das mulheres brasileiras. A Plataforma, ao incorporar esse princípio, sela um pacto de solidariedade e corresponsabilidade entre mulheres negras e brancas na luta pela superação das desigualdades de gênero e entre as mulheres no Brasil. Redefine os termos de uma verdadeira justiça social no Brasil. Como afirma Guacira César de Oliveira da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras – e uma das integrantes da Comissão Organizadora da Conferência:

reafirmamos que os movimentos de mulheres e feministas querem radicalizar a democracia, deixando claro que ela não existirá enquanto não houver igualdade; que não haverá igualdade sem distribuição das riquezas; e não há distribuição sem o reconhecimento das desigualdades entre os homens e mulheres, entre brancos e negros, entre urbanos e rurais, que hoje estruturam a pobreza. Não almejam a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório.¹⁸

17 Nancy Fraser, 2002, p. 63.

18 Esses comentários foram, originalmente, publicados na Coluna Opinião do Jornal Correio Braziliense de 14/06/2002.

Diz-nos Fraser ainda: “[...] situo lutas de gênero como uma das facetas de um projeto político mais amplo que busque uma justiça democrática institucionalizante, cruzando os múltiplos eixos da diferenciação social”.¹⁹

Nessa perspectiva, a Plataforma Política Feminista oferece à sociedade a contribuição para uma sociedade democrática e socialmente justa. Sinaliza, claramente, para a urgência de instituição de um novo marco civilizatório no qual são colocados em questão a necessidade de avançar a democracia política:

A democracia política representativa – que tem no voto seu instrumento básico de funcionamento – vigora no Brasil como se fosse a única prática legítima de exercício de poder, apesar da forte crise de legitimidade de suas instituições. [...] A democracia representativa ainda está impregnada dos perfis racista, sexista e classista da sociedade brasileira, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual, em que pesem as diferenças político-ideológicas entre os partidos. Essa situação tem sido ainda agravada pela política liberal/conservadora vigente que, com seus mecanismos de poder junto ao sistema econômico e ao sistema de comunicação de massa, restringe as possibilidades de disputa política para muitos segmentos.²⁰

A crítica incide também sobre o Estado Democrático de Direito e Justiça Social onde se aponta a concentração de riqueza, a dimensão de gênero e raça/etnia das desigualdades e exclusão social:

19 Nancy Fraser, 2002, p. 63.

20 Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) em 6 e 7 de junho de 2002. Parágrafos 12 e 13.

a desigualdade cresce também através das atuais práticas fiscais, que favorecem a acumulação livre do capital e restringem o acesso à riqueza nacional por parte da grande maioria da população, principalmente as mulheres negras e indígenas. (parágrafo 31)

E, fundamentalmente, em busca de um novo marco civilizatório, as mulheres se posicionam claramente contra a ordem neoliberal:

Os movimentos brasileiros de mulheres opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar. (parágrafo 33)

O grande desafio é propor, articular e implementar propostas consequentes que estejam afinadas com um projeto radical de superação desses problemas e vislumbre novos ideais. Paulatinamente, o movimento de mulheres negras vem sinalizando para iniciativas fundamentais nas imbricações entre racismo e sexismo.

Nas últimas décadas o movimento de mulheres vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mudança de mentalidades. É nessa condição que convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda nesse início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todos as pessoas em todos os aspectos de suas vidas.²¹ (parágrafo 11)

Essa articulação permanente das exclusões de gênero e raça determinadas pelas práticas sexistas e racistas

21 Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) em 6 e 7 de junho de 2002. Parágrafo 11.

constituía um dos pré-requisitos fundamentais para selar uma perspectiva de luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista.

O jornal *Folha de S.Paulo* assim noticiou o evento de lançamento da Plataforma Política Feminista em 6 de agosto de 2002 na OAB – São Paulo: “um grupo de ONGs lançará hoje a Plataforma Política Feminista. O documento traz propostas de interesse das mulheres para reforma agrária e meio ambiente e de combate ao racismo”.²²

Os conteúdos destacados pelo jornal são indicativos do impacto da perspectiva das mulheres negras sobre a agenda feminista brasileira. O combate ao racismo, antes questão periférica ou inexistente, torna-se um dos elementos estruturais da Plataforma Política Feminista. De igual maneira, as questões de reforma agrária e meio ambiente sublinhadas pelo jornal são temas do interesse das mulheres populares nas quais as mulheres negras estão diretamente imbricadas pela prevalência da população negra nas áreas rurais do país. Some-se a isso a conflituosa situação das comunidades remanescentes de quilombos em disputa de suas terras ancestrais com empreendimentos agropecuários, madeireiros e grilagens para fins de especulação imobiliária que operam para postergar a titulação de suas terras um direito conquistado e reconhecido pelo artigo 68 da Constituição Federal.

Seguindo em frente...

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e

22 Jornal Folha de S.Paulo de 6 de agosto de 2002. Pánel – A4.

do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão. O que possibilitou, por exemplo, que a primeira romancista brasileira fosse uma negra, a despeito das contingências sociais em que ela emergiu?

Os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação.

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas.

Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil. A ação política das mulheres negras vem promovendo:

- o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;

- o reconhecimento das diferenças intragênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
- o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
- o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
- o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branca, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas.

E a introdução dessas questões na esfera pública contribui, ademais, para o alargamento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, noções sobre as quais gênero e raça impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lelia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Tereza. *Mulher negra*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

_____. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas* [CFH/CCE/UFSC], v. 10, n. 1, 2002a.

_____. A mulher negra na década – a busca da autonomia. Apresentação. *Cadernos Geledés*, São Paulo, n. 5, outono 1995.

_____. Matriarcado da miséria. *Jornal Correio Braziliense*, 15 set. 2000. Coluna Opinião, p. 5.

_____. Nós?. *Jornal Correio Braziliense*, 22 fev. 2002b. Coluna Opinião, p. 5.

_____. Mulheres negras: lembrando nossas pioneiras. *Jornal Correio Braziliense*, 8 mar. 2002c. Coluna Opinião, p. 5.

_____. Bené. *Jornal Correio Braziliense*, 19 abr. 2002d. Coluna Opinião, p. 5.

_____. Mulheres. *Jornal Correio Braziliense*, 14 jun. 2002e. Coluna Opinião, p. 5.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Cristina (Org.). São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2002.

HASENBALG, Carlos Alfredo & SILVA, Nelson do Valle. *Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras. *Revista Estudos Feministas* [IFCS/UFRJ], v. 3, n. 2, 1995.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. *Jornal Maioria Falante*, fev.-mar. 1990. p. 3.

NOGUEIRA, Regina. Mulher negra e obesidade. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

OLIVEIRA, Fátima. *Oficinas mulher negra e saúde*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998.

_____. Atenção adequada à saúde e ética na Ciência: ferramentas de combate ao racismo. *Revista Perspectivas em Saúde Reprodutiva*, São Paulo [Fundação MacArthur], ano 4, n. 4, maio 2001.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, parágrafo 8, aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6-7 jun. 2002.

PLATAFORMA DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DA MULHER. Nações Unidas, 1995.

SIFUENTES, Monica. Direito & Justiça. *Jornal Correio Braziliense*, Brasília, 18 fev. 2002.

SUAREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Cristina (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2002



>>>
~~Cida~~
~~gento~~

(São Paulo, SP)

Coordenadora executiva do
Ceert – Centro de Estudos
das Relações de Trabalho e
Desigualdades. Doutora em
Psicologia pela Universidade de
São Paulo. Considerada pela
revista “The Economist” como
uma das 50 profissionais
mais influentes do mundo
no campo da diversidade.

**BRANQUITUDE
E PODER —
A QUESTÃO
DAS COTAS
PARA
NEGROS**

*Texto
apresentado
no Simpósio
Internacional
do Adolescente,
em 2005*

Quando uma pessoa branca se detém diante de uma banca de jornal, não estranha que, das dezenas de revistas expostas, quase 100% exibem brancos na capa e com frequência no seu interior. Este contexto é supostamente natural para o observador. No entanto, quando a pessoa visualiza, na mesma banca, uma única revista com imagem de negros na capa, a revista intitulada RAÇA - A REVISTA DOS NEGROS BRASILEIROS, ela imediatamente reage: racismo às avessas! Uma revista só para negros? O que se observa neste episódio guarda semelhanças com a dinâmica que se estabelece no debate sobre cotas: cotas para negros e cotas para brancos. As cotas de 100% nos lugares de poder em nossa sociedade não são explicitadas. Foram construídas silenciosamente, ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas, e foram naturalizadas.

Muitos brancos convivem com naturalidade com essa cota de 100%. Alguns mais progressistas reconhecem que ela traz consigo o peso da exclusão do negro, mas essa dimensão é silenciada. Isto porque reconhecer a desigualdade

é até possível, mas reconhecer que a desigualdade é fruto da discriminação racial tem custos, uma vez que este reconhecimento tem levado à elaboração de legislação e compromissos internos e externos do Brasil, no sentido do desenvolvimento de ações concretas com vistas à alteração no *status quo*.

Em um contexto onde os lugares de poder são hegemonicamente brancos, e a reprodução institucional destes privilégios é quase que automática, as mudanças exigem uma explicitação por parte dos excluídos, que aparece na reivindicação de cotas para negros. Ou seja, no caso dos negros, as cotas têm que ser declaradas. E daí surgem as barreiras. Barreiras em defesa dos privilégios. As barreiras interpostas aos processos de mudança na distribuição de negros e brancos no espaço institucional são barreiras fortes, profundas, que não cedem com facilidade. A dimensão primária das forças que estão em jogo – ganância, soberba e voracidade, combina-se com instâncias mais circunstanciais, medo do desemprego, das “minorias” e da violência, e esta combinação caracteriza alianças fortes e resistentes.

Quando se trata de pessoas progressistas, que proferem discursos contra a opressão, contra a dominação do homem pelo homem, essas barreiras são igualmente fortes, mas a resistência aparece de maneira difusa, como pude constatar em minha tese de doutorado *Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (BENTO, 2002): “Não vejo os negros, nunca convivi com negros”; “que estranho”; “não lembro da história desse país, escravidão?”. Outras *pérolas argumentativas* também surgem: “o problema atual é resultado do fato de que os negros foram escravos”; “as mudanças nas relações raciais têm que ser lentas e

graduais”; “é necessário competência para ocupar lugares de destaque e poder dentro da instituição” ... “estão querendo baixar o nível das nossas instituições” (*sic*) etc. E as reações podem se intensificar, porque, ao defender as cotas de 100%, alguns brancos em lugares de poder na mídia, ou seja, formadores de opinião, revelam uma virulência, uma voracidade assustadoras que estimulam reações agressivas de jovens brancos. Vislumbrar a possibilidade de ver seu grupo racial perder o filão de privilégios que mantém a séculos torna as lideranças da nossa mídia irracionais, à beira de um ataque de nervos. Como podemos observar cotidianamente, embora muitas pessoas reconheçam que brancos têm mais chances que negros em nossa sociedade, ante o racismo no Brasil, a resistência à implementação de políticas que visem corrigir o efeito desta discriminação é bastante grande.

Os argumentos são nada criativos, e se repetem: “essas políticas são assistencialistas, protecionistas, geram a discriminação às avessas”. Evoca-se a justiça para os brancos, diante da possibilidade de políticas voltadas especificamente para os negros: “e os 19 milhões de brancos pobres, ficarão excluídos das cotas?”.

Numa pesquisa realizada pelo CEERT (BENTO; SILVA, 2002) a partir de artigos de revistas e jornais de grande circulação nacional,¹ *sites* e mensagens transmitidas via *e-mail*, pudemos observar que o embate relativo

¹ A pesquisa foi feita através de: mensagens via e-mail da Comissão Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; mensagens via e-mail do grupo Mulheres Negras e nos seguintes sites: Revista Veja, Época e IstoÉ; jornais Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo. Os Jornais foram: Correio Brasiliense, Folha de S.Paulo, O Globo, O Estado de S.Paulo, Jornal do CREMESP, Folha de Pernambuco, BG Press, Correio do Povo/RS, Estado de Minas, Jornal do Brasil, Jornal de Brasília e O Norte/PB.

às cotas para negros nos oferece, como efeito colateral, a possibilidade de melhor conhecer o branco.

Algumas estratégias e linhas de argumentações se repetem no discurso de atores muito diferentes, que ocupam lugares sociais diversos, quais sejam: jornalistas; acadêmicos (cientistas sociais e políticos) brasileiros ou norte-americanos; juízes e advogados; dirigentes sindicais; políticos (senadores, ministros, presidente da República) de diferentes matizes político-partidárias, mas que compartilham algo entre si: a condição de brancos.

Uma forma comum utilizada por aqueles que criticam as cotas é iniciar o artigo com um discurso aparentemente favorável a elas, ou “politicamente correto”, como, por exemplo, ressaltando a gravidade e a “inacessibilidade” da situação de precariedade dos negros no Brasil, para em seguida afirmar que, apesar disso... é contrário à adoção de cotas. Os artigos de posição contrária referem-se em geral especificamente às cotas para negros, e muitos deles parecem desconhecer o caráter mais amplo das políticas de ação afirmativa (BENTO; SILVA, 2002), ou, em alguns casos, serem favoráveis a essas políticas, mas contrários à adoção de cotas. As críticas mais virulentas referem-se mais especificamente às cotas para negros nas universidades públicas, tema que parece ter gerado mais debate neste período, especialmente porque em curto prazo pode gerar alteração no perfil racial dos lugares de poder e mando e também por ter sido mais amplamente divulgado pela mídia. O tema das cotas para negros em determinados cargos públicos (em alguns setores federais) também chegou à imprensa, mas parece não ter causado tantos debates nem polêmicas.

Uma outra estratégia bastante comum nos discursos sobre ação afirmativa e cotas é citar alguma experiência de adoção de cotas já em andamento e/ou alguns dos argumentos utilizados em sua defesa, para em seguida criticá-los. Não temos como comentar detidamente cada um dos argumentos que se seguem. Na verdade, cada um merecia um artigo, uma vez que explicitam as artimanhas da ocupação e manutenção de lugares de poder e nos possibilitam conhecer melhor como uma realidade condenável pode ser travestida, segundo interesses nem sempre explicitados, e ser reproduzida incansavelmente:

*** O problema das desigualdades (e da situação dos negros) no Brasil, na verdade, é de ordem social, e não racial. Portanto, sua solução viria através de políticas voltadas para a população pobre.**

São fartos os dados dos principais institutos de pesquisa, reconhecidos nacionalmente como IBGE 1998 ou IPEA 2000, mostrando que, dentre os pobres, os negros são a esmagadora maioria – DE CADA 10 POBRES, 7 SÃO NEGROS. Negros são maioria entre os pobres por serem discriminados enquanto negros.

*** Cotas e ações afirmativas vão permitir que se forme uma elite negra: a grande massa negra continuará excluída.**

Não vimos este argumento “socialista”, digamos assim, anteriormente, em defesa da massa de excluídos, no que diz respeito aos brancos.

*** E os 19 milhões de brancos pobres, ficarão excluídos?**

Que bom que a discussão sobre as cotas para negros traz à tona a preocupação com os jovens brancos

excluídos. Os jovens negros têm que se apropriar deste efeito democratizador que a sua luta vem provocando na sociedade brasileira.

*** Negros em geral não têm qualificação para entrar nas universidades e/ou para ocupar cargos de chefia/melhor remunerados. Portanto, este problema deve ser solucionado “pela raiz”, ou seja, através da melhoria do sistema de ensino brasileiro, de maneira que atinja a todos igualmente, independente de raça ou cor.**

Este argumento parece conter a ideia de que os negros seriam incapazes de cursar uma faculdade de qualidade ou ocupar cargos de chefia; bem como a ideia de que a cor/raça da pessoa “não importa”, de que somos realmente todos iguais. No entanto parece ignorar (talvez por interesses escusos?) que, se o investimento for igual para todos, os diferenciais entre brancos e negros não serão alterados.

Estudo feito pelo IBGE 1996 traz um quadro bastante interessante. A evolução da escolarização entre os grupos assume trajetória semelhante, mantendo a diferença entre brancos e negros, ou seja, todos se beneficiam com mais escolarização, mas a desigualdade entre negros e brancos permanece inalterada.

***Não sabemos quem é negro no Brasil, por conta da grande miscigenação. Portanto, não poderíamos pensar em cotas para um grupo de difícil definição.**

Os estudos da Fundação Seade e Dieese 1999, bem como os do IBGE 1998 guardam uma grande coerência quanto ao perfil da condição de negros e brancos, ao longo de décadas, e em diferentes Estados

brasileiros. Mas nem precisaríamos deles, é só verificar o perfil de empresários reunidos, reitores, autoridades governamentais, comando das forças armadas reunidos etc.

Para detectar a discriminação, ou praticá-la, não há dúvidas sobre quem é negro. A dúvida surge no momento de reparar a violação de direitos e de implementar políticas públicas.

De qualquer forma, é importante salientar que os processos de classificação racial/étnica no Brasil frequentemente usam a metodologia da autoclassificação (só a própria pessoa pode dizer qual a sua cor) e as categorias definidas pelo IBGE; estas categorias vêm sendo alvos de pesquisas e debates ao longo do tempo.

Assim a pergunta é:

Qual é a sua cor?

Branca () preta () parda () indígena () amarela ()

As categorias preta e parda são somadas compondo a categoria negro.

*** As cotas são inconstitucionais, ilegais, contrariam o princípio de que “todos são iguais perante a lei”**

Bastaria consultar a legislação ou a produção de juristas a exemplo do Dr. Hédio Silva Jr., que vêm se debruçando sobre o assunto, para constatar a constitucionalidade da proposição de cotas.

*** As ações afirmativas/cotas discriminam outros grupos também discriminados – como índios, ciganos e homossexuais – que também deveriam ter os mesmos direitos a cotas e/ou a políticas específicas.**

Ideias e consequências associadas a este argumento:

a) “Cotas e políticas específicas não resolvem, mas sim criam mais problemas, uma vez que não seria viável fazer políticas para todos os grupos”.

b) “Esta conduta (de criar políticas específicas para cada grupo de acordo com suas necessidades e particularidades) é discriminatória, uma vez que contraria o princípio do combate à discriminação.”

Novamente destacamos que o debate sobre cotas tem feito emergir nos discursos a preocupação com outros grupos. Embora esta preocupação seja, frequentemente, uma estratégia para relativizar e esvaziar o peso da discriminação racial contra os negros no Brasil, não deixa de favorecer outros grupos. Com frequência as mulheres e indígenas são beneficiados nos processos de implementação de ação afirmativa e cotas, e agora, com o PROUNI – Programa de Bolsas Universitárias do Governo Federal, com certeza os jovens brancos pobres. Novamente parabéns ao movimento de jovens negros democratizando o Brasil!

*** As cotas para negros em universidades diminuiriam a qualidade de seus alunos e, conseqüentemente, do ensino universitário.**

Precisamos definir o que é a tal “qualidade” do ensino universitário, pois a reforma universitária é um assunto permanente e um dos pontos nevrálgicos é a baixa qualidade que se atribui aos nossos cursos. É salutar que o tema cotas para negros acelere este debate. Por outro lado, na pesquisa com cotistas do Rio de Janeiro que concluíram o primeiro semestre nas universidades, os estudantes negros tiveram

um desempenho ligeiramente superior quando comparado ao grupo de brancos (*Folha de S.Paulo* de 14.12.2003).² Segundo o pró-reitor de graduação da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e a conclusão do coordenador de ações afirmativas da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), ao analisar o balanço do processo seletivo da instituição para ingresso: “Não há diferença entre os aprovados pelos métodos tradicionais e pelas cotas” e essa igualdade se encontra tanto no desempenho em cursos de medicina como de enfermagem.

*** As ações afirmativas e as cotas fazem parte de um modelo norte-americano, que alguns querem artificialmente importar, mas que não funcionaria no Brasil, uma vez que nossa realidade é outra.**

Ideias comumente implícitas ou explicitadas que acompanham este argumento:

a) “A (única ou mais próxima) experiência que conhecemos de ações afirmativas (ou de cotas), dos EUA, já não foi bem-sucedida – portanto, não seria aqui também”;

² De acordo com o estudo, no campus principal da UERJ, que concentra a maioria dos cursos, 47% dos estudantes que entraram sem cotas foram aprovados em todas as disciplinas do primeiro semestre. Entre os estudantes que entraram no vestibular restrito a alunos da rede pública, a taxa foi um pouco maior: 49%.

...Entre os que se autodeclararam negros ou pardos, a taxa foi também de 49%.

A comparação inversa também favoreceu aos cotistas. A porcentagem de alunos reprovados em todas as disciplinas por nota ou frequência entre os não cotistas foi de 14%. Entre os autodeclarados negros ou pardos, de 7%.

...além de terem um rendimento acadêmico ligeiramente superior, os cotistas abandonaram menos os cursos, mesmo sem ter recebido apoio financeiro do Estado. Entre os não cotistas, a taxa de evasão no primeiro semestre foi de 9% dos estudantes. Essa porcentagem foi de 3% entre os ingressantes pela rede pública e de 5% entre os autodeclarados” (Fonte: [SciELO Proceeding](#)).

b) “Nos EUA funcionou porque lá a discriminação racial é sectária, enquanto no Brasil não existe discriminação racial (ela é de ordem social)”;

c) “Nos EUA funcionou porque lá o critério para classificação racial é mais bem-definido. No Brasil não sabemos direito quem é negro, uma vez que a miscigenação ‘misturou’ todas as raças (quase todos os brasileiros são descendentes de africanos negros)”.

Temos que ter uma solução “tupiniquim”. É muito interessante que ardorosos defensores da globalização, enquanto uma possibilidade de ampliação de horizontes, agora, frente às cotas, viraram nacionalistas contumazes!

*** As cotas para negros em universidades seriam humilhantes para os negros que delas desfrutassem, pois eles guardariam eternamente o ‘estigma’ de ‘parasitas do Estado’, ou de ter entrado na universidade não por mérito próprio, mas por um ‘favor’ ou ‘concessão’ do Estado.**

Se os brancos têm sobrevivido ao longo de séculos à humilhação de viver sob um sistema que os privilegia, se têm sobrevivido às inquietações éticas de ser preferenciado em todo e qualquer espaço de poder silenciosamente preservado em nosso país, os negros poderão sobreviver às cotas, conquistadas através de lutas do movimento social.

*** A adoção de cotas para negros em universidades contraria o princípio da meritocracia, ou seja, de que entra nas universidades quem ‘faz por merecer’, por capacidade e esforço pessoal – o que seria muito mais justo e democrático.**

Se concordamos com esta premissa, vamos ter que concordar que o segmento composto por homens brancos entre 25 e 50 anos é o único segmento brasileiro que tem capacidade e portanto merece ocupar hegemonicamente todos os lugares de poder (96%), que de fato já ocupa. E aí vamos ter que obrigatoriamente concordar com as premissas que se seguem:

- a) O processo de seleção para as universidades brasileiras é eficiente e justo, selecionando realmente quem merece e se esforça.
- b) Os negros não entram nas universidades porque não merecem, pois não se esforçam e/ou não estudam suficientemente.
- c) As cotas estariam discriminando os brancos esforçados e estudiosos, que deixariam de entrar nas universidades para dar lugar aos negros (preguiçosos e acomodados).
- d) Por último, temos que salientar que a esquerda brasileira sempre combateu a ideia de sociedade brasileira meritocrática – os que têm competência se estabelecem, quem não o consegue não está devidamente preparado! No entanto, lideranças desta esquerda, ao que parece, perderam a memória e inflamadamente defendem a meritocracia, quando se trata de cotas!

Alguns destes argumentos revelam absoluta falta de informação, a despeito da abundância de dados e de estudos sobre relações raciais; outros argumentos revelam falta de

reflexão, e provavelmente má-fé. Não raro, pensadores que produzem textos sofisticados sobre outros temas, quando se trata de cotas, revelam voluntarismo ao reagir à proposta de cotas e trazem argumentação inconsistente, simplória, que reflete desinformação. Ou arrogância: “de preto e de louco todo mundo entende um pouco”, e então nos brindam com formulações descabidas. De qualquer maneira, o que fica evidente é uma intensa reação emocional à perda de privilégios, travestida de “análise objetiva”!

Estes aspectos da atitude branca envolvem séculos de pensamentos e atos racistas e carregam consigo uma evidente lacuna afetiva, ética e moral.

Giroux (*apud* BENTO, 2002) nos possibilita fazer um paralelo entre o que se observa hoje no Brasil e o debate sobre branquitude nos EUA. Ele aponta que na década de 80 brancos da classe média se sentiram ameaçados pela expansão dos direitos das minorias, sentiram-se perdendo privilégios. O Partido Republicano capitalizou sobre o medo dos brancos lançando um ataque agressivo às políticas de ação afirmativa, propondo redução de gastos sociais e desmantelando o estado de bem-estar. O discurso de branquitude estava carregado de medo, ressentimento e amargura e mascarava as profundas desigualdades raciais que marcavam a ordem social. Alguns políticos criaram um novo populismo cujo discurso pautava a família, a nação, valores tradicionais e individualismo contra a democracia multicultural e a diversidade cultural.

Os negros passaram a ser responsabilizados pelos problemas que o país estava vivendo e alguns profissionais da mídia diziam que queriam viver em sociedades onde nenhum segmento racial fosse alienado e onde brancos não tinham que se sentir mal por serem brancos.

Giroux aponta que neste período os brancos falavam de uma identidade racial sitiada. Grupos de direita, como Skinheads, cruzadas antipartido comunista e outros, formaram um grupo a favor dos brancos. Ao mesmo tempo que manipula os medos brancos, esse grupo aliviava os brancos de qualquer responsabilidade frente às desigualdades raciais.

Na década de 90 ocorre um acirramento no debate e jovens brancos foram ficando mais agudamente conscientes de sua condição de brancos. Filmes, livros sensacionalistas mostravam negros como criminosos, drogados, infectados, entre outras representações negativas, que ameaçavam os brancos. Os negros passaram a ser representados como povos estrangeiros, menos civilizados, essencialmente inferiores por herança genética. E os homens brancos se definiram como vítimas de um preconceito racial às avessas. Por outro lado, começava-se a produzir estudos onde branquitude aparecia como um lugar de privilégio, de poder, construído historicamente.

Giroux mostra em seu artigo que foram produzidas matérias versando sobre como homens brancos tinham sua identidade saqueada por mulheres rancorosas, comunistas, empregadores que utilizavam ação afirmativa, japoneses, fundamentalistas islâmicos e que esses homens brancos estavam perdendo, bem como seu futuro estava comprometido.

Simultaneamente estudiosos como Du bois, Ralph Ellison, James Baldwin (*apud* BENTO, 2002) puseram a construção da branquitude na mesa para ser investigada. Historiadores como David Roediger, Theodore Allen, Noel Igratiev (*apud* BENTO, 2002), entre outros, enfocam

como a identidade racial branca foi historicamente moldada e como a supremacia branca influi na construção do “outro” não branco. Destacam ainda branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político. Roediger avança mais ao destacar três aspectos importantes da ideologia da branquitude:

1. Branquitude e negritude não são categorias científicas; branquitude é mais falsa e perigosa pela maneira como é construída;
2. Branquitude e negritude não são equivalentes e a ideia de “racismo às avessas” sugere o medo dos brancos enfrentarem seu próprio racismo;
3. Branquitude é frágil como identidade social e pode ser combatida.

Para vários estudiosos branquitude é sinônimo de opressão e dominação e não é identidade racial. É o reconhecimento de que raça, como um jogo de valores, experiências vividas e identificações afetivas, define a sociedade. Raça é uma condição de indivíduo e é a identidade que faz aparecer, mais do que qualquer outra, a desigualdade humana.

Giroux entende que brancos têm que aprender a conviver com a branquitude deles, desaprender ideologias e histórias que os ensinaram a colocar o outro em lugar estético onde os valores morais não estão vigendo.

George Yúdice (*apud* Bento 2002) discute que branquitude tem que ser articulada com uma redefinição de cidadania onde esteja incluída a discus-

são referente à distribuição de recursos e a questão da propriedade. Questões como falta de oportunidades, falta de trabalho, políticas de imigração, acordos de comércio internacional, racismo ambiental têm que ser discutidas, porque nessas áreas os brancos sempre tiraram vantagens sobre os negros.

Ruth Frankenberg (1995) chama a atenção para o fato de que sistemas que têm como base a diferença moldam os privilegiados tanto quanto os que são por eles oprimidos. Ela entende branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. Também ressalta que é um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade. Finalmente observa que a branquitude diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são normalmente não marcadas e não nomeadas. Assim, observa-se que branquitude enquanto lugar de poder articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais) que são, por excelência, conservadoras, reprodutoras, resistentes e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades.

As organizações são um campo fecundo para a reprodução das desigualdades raciais. As instituições apregoam que “todos são iguais perante a lei”; e asseguram que todos têm a mesma oportunidade, basta que a competência esteja garantida. As desigualdades raciais persistentes evidenciam que alguns são menos iguais que outros. Mas sobre isto há um silêncio. O silêncio não é apenas o não dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído. O poder se exerce sempre acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão.

Desta forma, se buscamos compreender um discurso, no caso o discurso contra as ações afirmativas e as cotas, devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”, ou seja, a defesa de privilégios raciais. O silêncio não é neutro, transparente. Ele é tão significante quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento: no que obrigatoriamente se silencia.

Assim, quando destacamos que branquitude é território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo e do privilégio, entre outros, enfatizamos que se trata de uma dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia: com sangue, ícones e calor.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva et al. *Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil*. São Paulo: CEERT, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANKENBERG, Ruth. *The construction of white women and race matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

FRANKENBERG, Ruth. *The social construction of whiteness: white women, race matters*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1994.

HELMS, Janet E. *Black and White racial identity: theory, research and practice*. New York: Greenwood Press, 1990.

INSTITUTO INTERAMERICANO SINDICAL PELA IGUALDADE RACIAL-INSPIR. *Mapa da população negra no mercado de trabalho*. São Paulo: INSPIR, Dieese, Fundação Seade, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos das relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

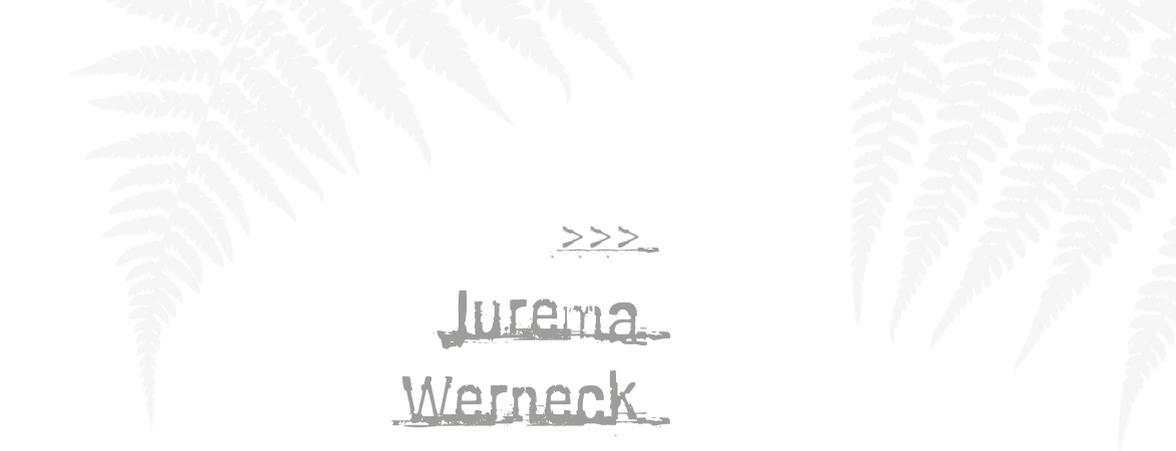
OAKS, Penelope J.; HASLAM, S. Alexander; TURNER, John C. *Stereotyping and social reality*. Oxford-UK: Blackwell, 1998.

Revistas

Raça Brasil, Veja, Época, IstoÉ, Panorama Econômico.

Jornais

Folha de S.Paulo, Correio Braziliense, O Globo, O Estado de S.Paulo, Jornal do CREMESP, Folha de Pernambuco, BG Press, Correio do Povo/RS, Estado de Minas, Jornal do Brasil, Jornal de Brasília e O Norte/PB.



>>>
Jurema
Werneck

(Rio de Janeiro, RJ, 1961)

Atual diretora da Anistia
Internacional no Brasil.

Médica sanitarista,
uma das fundadoras da
ONG carioca Criola.

Nome importante no
movimento de
mulheres negras.



**DE IALODÊS
A FEMINISTAS;
REFLEXÕES
SOBRE A AÇÃO
POLÍTICA DAS
MULHERES
NEGRAS NA
AMÉRICA
LATINA E
CARIBE**

*Artigo
publicado na
Nouvelles
Questions
Féministes
– Revue
Internationale
Francophone,
v. 24, n. 2, 2005.*

**Primeiro movimento:
onde começa a história?**

Há alguns anos tive a oportunidade de assistir, num canal de televisão brasileiro, a uma entrevista de um ativista indígena por ocasião das comemorações pelos 500 anos do chamado Descobrimiento do Brasil. Ou seja, da invasão dos colonizadores europeus (portugueses) às

A luta pela emancipação da mulher negra não tem por finalidade apenas formar mulheres seguras, capazes e brilhantes, que visem com isto adquirir privilégios individuais. Essas conquistas são como veículos para gerar transformações na vida da população negra.¹

1 Fala da ativista Pedrina de Deus, citada por LEMOS, Rosália. A face Negra do Feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2000. p. 62-67.

terras de Pindorama (nome dado por alguns dos povos habitantes da região). Indagado sobre o que achava destes 500 anos do Brasil, ele, segundo retive em minha memória, respondeu: “500 anos? Meu povo já estava aqui quando eles chegaram... Eu sou capaz de contar a história deste rio que estamos vendo em até 5 mil anos... O que eu posso dizer sobre 500 anos?”

Começo isto aqui com esta perspectiva: de anterioridade. De uma história que não é fundada pelos europeus (ainda que mais recentemente tenha sido profundamente influenciada por eles). De outras possibilidades interpretativas ou de diferentes possibilidades de se estabelecer marcos para se recontar uma história.

Reconheço que a capacidade de dar nomes às coisas fala de uma situação de poder. Ou seja, de uma possibilidade de ordenar o mundo segundo bases próprias, singulares, desde pontos de vista individuais quanto a partir de coletividades, de povos inteiros. Trata-se de uma posição de privilégio. Ainda que eu não vá discutir aqui quais e quantas armas estiveram envolvidas na obtenção destes privilégios – mas não me é possível esconder o fato de que se tratava (e se trata) de armas.

Ao nomear a luta das mulheres a partir de sua perspectiva – mulheres brancas burguesas europeias nas décadas a partir de 1970 – as formuladoras iniciais da teoria feminista trouxeram para o conceito recém-criado a perspectiva ocidental, e mais: fundada numa ignorância profunda acerca das demais mulheres do mundo. Além de se fundamentarem num individualismo crescente que teve o capitalismo como pano de fundo.

Até que ponto o conceito “feminismo” é suficiente para abarcar todas as mulheres, todo ativismo, toda luta?

Para nós mulheres negras – compreendidas como uma diversidade incomensurável, porém marcadas por desigualdades que têm origem na inferiorização e exploração – as múltiplas ações políticas que empreendemos atravessam diferentes níveis de atuação, diferentes campos da existência, marcadas por encontros conflituosos ou violentos com o Ocidente, com o patriarcado, com o capitalismo, com o individualismo...

É suficiente chamar isto de feminismo?

Afirmou bell hooks: “O movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se juntam com uma estratégia organizada de ação para eliminar o patriarcado”.²

Mas devemos explicitar a impossibilidade prática de dissociação entre patriarcado, racismo, colonialismo e capitalismo – tudo parte do mesmo “pacote” de dominação do Ocidente sobre as demais regiões do mundo. E que não se estrutura em capítulos ou hierarquias. Ao contrário, age sobre as mulheres como um bloco monolítico, às vezes pesado demais.

Mas na perspectiva posta por bell hooks, a luta das mulheres negras por descolonização nos diferentes níveis, ou seja, de corpos, mentes, sistemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, culturais, raciais, etc., poderá implicar um feminismo, claro. Este, diferenciado daquele produzido pelas diferentes correntes do lugar comum feminista e provocando uma contradição indissociável em seu interior, uma vez que se coloca em confronto com posições de privilégio ou de dominação. Ou seja, de confronto com os interesses mais cotidianos dos habitantes brancos do mundo; principalmente os da Europa

2 HOOKS, Bell. *Feminist Theory: from margin to center*. 2nd ed. Cambridge: South End Press, 2000. p. xi.

e dos Estados Unidos, independentemente de serem homens ou mulheres.

Sendo uma vertente do feminismo, as formas organizativas das mulheres negras contemporâneas confrontam burgueses – onde quer que estejam: liberando monóxido de carbono e outros gases venenosos na atmosfera; aumentando a carga de lixo tóxico que será depositada nas comunidades negras e indígenas; vivendo confortavelmente em troca da superexploração capitalista e do trabalho escravo de mulheres, homens, crianças.

Confrontando um conceito de ativismo que olha para o próprio umbigo e ampara-se na racionalidade e num evolucionismo darwinista. Confrontando noções de centro e periferia. E afirmando suas próprias bases não dialéticas; sua fundamentação em culturas de arkhé, de tempo cíclico e modos de ritualização que penetram o Ocidente e sua racionalidade; que trabalham como ele, ao mesmo tempo que buscam fragilizá-lo. Numa perspectiva de jogos de forças – jogo este que deve ser visto, nesta perspectiva, como o movimento que gera e mantém a existência.

Por outro lado, não parece adequado aqui, ou em qualquer espaço da reflexão política, trabalhar com as esferas psicológicas e morais, que se traduzem na mobilização de sentimentos de culpa depositados nos mecanismos de afirmação identitária das que podem ser definidas como dominadoras. Nem articulá-los em favor da aceitação de argumentações provenientes daquelas que poderiam ser chamadas de dominadas. Desse lugar recusado, a perspectiva redutora implica a consideração da fala da feminista negra como fala de vítima. O que é, por diferentes razões, inaceitável.

Segundo movimento: a fundação violenta da diáspora

As mulheres negras têm sua história atrelada à história da região a que se convencionou chamar nos últimos séculos de América Latina e Caribe há aproximadamente 500 anos. As condições desta presença, como é sabido, estão vinculadas a um dos maiores flagelos que a humanidade já viveu: o tráfico transatlântico de africanos de diferentes nacionalidades trazidos para o trabalho escravo na região recém-ocupada pelos europeus. Tráfico este precedido de guerras, morticínios de grupos inteiros, destituições e aniquilamentos – tanto físicos quanto culturais – desde o território africano. É fácil de reconhecer que o tráfico transatlântico vai impactar profundamente e de diferentes maneiras a vida das mulheres desde o início.

O impacto da migração maciça de africanos para esta região do mundo continua a requerer ampliação e aprofundamento dos estudos. No entanto, sabemos que, entre a chegada de Cristóvão Colombo na região e o ano de 1776 (ano da revolução Americana), a região recebeu seis milhões de pessoas – sendo 5 milhões formados por africanos escravizados e o restante por europeus. Sabe-se, também, que durante todo o período da migração forçada pelo tráfico transatlântico 40 % de todos os africanos foram trazidos para o Brasil (DODSON, 2001, p. 119).

A escravidão significou e ainda significa a redução do humano à condição de mercadoria, produto perecível mas de alto valor, deslocado para a exploração e produção das riquezas no ambiente tropical. Mineração,

lavoura, construção e manutenção de povoados incipientes, cidades e habitações de europeus e seus descendentes, estão entre as principais atividades que eram exercidas num contexto de violência e exploração extremas. Tendo destaque a exportação sistemática de riquezas e seus frutos que servirá de base para a instalação e consolidação do capitalismo nos territórios brancos.

Segundo alguns relatos históricos, a vida média de trabalhadores escravizados, principalmente aqueles presos aos trabalhos nas lavouras, em países como Brasil, por exemplo, não excedia a 7 anos!

Não é difícil compreender o contexto da escravidão como um contexto de resistência e luta, a partir da constatação da humanidade de negras e negros escravizados. Capazes de proposição cotidiana de alternativas de sociabilidade, habitabilidade e estratégias políticas para retorno à África ou para o enraizamento em bases diferentes na nova geografia. Revoltas armadas, novos territórios de liberdade (como quilombos³ e outros), além de ações cotidianas de sabotagem e recusa. Todas estão entre as ações que terminaram por criar um ambiente de transformação e que culminaram com a destituição do tráfico transatlântico e do regime escravagista na região – sendo o Brasil o último país da região a promover a Abolição em 1888.

Independentemente dos marcos temporais que poderiam significar o início da história do patriarcado no mundo e na região, podemos afirmar que este se enraizou

3 Quilombos eram territórios de defesa e liberdade criados pelos escravos no Brasil. Estes assentamentos viveram diferentes modelos práticos, desde pequenos ajuntamentos temporários até a constituição de estados paralelos, como foi o caso do Quilombo dos Palmares, que existiu por um período de cerca de 100 anos.

profundamente na sociedade e no regime de exploração escravagista. A apropriação e exploração de corpos humanos não conhecia limites, cabendo aos homens o poder de tortura, o controle dos sistemas políticos, das riquezas produzidas e do grupo humano. O centro do poder era o homem branco – restando a mulheres e homens indígenas, africanos e seus descendentes a subjugação corporal, sexual e política.

A instauração do regime da escravidão mercantil europeia significou para as mulheres africanas uma profunda ruptura com padrões antigos de exercício de poder, tanto no nível individual, corporal, quanto na perspectiva coletiva, em seus aspectos políticos e de relação com o sagrado. Consequentemente à desorganização social e política dos diferentes povos atingidos pelo holocausto africano – num modelo de globalização econômica, cultural e política que precede o atual, numa perspectiva predatória que emerge da Europa e se espalha pelos demais continentes – novas alternativas tiveram que ser gestadas e aplicadas, no sentido de se buscar patamares de existência e resistência cultural. Ao mesmo tempo, padrões antigos e tradicionais tiveram que ser recriados e adaptados às condições adversas tanto na África quanto no novo território.

Segundo informações e práticas passadas de geração em geração entre mulheres negras integrantes das diferentes comunidades religiosas presentes no Brasil, a liderança e responsabilidade feminina no trato com as questões transcendentais religiosas, culturais e com as questões políticas é antiga e antecede em muito a história do colonialismo europeu da África. Ainda que não possamos identificar com precisão a origem de muitos

costumes implantados no chamado Novo Mundo, é possível afirmar que diferentes costumes foram trazidos, reinterpretados e adaptados ao novo contexto. Em muitos deles, adquire importância fundamental a ação das mulheres.

A viagem das lalodês

Foram muitas as matrizes culturais africanas que, transplantadas, puderam permitir o enraizamento do enorme contingente de africanas e africanos na diáspora. Muitos de seus traços, misturados ao longo da travessia do oceano, pela ação deliberada do colonizador, no intuito de dificultar articulações para a resistência baseadas na etnicidade, bem como pela convivência cotidiana entre os diferentes grupos étnicos nas ruas e nas senzalas,⁴ embaçaram as marcas que possibilitariam a viagem de volta às origens. E esta origem se refere a uma África inalcançável, emblemática, figura feminina urdida como instrumento de resistência cultural à ideologia europeizante.

Vêm, portanto, de uma África mítica, imaginada; de uma África que é real, porém traduzida, os padrões de organização e ação política empreendidas até aqui.

Vêm desta África também diferentes modalidades de organização e formas de representação e ação política das mulheres que no Brasil adquiriram diferentes formas. A celebração das rainhas nas atividades culturais públicas, bem como seu papel político integrador do grupo. A

⁴ Nome dado, no Brasil, às habitações destinadas aos escravos caracterizadas pela extrema precariedade.

organização das atividades religiosas, profanas e festivas, a partir do contexto oferecido pela escravidão; a formação de sociedades secretas ou públicas de mulheres a partir dos compromissos religiosos ou étnicos; estão entre as iniciativas que têm em comum o reconhecimento da liderança das mulheres, sua presença nas atividades públicas, bem como seu papel político. Isto vivido ao longo dos séculos XVI e XIX, ou seja, durante a vigência do regime escravista europeu patriarcal.

Tais iniciativas atuaram e atuam como modelos organizativos e de conduta para mulheres e homens das sociedades pós-escravistas até os dias de hoje. Entre as diferentes possibilidades de exercício da liderança feminina, desde uma perspectiva de ação política, quero destacar a ialodê.

Terceiro movimento: as ialodês na diáspora

O conceito de ialodê como definição cultural e política das ações das mulheres aparece no Brasil em data imprecisa. Sua origem é o continente africano, que passa a inundar a cultura ameríndia a partir do tráfico transatlântico de escravos. Consta das informações remanescentes do passado escravista do Brasil⁵ que as ialodês chegaram por aqui junto com africanos escravizados – o que aconteceu no final do século XVIII.

5 Grande parte da memória africana no Brasil, em especial no período colonial e escravista, foi apagada, tanto através da queima dos arquivos pelo governo republicano recém-iniciado, como também pelo empreendimento de diferentes estratégias de apagamento da presença africana no Brasil, como parte da política eugenista de branqueamento da nação desenvolvida pelo Estado Brasileiro a partir do início do século XX.

Ialodê é a forma brasileira para a palavra em língua iorubá Ìyálòdè (VERGER, 1997, p. 174). Segundo algumas das tradições africanas transplantadas para o Brasil, Ialodê é um dos títulos dados a Oxun, divindade que teve origem na Nigéria, em Ijexá e Ijebu.

Ialodê se refere também à representante das mulheres, a alguns tipos de mulheres emblemáticas, lideranças políticas femininas de ação fundamentalmente urbana. É, como dissemos, a representante das mulheres, aquela que fala por todas e participa de instâncias de poder.

As ialodês, por outro lado, têm afirmado sua presença e atualidade no século XXI a partir das narrativas corporais e orais, passadas de boca para ouvidos, para olhos atentos, nos diferentes espaços onde a tradição herdada é atualizada. No caso brasileiro, é visto em qualquer comunidade negra, onde a mulher, assumindo papéis de liderança ou responsabilidade coletiva, desenvolve ações de afirmação de um futuro para todo o grupo subordinado. Isto através das lutas por melhorias nas condições materiais de vida, bem como no desenvolvimento de condutas e atividades que visam afirmar a pertinência e atualidade da perspectiva imaterial. Assim, não apenas nas comunidades religiosas afrobrasileiras, onde têm papel fundamental na propagação do axé, mas também nela, a figura da ialodê se faz necessária e celebrada.

Um relato sobre ela vem a seguir. Trata-se de uma história da tradição oral da comunidade religiosa, que tem sido contada e recontada a partir das comunidades de Candomblé de Ketu⁶ no Brasil:

⁶ Candomblé é uma das religiões de origem africana criada e em vigor no Brasil; ketu refere-se a uma das correntes religiosas, que tem como patrono o orixá/deus Oxóssi, que tem origem na cidade de Ifé antiga.

Conta-se a história de uma mulher trabalhadora e obstinada de nome Oxum. Que, apesar de seus muitos esforços, não conseguia melhorar de vida. Vendo que nada do que fazia era suficiente para superar suas dificuldades, resolveu procurar ajuda entre as pessoas sábias da comunidade. Como sempre acontece nestes casos, fez, através do jogo de búzios, uma consulta aos orixás, de modo a se reparar os problemas que vivia. A resposta veio com a necessidade de preparo e entrega de uma oferenda na casa de Orixalá, o rei. Esta entrega deveria vir acompanhada de pedidos, em voz alta, de tudo que fosse necessário para que assim Oxum pudesse finalmente progredir.

E assim foi feito. Preparada a vistosa oferenda, Oxum foi levá-la ao palácio do rei.

Chegando lá, ao invés de pedir, Oxum começou a maldizer o rei. Acusando-o de injusto e opulento, enquanto ela, uma mulher trabalhadora e dedicada, não conseguia nada.

Suas maldições jogadas contra Orixalá provocaram alvoroço e aos poucos foi juntando gente em volta da casa do rei para ver o que se passava. Lá dentro, ouvindo os rumores da multidão, Orixalá convocou seus conselheiros, pedindo informações. Estes lhe contaram que se tratava de uma mulher que vigorosamente amaldiçoava o rei, acusando-o de toda sorte de desigualdades e injustiças. Orixalá pede a seus assessores um conselho e estes recomendam que o rei dê algum presente à mulher, para fazê-la calar-se. O que é feito rapidamente.

Recebendo os presentes, Oxum agradece e renova suas maldições, insistindo na injustiça da situação em que o rei acumulava riquezas enquanto ela, uma mulher lutadora, tinha muito pouco. Novos presentes lhe foram

entregues. Novas maldições ela dirigiu ao palácio, na frente de toda a cidade que observava excitada as acusações contra o rei, cuja soberania estava sendo posta em questão.

Dentro do palácio, os conselheiros continuavam recomendando presentes à Oxum.

Finalmente, o rei a mandou buscá-la e, já dentro do palácio, mandou que lhe dessem tudo o que ela desejasse.

Dessa forma, Oxum tornou-se a dona de todo o ouro e de toda a riqueza.

Aqui, este relato tem a utilidade de expor um dos pressupostos do papel feminino negro vivido pelas mulheres no Brasil. Estes pressupostos falam de dimensões de luta, de instabilidade de posições, de poderes de agenciamento e transformação capazes de serem vividos pelas mulheres. Falam da disponibilidade para a luta e das possibilidades de êxito que a luta traz. Falam da responsabilidade das mulheres em relação ao grupo. E da existência de uma coletividade de interesses, a que cada indivíduo deve se reportar.

Falam do poder masculino sendo questionado. Falam do poder da riqueza sendo questionado. Falam da revolução onde a riqueza muda de mãos. Falam da presença das mulheres no espaço público, sua capacidade de liderança, de ação política.

Falam de Oxum, a ialodê primordial, segundo a tradição. A orixá marcada pela sensualidade, pela força de vontade e capacidade de realização. E celebram a figura das ialodês, mulheres que se colocam como agentes políticos de mudança, detentoras principais das riquezas conquistadas.

Assim, recolocam a dimensão ativista que as mulheres negras têm vivenciado, desde seu passado (ou presente) africano até o cotidiano da diáspora.

Ainda que se tenha perdido o rastro temporal da origem desta história exemplar, é possível afirmar que as lutas contra o patriarcado e a dominação política e econômica associadas a ele vêm de muito longe para nós mulheres negras. E o vigor com que esta narrativa vem sendo atualizada até o século XXI assinala sua pertinência na modernidade ocidental, guardando uma perspectiva de continuidade fundamental ao longo dos séculos.

O feminismo, como teoria, veio depois.

Quarto movimento: ialodês e feministas, o encontro

As transformações vividas pelas sociedades ocidentais a partir do final da década de 60 tiveram, entre seus “achados”, a reapropriação do corpo por aqueles profundamente marcados pela vivência judaico-cristã, que lhe conferia estatuto de inferioridade frente a territórios mais altos, moradas da alma, ou do espírito. O corpo, seu formato, sua fisiologia, segundo as releituras desta tradição.

A retomada do corpo foi simbolizada pela chamada “revolução sexual”, tornada possível pela consolidação do pensamento científico como modelo explicador do mundo e através do acesso às novas possibilidades tecnológicas de processos corporais representadas pelo advento dos métodos contraceptivos hormonais.

Poderíamos supor que as experiências buscadas como pressuposto da transformação política vividas por

mulheres e homens brancos poderiam significar um encontro com as formas de existência e humanização de populações outras como indígenas, negros, por exemplo. Grupos entre os quais a existência dissociada em corpo *versus* mente carecia de sentido ou se apresentava como resultado profundo da violência colonialista e racista, objetos de estratégias de resistência e confronto há muito engendradas. O mesmo podendo ocorrer com novos intercâmbios acerca das vivências no mundo do trabalho, dos espaços abertos e da rua, desde sempre habitados por negras e indígenas; pelas experiências de liderança tanto política, comunitária quanto religiosa; para nomear somente alguns aspectos, de todo modo apontados como cruciais pelo movimento político emergente.

No entanto, quando surge o feminismo como movimento de afirmação política das mulheres na Europa e nos Estados Unidos, sua perspectiva profundamente eurocêntrica, burguesa, individualista, marcada pelo colonialismo e pelo racismo tornou dificultosa a relação com mulheres negras, indígenas, asiáticas, ciganas e outras, habitantes de culturas diversas ainda que compartilhassem muitas vezes a mesma geografia.

As afirmativas de homogeneidade de necessidades e aspirações entre as mulheres, colocadas pelo feminismo emergente traziam embutidos mecanismos da redução, invisibilização e mesmo de reforço a ações de aniquilamento contra milhões de mulheres do mundo. Assim, a nova teoria e prática políticas foram profundamente rechaçadas por grande parte das mulheres negras, como continuidade de seu rechaço a tudo que significasse dominação e racismo.

Por outro lado, desde a perspectiva das mulheres negras no Brasil, a teoria feminista incipiente exercia duplo papel de repulsa e atração. Repulsa por seu conteúdo excludente. E atração por oferecer novas ferramentas de luta para superação de quadros de subordinação, bem como por seu recurso a modelos performáticos de atuação que muito se aproximavam daqueles vividos por nós. Assim, a prática feminista cotidiana ao buscar se fundamentar na vivência grupal, na apropriação e valorização do corpo e da celebração da sexualidade, se aproximava das práticas narrativas e de luta já vividas. No entanto, os elementos de valorização da racionalidade presentes também nestas práticas com seu olhar inferiorizante sobre as práticas não verbais e simbólicas vividas no contexto das práticas negras e indígenas criaram um ambiente pouco propício à construção de intercâmbios e parcerias a este nível.

No dia a dia, o racismo e as diferenças de classe social também foram barreiras consistentes contra a participação de mulheres negras que não cumprissem os requisitos de escolaridade à aproximação com os valores burgueses universitários. Principalmente, a denúncia sistemática do reconhecimento do racismo como estruturante das relações, inclusive entre as mulheres, entrou em choque com a perspectiva da irmandade entre mulheres que o feminismo buscava afirmar nestes tempos.

Quando o encontro é possível

Definitivamente atraídas pelos novos discursos feministas, as mulheres negras paulatinamente vão se aproximar

de suas práticas. É importante considerar que esta aproximação vai acontecer em meio a conflitos importantes, de raça e classe principalmente.

Trata-se de um confronto com a corrente feminista que vê a presença ativa e denunciadora das mulheres negras como expressões da passionalidade inaceitável e incompatível com a feição de irmandade que se quer imprimir. Ao mesmo tempo, esta presença torna visíveis também outros conflitos dentro do feminismo emergente, que incluem as falas das mulheres lésbicas, das trabalhadoras urbanas e rurais, das indígenas, das prostitutas e muitas outras.

A vivência destes conflitos vai, no prazo maior, produzir uma nova feição ao feminismo. Feição esta múltipla, diversa, um ambiente atrativo o bastante para o surgimento de organizações de mulheres negras autointituladas feministas. E onde o conflito, visto como parte do processo de coexistência e crescimento, será vivido como centelha criativa e não como ameaça. Ainda que determinados segmentos tenham vivido o conflito como ameaça à sua atuação e hegemonia e, em alguns casos, se afastado dos processos cotidianos do movimento.

As mulheres negras autointituladas feministas e seus grupos de reflexão e atuação surgem no Brasil a partir da década de 70. Uma característica marcante de seu trabalho é a iniciativa de articular a discussão e a prática antirracista com a feminista, amparada num recurso à tradição cultural afrobrasileira. Interessante notar que muitas destas organizações foram lideradas por mulheres com nível de escolaridade elevado, quando comparadas à média de escolaridade da população negra no país.

Uma das principais figuras deste momento é Lélia Gonzáles,⁷ mulher profundamente comprometida com a articulação dos diferentes aspectos da ação política das mulheres negras. Ela mesma uma intelectual respeitada, socióloga e professora universitária, ao mesmo tempo que fundadora de grupos feministas; ativista partidária de esquerda (tendo integrado, inclusive a direção nacional do Partido dos Trabalhadores, de onde saiu por este partido não considerar a luta antirracista entre suas bandeiras da época); fundadora do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial e do Nzinga – Instituto de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

A trajetória de Lélia Gonzáles, para além de assinalar seu papel de liderança política em diferentes espaços que não apenas aqueles só de mulheres, demonstra uma prática comum às muitas mulheres negras envolvidas no ativismo da década de 70 até os dias de hoje.

Além dos campos de atuação já assinalados, ou seja, partidos, organizações negras mistas, associações culturais, universidades e grupos feministas, as mulheres negras atuarão também nas associações de moradores de favelas e bairros pobres, nas organizações de trabalhadoras e trabalhadores rurais e urbanos, nos grupos de mães na luta por melhor qualidade da educação pública, nos movimentos pela reforma e melhoria do sistema de saúde pública, nas articulações religiosas tanto de matriz afrobrasileira quanto cristãs e outras. E, inclusive, nos movimentos políticos de confronto com regimes ditatoriais e na constituição nos movimentos de luta

⁷ Em julho de 2004, marca-se a passagem dos dez anos de sua morte.

homossexual, ainda que esta participação careça ainda de reconhecimento maior por parte do conjunto destes movimentos sociais e da sociedade.

Nos diferentes espaços de atuação, as ações de confronto do racismo e do patriarcado se colocavam como indissociáveis, a partir de uma perspectiva que teóricas vieram a chamar mais recentemente de interseccionalidade.⁸ Ou seja, a partir do reconhecimento de que a subordinação e as lutas de mulheres e homens por transformação social decorrem de diferentes fatores que atuam concomitantemente sobre indivíduos e grupos, segundo características que lhes são próprias e de acordo com os esquemas de poder e dominação em vigor concomitantemente.

No entanto, a definição de interseccionalidade refere-se principalmente a uma tentativa de aproximação com a perspectiva de integralidade de indivíduos e grupos a partir do ponto de vista ocidental em vigor que dissocia, hierarquiza e racionaliza diferentes aspectos da existência. Ou seja, se esta forma de conceituação pode significar um passo adiante na incorporação da perspectiva de ação posta pelas mulheres negras, ela ainda se mostra insuficiente por sua dificuldade de assumir, por exemplo, as perspectivas culturais de matriz africana.

É como se a ialodê, partida em múltiplos pedaços, fosse reconstituída pela noção de interseccionalidade. Mas ainda não enfrenta o ponto de vista onde ela possa ser inteira, autêntica, impedindo-se a fragmentação secundária a processos de dominação que a inferiorizam e desqualificam.

⁸ Apresentação feita na tenda das Mulheres, durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, África do Sul, 2000.

O feminismo das mulheres negras no início do século XXI

O principal desafio que o século XXI coloca para ativistas como um todo e para as mulheres negras feministas é o enfrentamento do pensamento único, das políticas neoliberais, do processo de mundialização e hiperconcentração da economia a partir de pequenos grupos e indivíduos que têm sob seu controle meios informatizados de especulação financeira.

Após anos de sua constituição, o feminismo negro do Brasil, da América Latina e do Caribe logrou alterações na face do feminismo na região, possibilitando a problematização das hierarquias e desigualdades entre mulheres.

Por outro lado, ampliaram também as possibilidades de atuação do movimento negro da região, a partir da implementação de pautas de reflexão e ação no enfrentamento das desigualdades de gênero no interior da agenda antirracista.

É óbvio que as novas feições implicam ainda conflito, luta, instabilidades – perspectiva muito próxima dos pressupostos culturais afrodiaspóricos a que estamos acostumadas.

Há que se recordar que a marca de luta identitária teve e ainda tem relevância para mulheres negras feministas, nos diferentes espaços por onde circulam como agentes da política.

No entanto, a luta identitária travada até então se mostra aparentemente insuficiente para o enfrentamento das vicissitudes postas pela mundialização econômica neste momento. Isto, uma vez que o deslocamento digital e veloz de vetores de forças especulativo-financeiras tem

como pressuposto o desprezo a fronteiras, máscaras identitárias ou o que quer que signifique singularização, uma vez que é nesta ignorância deliberada e sua consequente produção de instabilidades que o capital financeiro produz o meio ambiente rico aos ataques especulativos e ao lucro desmesurado.

A luta interposta pela sociedade civil passa a requisitar, a partir daí, maior articulação e internacionalização. Numa outra espécie de mundialização e circulação digital de outros vetores de força, marcados pela ação política de resistência à hipereconomização da vida e redução das singularidades a instrumentos especulativos.

Neste panorama, o movimento de mulheres negras vê fragilizados seus instrumentos de ação, principalmente aqueles de afirmação identitária. Ao mesmo tempo que é sobre o contingente de mulheres negras de todas as partes do mundo e, em particular, as regiões periféricas ao capitalismo especulativo (como é o caso da América Latina e do Caribe) que os efeitos das alterações econômicas vão se realizar mais duramente. O que, de modo contundente, vai retirar, em muitos casos, as condições materiais mínimas requisitadas para uma atuação política mais organizada.

Diante da necessidade de novos discursos políticos que apontem para a elaboração de modelos futuros de ação, o movimento de mulheres negras vai ser tomado de intensa perplexidade. Por um lado, suas práticas cotidianas produzem um movimento de manutenção de fórmulas e discursos já testados – que, no entanto, têm se mostrado insuficientes para a produção de novas leituras do mundo. Fato agravado por sua ausência de forma expressiva nos novos fóruns políticos da nova sociedade

civil mundializada. Ausência esta secundária tanto a entraves materiais (que muitas vezes se mostram intransponíveis) quanto a dificuldades de articular as plataformas de ação local ou regional fundadas na afirmação identitária e no alargamento do feminismo e do antirracismo com as novas pautas de comércio internacional, propriedade intelectual, novas feições de direitos humanos e tantas outras novidades interpostas pelo redesenho da política e pela mundialização da economia como nova feição do Império.

Diga-se de passagem que as dificuldades vividas pelas organizações feministas de mulheres negras guardam semelhança com diferentes outras organizações, principalmente aquelas vividas por sujeitos “periféricos”.

A necessidade de articular a luta segundo os novos paradigmas está por trás da crise vivida pela principal organização de mulheres negras da região, qual seja, a Red de Mujeres Afrolatinas e Afrocaribeñas.

A Rede de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe e seus desafios futuros

Esta Rede surgiu no ano de 1992, integrada por mulheres negras da maioria dos países da região. Seu principal objetivo referia-se a articular o feminismo negro da região a partir de ações de afirmação identitária das mulheres negras, do combate ao racismo e à discriminação.

Suas bandeiras abrangentes mostraram-se insuficientes para a implementação de uma agenda política comum às mulheres negras da região, de modo a vir a constituir-

se em agentes políticas relevantes no cenário tanto local, regional quanto internacional. Ao contrário, esta articulação não foi capaz de estabelecer estratégias ágeis de atuação e construção de agendas comuns. E, surpreendentemente, a Red mostrou-se incapaz de lidar com as diferenças e os conflitos secundários a um posicionamento político mais explicitamente colocado e que dissesse respeito ao enfrentamento do contexto político e econômico da mundialização especulativa financeira.

É importante lembrar que este impasse é partilhado pelo movimento feminista como um todo. Bem como pelo movimento antirracista. No entanto, a demanda por uma agenda contundente está colocada e vai requerer das feministas negras a tomada de posição inadiável.

As muitas alternativas postas vão requerer a explicitação de conflitos, a radicalização de posições, a delimitação de campos – o que remete aos modelos de mobilização dos anos 70 em diante. Mas que também incorpore as novas feições diaspóricas que a sociedade civil recoloca. Ao mesmo tempo que possa articular as novas identidades sem abrir mão da sua feição singular. As ialodês contemporâneas enfrentam um desafio que talvez só tenha algum patamar de comparação com a mundialização econômica mercantil que deu origem à diáspora via tráfico-transatlântico de escravos.

É preciso então, novamente, por abaixo as novas regras do novo reino para que possamos, novamente, readquirir o poder e a riqueza que Oxum requisita.



>>>

Matilde Ribeiro

(Belo Horizonte, MG, 1967)

Assistente social, militante do movimento negro e do movimento de mulheres negras. Foi ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Governo Lula. Mestra em psicologia social e doutora em serviço social, é docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no campus dos Malês em São Francisco do Conde, na Bahia. Autora do livro Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010), publicado em 2014.

**MULHERES
NEGRAS: UMA
TRAJETÓRIA DE
CRIATIVIDADE,
DETERMINAÇÃO
E ORGANIZAÇÃO**

*Publicado
originalmente
na Revista
Estudos
Feministas,
v. 16, n. 3,
sept.-dic.
2008.*

Breve introdução

Querem que a gente saiba
que eles foram senhores
E nós fomos escravos.
Eu disse fomos.¹

Como “Transmissão”, em 1988, a sociedade brasileira foi marcada por importantes debates provocados pela elaboração da Constituição Federal (a Constituição Cidadã)² e pelas atividades alusivas aos 100 anos da Abolição da Escravidão. Após 20 anos (2008), retomam-se

1 O poema “Transmissão” foi escrito por Oliveira Silveira (1941-2009), já mencionado na apresentação deste dossiê. As homenagens feitas em vida, como, por exemplo, o convite para sua participação como expressão de notório conhecimento no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR pela presença assídua na construção do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, seguem agora após sua partida (OUTUBRO, 2009).

2 Nesta constituição a cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios estruturantes do Estado Democrático e de Direitos, proclamando-se a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

os debates e as movimentações em torno desses dois fatos – os 20 anos da Constituição Cidadã trouxeram inúmeras comemorações; os 120 anos da Abolição da Escravidão, como não poderia deixar de ser, trazem controvérsias entre as comemorações e as contestações.

Isso é reflexo de uma sociedade que avança em garantia de direitos, mas que se mantém descompensada pela continuidade de regimes excludentes, como o racismo e o machismo. Obtivemos avanços na agenda política? Sim, muitos!! Porém, não o suficiente para destruir as mazelas deixadas pela escravidão e pela abolição inacabada. Com isso, surgem novas perguntas, indagações e proposições, sobretudo no que diz respeito à busca de visibilidade político-social e melhores condições de vida para mais da metade da população – os negros.

Sem dúvida, a partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados, resultando na ampliação da participação política da população negra. Em especial, as mulheres negras demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência, também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional.

Constata-se esse impulso no processo de organização da V Conferência Mundial sobre as Mulheres (China/Beijing, em 1995) e da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul/Durban, em 2001). Isto é apontado em dois dossiês da *Revista Estudos Feministas* – “Mulheres Negras” (coordenado por

Matilde Ribeiro, em 1995) e “III Conferência Mundial contra o Racismo” (coordenado por Luiza Bairros, em 2002). As coordenadoras dos dossiês argumentam que é impossível analisar a condição e/ou organização das mulheres em âmbito mundial sem o reconhecimento da positiva movimentação das mulheres negras no Brasil e na América Latina e no Caribe e das contribuições para as conferências de Beijing e de Durban.

Considerando esse cenário, este artigo se propõe a um breve registro da produção social, política e acadêmica, no campo da participação social, partindo das questões de gênero e raça e em particular das mulheres negras.

As mulheres negras e seu processo organizativo

Filho de branca babujou teu seio/negrinho berrou e berrou,
sinhá nenhuma amamentou.

Por que não existe mãe-branca?

Mãe branca?/ora já se viu/é muito desaforo³

As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça,⁴ que, mediadas pela classe social, produzem

3 Oliveira Silveira apud Paulo Colima, 1982.

4 Gênero e raça são construções sociais, que resultam quase que invariavelmente em transformação de diferenças em desigualdades. Vale reafirmar que: raça não é uma categoria natural ou biológica; enquanto sexo sim traduz o ser homem ou mulher com suas diferenças biológicas.

profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo. Segundo o livro *Lugar de negro*, de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg,⁵ os espaços destinados à população negra são os de subcidadania. Dessa maneira, passa a existir uma ordem incontestável, homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra.

O estudo *Retrato das desigualdades – gênero e raça*, realizado em 2007 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, traz informações sobre a posição na ocupação:

Enquanto as mulheres estão mais representadas no trabalho doméstico⁶ e na produção para próprio consumo e trabalho não remunerado, os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e de empregador. [...] Destaca-se, ainda, a alta proporção de jovens negras, com idade entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas – no caso destas faixas etárias, alcançam o dobro da proporção das jovens brancas. No que diz respeito ao número de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, percebe-se um relativo aumento na porcentagem ao longo

5 Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, 1982.

6 Em Nota Técnica baseada também na PNAD, de 27 de abril de 2008, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) informa que o trabalho doméstico conta com 6,6 milhões de pessoas no Brasil, desse total, 93,2% são mulheres e 6,8% são homens. O trabalho doméstico representa 16,7% do total da ocupação feminina, o que corresponde, em termos numéricos, a 6,2 milhões de mulheres. De cada 100 negras trabalhadoras no Brasil, 22 são empregadas domésticas.

da década: em 1996 verificava-se 18,7% para as negras e 23,6% para as brancas; já em 2006 os números passaram a 23,9% e 30,2%, respectivamente.⁷

Essas situações reproduzidas historicamente impulsionam o movimento feminista em busca de tratamento das questões vinculadas à vida privada como aspectos políticos, demonstrando a complexidade das relações sociais (como sexualidade, violência de gênero, trabalho doméstico etc.). Na luta por direitos, as mulheres buscam romper com a indiferença em torno de questões cotidianas trazendo-as como demandas para a esfera pública.

Um exemplo de ação é a Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres como uma iniciativa internacional do Centro para a Liderança Global das Mulheres – Center for Women’s Global Leadership, liderada no Brasil pelas Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – Agende, com o apoio do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – Cladem (Brasil), da Bancada Feminina no Congresso Nacional, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem e do governo brasileiro. No Brasil, desde 2003, sob o *slogan* “Uma vida sem violência é um direito das mulheres”, essa campanha aglutina diversos setores sociais e provoca uma extensa agenda de debates na perspectiva da igualdade de gênero e raça/etnia. Buscam-se como importantes resultados a afirmação da Lei Maria da Penha⁸

7 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER E SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (2007).

8 BRASIL, 2006.

e o desenvolvimento de estratégias de combate ao racismo, tendo por base o diálogo sobre o trabalho doméstico.

A Fundação Perseu Abramo desenvolveu a pesquisa *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, que trouxe novos elementos para o debate e aponta caminhos para a superação da exclusão e não visibilidade das mulheres. As mulheres brasileiras anunciaram boas mudanças em relação à percepção de sua condição:

65% das entrevistadas avaliam que houve melhora em suas vidas (mulheres de ascendência racial só negra 54% e de ascendência racial só branca 67%), mas 89% ainda detectam o machismo na sociedade (ascendências: só negra 86% e só branca 88%) e 43% assumem ter sofrido algum tipo de violência sexista (mulheres de ascendência racial só negra 54% e só branca 33%), e isto é perceptível no número de entrevistadas que acreditam que seus direitos sociais não são respeitados. Além disso, 28% são adeptas do feminismo (total ou parcialmente), sendo 28% mulheres de ascendência racial só negra e 29% só branca. Outras 25% não sabem ou têm dúvidas sobre o que significa feminismo (32% entre as mulheres de ascendência racial só negra e 21% só branca), o que não impede que opinem e reconheçam os efeitos machistas, pois 89% souberam detectá-los na sociedade.⁹

Esses são elementos importantes para a produção feminista e antirracista, que têm desenvolvido crítica sistemática à subjugação das mulheres e dos negros.

9 Matilde Ribeiro, 2004.

O Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. Dessa forma, a luta histórica é por garantia da dignidade e de continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros.

Uma das principais ações contemporâneas foi realizada em Brasília, em 20 de novembro de 1995,¹⁰ em parceria com outros setores da sociedade —¹¹ a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, que reuniu cerca de 30 mil manifestantes. Em ato oficial, por meio da coordenação da Marcha, foi entregue ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, o qual apresentava uma série de reivindicações visando à inclusão da população negra nas políticas públicas, com destaque para o mercado de trabalho, a educação, a cultura e a comunicação, a saúde, o combate à violência, a religião e a terra.¹²

Em continuidade, em 2005, realiza-se a II Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em Brasília. Conhecido como “Marcha Zumbi + 10”, o evento teve duas versões: a mobilização do dia 16 de novembro de 2005, que enfocou

10 20 de novembro refere-se ao Dia Nacional da Consciência Negra, marco construído pelo Movimento Negro em homenagem a Zumbi dos Palmares, líder na Serra da Barriga, em Alagoas/Palmares, na luta pela libertação da população negra do regime de escravidão. Em 1995 completou 300 anos em que Zumbi dos Palmares foi cruelmente assassinado.

11 Central Única dos Trabalhadores – CUT, Partido dos Trabalhadores – PT, Central de Movimentos Populares – CMP, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, movimento feminista, entre outros.

12 MARCHA..., 1995.

a desigualdade socioeconômica e o baixo orçamento público destinado à população negra; e a manifestação do dia 22 de novembro de 2005, que enfatizou a anistia a João Cândido, o Almirante Negro,¹³ a exclusão social e a necessidade de combate à violência e ao genocídio da população negra (sobretudo dos jovens). Em comum, essas mobilizações tiveram o intuito de apresentar reflexões, críticas e proposições ao Governo Federal para o incremento da política de igualdade racial, demandando a aceleração de medidas para a superação do racismo.¹⁴

Com isso, desenvolve-se a perspectiva de sedimentação macroestrutural dos princípios da diversidade. Porém, são apresentados desafios no interior dos próprios movimentos. Consta-se que, à medida que são conquistados os protagonismos, aprofundam-se complexidades e dificuldades organizativas e teóricas.

As mulheres negras têm elaborado crítica sistemática aos movimentos negro e feminista em relação à invisibilidade e à secundarização das questões específicas. Essa perspectiva foi fortemente apontada no texto *A mulher negra na década: a busca da autonomia*¹⁵ como subsídio à Conferência de Beijing, e ainda após a Conferência, explicita essas situações de conflito político, trilha novos caminhos e amplia seus horizontes na luta pela igualdade e justiça.

13 João Cândido foi líder da Revolta da Chibata, que aconteceu no início do século passado em protesto contra os castigos físicos que eram impostos pela Marinha do Brasil. O objetivo do projeto de anistia é de restaurar os direitos que foram assegurados aos revoltosos.

14 SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2007.

15 Fátima Oliveira, Matilde Ribeiro e Nilga Iraci Silva, 1995.

Verifica-se que a afirmação de protagonismos desses grupos invisibilizados, a partir da última década, entrou efetivamente na agenda política, estimulando novos estudos e ações.

Inspirados por todo esse debate, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil resgataram a história das mulheres na vida pública em seus dois estudos que fazem parte do trabalho realizado pela Rede de Desenvolvimento Humano – Redeh, projeto Mulher, 500 anos atrás dos panos. A tônica da diversidade foi ressaltada no *Dicionário mulheres do Brasil*: “foram índias contra a violência dos colonizadores, negras contra a escravidão, brancas contra os valores patriarcais vigentes, todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino”.¹⁶ Já no livro *Mulheres negras do Brasil*,¹⁷ os autores afirmam que a pesquisa significou um profundo mergulho em contundentes silêncios da historiografia brasileira:

Constatamos que a ausência de registros sobre a participação das afro-descendentes na formação e no desenvolvimento do Brasil é gritante. Com exceção dos escritos sobre o sistema escravocrata e, por vezes, uma ou outra alusão ao mito Chica da Silva, não se encontraram muitas outras referências e informações sobre as mulheres negras em nossos museus, currículos escolares, livros didáticos e/ou narrativas oficiais.¹⁸

16 Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil, 2000, p. 10.

17 Pela sua singularidade, este livro recebeu o Prêmio Jabuti 2008 como primeiro lugar na categoria Direitos Humanos.

18 SCHUMACHER; BRAZIL, 2007, p. 9.

Na primeira publicação, vale ressaltar a inserção das biografias orientadas pelos prenomes das mulheres em vez dos nomes das famílias, pois pela história as negras e as indígenas não necessariamente possuem sobrenomes. Já na segunda, além dos dados pessoais das mulheres negras, foram narrados fatos e processos sociais inéditos não inclusos na malversada historiografia oficial.

Segundo diferentes autoras, tanto na América Latina e no Caribe¹⁹ como no Brasil,²⁰ são visíveis as vivacidades do feminismo com sua trajetória de reformulações, conflitos e conquistas, trazendo novas personagens e realidades. A esse contexto Carneiro acrescenta a visão do enegrecimento do movimento feminista e da ampliação do protagonismo das mulheres negras como um aspecto altamente positivo.

Na região da América Latina e do Caribe, desde os idos anos 1970, foi realizado um total de 10 encontros feministas latino-americanos e do Caribe, e no Brasil 14 Encontros Nacionais Feministas – ENF. Por parte do Movimento Negro, em 2000, foi criada a Aliança de Líderes do Movimento de Afrodescendentes da América Latina e do Caribe, e no Brasil foram realizados dois Encontros Nacionais de Entidades Negras, em 1991 e 2001. Por parte das mulheres negras, foi criada a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora, e no Brasil foram realizados três Encontros Nacionais de Mulheres Negras – ENMN, em 1988, 1992 e 2001.

19 Sonia Alvarez, 1998.

20 Sueli Carneiro, 2003; Ribeiro, 2006; e Vera Soares, 2004.

É importante enfatizar que nos encontros feministas é expressivo o aumento do número de participantes na mesma proporção da presença efetiva de setores que antes não eram visíveis, como as mulheres oriundas da militância sindical, popular, negra e indígena. Também nos encontros do Movimento Negro e das Mulheres Negras são afirmadas a ação conjunta de combate ao racismo e à discriminação social e a ênfase às questões de gênero.

A inclusão de gênero e raça nas políticas públicas

Encontrei minhas origens/em velhos arquivos/[...] livros encontrei/em malditos objetos/troncos e grilhetas encontrei/em doces palavras/[...] cantos/em furiosos tambores/[...] ritos encontrei minhas origens/na cor de minha pele/nos lanhos de minha alma em mim/em minha gente escura/em meus heróis altivos/encontrei.²¹

O “encontro com as origens” é o que fortalece a compreensão sobre as possibilidades de incidência das questões de gênero e raça, avança-se em estudos e pesquisas no campo das políticas públicas e nas realidades sociais. Leda Machado, na pesquisa *Deve gênero ser incluído nas políticas públicas nas áreas urbanas?*, partiu da hipótese de que:

a incorporação de gênero proporciona condições para que a realidade dos diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres e conseqüentemente diferentes

21 OLIVEIRA SILVEIRA, 1981.

necessidades vivenciadas por eles, poderiam ser melhor apreendidas. Desta maneira, as políticas públicas teriam mais condições de atender às necessidades, já que elas seriam melhor entendidas.²²

A autora analisa e compara vários programas²³ de diferentes instituições nacionais e internacionais e verifica que a maioria deles, mesmo que às vezes utilize o conceito de gênero, não efetiva na prática a inclusão. Com isso, conclui:

Gênero não pode ser considerado uma panacéia para satisfação de diferentes necessidades, é um instrumento que possibilita o entendimento mais abrangente e complexo de como a sociedade é estruturada. Classe, etnia também são outros instrumentos que não podem ser menosprezados. O ideal seria que estes três fossem levados em consideração.²⁴

Em 1999, Matilde Ribeiro concluiu a pesquisa *Dimensões de gênero e raça no Orçamento Participativo em Santo André 1997-1999*, que envolveu 22 conselheiras do Orçamento Participativo – OP. No que se refere à questão de gênero, foi apontado:

22 Leda M. V. Machado, 1996, p. 5.

23 Programa de Renda Familiar Mínima – PRFM, da Prefeitura de Campinas; Programa de Núcleos Infantis de Cuidados Ninhos – PNICN, da Prefeitura de Campinas; National Literacy Programme of Namibia – NLPN (Programa Nacional de Alfabetização da Namíbia); Lok Jumbish People's Movement for Education for All, Rajasthan – PME (Programa de Educação para todos de Rajasthan); Projeto Disque, da Prefeitura de Santos; e Projeto México 70, da Prefeitura de São Vicente.

24 MACHADO, 1996, p. 28.

as diferenças em relação à vida da mulher e do homem foram demarcadas pelas conselheiras, o que reafirmava o lugar social desfavorecido para as mulheres na estrutura organizativa do OP. Na justificativa das mulheres sobre o impedimento para sua participação, aparecem questões como: dificuldade de se manifestar em público, incompatibilidade dos horários de reuniões com os horários impostos pela vida doméstica e pelo trabalho, além da falta de familiaridade com a vida política, embora tivessem participação em movimentos sociais e políticos, em alguns casos ocupando funções de coordenação e/ou direção.²⁵

Quanto à identificação racial, ficou evidente o mito ou o terror de se pensar a cor como indicativo de diferença racial:

não chegava a ser um silêncio total sobre raça, mas, de certa forma, era uma questão de difícil abordagem. As conselheiras entrevistadas se posicionaram em duas vertentes quanto à existência ou não do racismo e/ou discriminação em relação aos negros: “Ainda é um grupo excluído na assistência social [...] ascensão social é difícil”, versus o posicionamento de que não existe mais racismo: “Não vejo mais racismo, hoje, em Santo André. Há 20 anos era mais. Nos últimos 10 anos não existe mais”.²⁶

As conselheiras transmitiram com maior facilidade exemplos e questões relativas às necessidades das mulheres, embora nem todas tivessem feito afirmações positivas em relação à existência de necessidades específicas.

25 RIBEIRO, 1999.

26 RIBEIRO, 1999.

Quanto à questão racial, as posições oscilaram entre umas que consideravam e outras que não consideravam a discriminação racial e étnica; em decorrência disto, a maioria não considerou a existência de necessidades específicas para negros e indígenas.

Tem ficado cada vez mais nítido que o olhar para a diversidade, e em especial para a inclusão da dimensão racial em pesquisas, estudos e políticas públicas, qualifica, cada vez mais, a agenda política nacional.

A área de pesquisa tem incidido nas ações da sociedade e dos governos, e vice-versa. Portanto, o documento entregue ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no momento da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, impulsionou mudanças. As respostas governamentais em âmbito federal foram sendo construídas a partir de negociações entre movimento social e representantes da administração pública.

Foram criados dois espaços de formulação política – o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra – GTI População Negra, em 1996, e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – GTDEO, em 1997. Foi instalado o Programa Nacional de Direitos Humanos (I PNHD, em 1996; II PNHD, em 2002). E, em 2001, após a Conferência de Durban, foram iniciadas ações em vários ministérios, destacando-se a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD e do Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002. No entanto, essas ações não significaram a efetivação de políticas continuadas, também não foi instituída uma coordenação entre as áreas citadas nem um órgão responsável diretamente pela implementação de políticas de igualdade racial.

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em janeiro de 2003, herda como tarefa a elaboração e a implementação do Programa Nacional de Ação pós-Durban. Em 21 de março de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, um órgão com *status* de ministério e função de assessoramento ao Presidente da República.²⁷ A partir daí foram criadas diretrizes governamentais visando à superação do combate ao racismo e à discriminação racial e étnica. Foram instituídos a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e também o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, o que significou um novo marco regulatório para as ações do Governo Federal. Outro aspecto inédito da ação governamental na esfera social foi a inclusão da diretriz “redução das desigualdades raciais” no Plano Plurianual – PPA,²⁸ nas versões de 2004-2007 e 2008-2011.

Foram criados também outros órgãos com missão similar à da Seppir, considerando o posicionamento de superação das desigualdades históricas: a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ.

27 A missão da Seppir é de: acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais; e acompanhar e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil que digam respeito à promoção da igualdade racial e ao combate ao racismo.

28 Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma descentralizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal no período de quatro anos, promovendo a identificação clara dos objetivos e das prioridades do governo.

Quanto às formas de gestão participativa, destaca-se a realização das conferências nacionais em diversas áreas (educação, saúde, meio ambiente, assistência social, direitos humanos, mulheres, entre outras). Entre 2003-2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 49 conferências nacionais, demonstrando um significativo salto de qualidade nas políticas públicas ao promoverem o controle social e a relação com os movimentos organizados, cidadãos e cidadãs.

Como parte dessa estratégia, foi realizada pela Seppir e pelo CNPIR a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR, em 1995. Essa conferência teve como tema “Estado e Sociedade construindo a Igualdade Racial” e mobilizou 95.573 participantes, configurando-se como instrumento de continuidade dos debates e das formulações conjuntas entre governo e sociedade civil.

A partir da implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Planapir, reafirmam-se ações prioritárias em educação, saúde, segurança, trabalho e acesso à terra (expressas pela Agenda Social Quilombola como parte do Programa Brasil Quilombola).

Também, em 2004 e 2007, foram realizadas as Conferências Nacionais dos Direitos da Mulher – CNPM. A II CNPM aglutinou cerca de 200 mil pessoas, que participaram em todo o País das conferências municipais e estaduais e elegeram 2.700 delegadas/os para o evento nacional. Como resultado, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM é orientado pelas seguintes diretrizes gerais: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica; saúde

das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Diante desse mosaico de diretrizes e ações, cabe ressaltar a Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

É importante destacar que as mulheres negras incidiram na elaboração do capítulo “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, no II PNPM. O conteúdo desse capítulo apresenta a necessidade urgente de assegurar a incorporação da perspectiva de raça/etnia e a orientação sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres.

Essa incidência das mulheres negras foi demarcada durante os eventos nacionais, mas também no processo preparatório, como se pode verificar nos documentos Mulheres negras brasileiras na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres²⁹ e também no *Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras*.³⁰

29 Produto da reunião ocorrida no período de 16 e 17 de agosto de 2007, com a participação de representantes de diferentes regiões e movimentos do País, com o apoio do Unifem e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECL.

30 Elaborado pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB (com o apoio da Fundação Ford e do Unifem) e apresentado em 17 de julho de 2008 na audiência da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em Washington/EUA.

Sem dúvida, está em curso a elaboração de propostas de políticas públicas que contribuam para a alteração do quadro da desigualdade racial e de gênero em âmbito nacional e internacional.

Os processos das conferências internacionais

No mapa das Antilhas
mares que se entulham de ilhas
Nas ilhas das Antilhas
Gente negra que pontilha.³¹

Os negros estão nas “Antilhas”, estão no mundo, e infelizmente as desigualdades também. Por isso, com o Ciclo das Conferências Mundiais promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos anos 1990, houve o estímulo aos debates e às formulações nas esferas da vida social econômica, política e cultural. Foram base para essas conferências a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em Paris/França, em 10 de dezembro de 1948, em conjunto com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial – ICERD, em 1965, e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, em 1979, entre outros.³²

31 OLIVEIRA SILVEIRA, 1981.

32 Além das conferências destacadas neste artigo, foram realizadas a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Brasil/Rio de Janeiro, 1992); a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Áustria/Viena, 1993); a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Egito/Cairo, 1994); a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (Dinamarca/Copenhague, 1995); a Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos – Habitat II (Turquia/Istambul, 1996); e a Cúpula Mundial de Alimentação (Itália/Roma, 1996).

Rita Laura Segato,³³ no documento “Mulher negra = sujeito de direitos e as convenções para a eliminação da discriminação”, apresenta um importante cotejo entre ICERD e CEDAW, buscando disponibilizar uma análise dos pontos comuns e diferentes entre as duas convenções, como apoio à prática dos setores governamentais e não governamentais. Parte-se do pressuposto de que a incidência de duplo preconceito e discriminação de gênero e de raça afeta os direitos humanos de maneira geral, e em particular as mulheres negras.

Considerando esses pressupostos, a Declaração e Programa de Ação de Beijing diagnostica e aponta medidas para alteração das condições de vida, reafirmando compromissos em prol dos direitos humanos das mulheres, combinados com a necessidade de superação das injustiças sociais que abatem sobre a população não branca, discriminada pelo racismo.

A Conferência de Durban teve como *slogan* “Unidos para combater o Racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade” e foi conectada à agenda “2001 – Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância”. O início dessa conferência intensificou-se em 2000, o Comitê Preparatório para a Conferência Mundial e os Grupos de Trabalho registraram muitas reuniões preparatórias.

Destacam-se as conferências regionais preparatórias – a europeia (Estrasburgo) no período de 11 a 13 de outubro de 2000, a das Américas (Santiago) no período de 5 a 7 de dezembro de 2000, a africana (Dakar) no período de 22 a 24 de janeiro de 2001 e a asiática (Teerã)

33 Rita Laura Segato, 2006.

no período de 19 a 21 de fevereiro de 2001. O Fórum Mundial das Organizações Não Governamentais ocorreu em Durban, no período de 28 de agosto a 3 de setembro de 2001, contando com aproximadamente 7.000 representantes de cerca de 3.000 ONGs.

Em particular na região das Américas, os resultados da Conferência Cidadã³⁴ (sociedade civil) e da Conferência de Santiago (oficial) afunilam-se na Declaração e Plano de Ação de Santiago,³⁵ que antecede e incide na elaboração da Declaração e Programa de Ação de Durban. Nesse documento global foi apontada a necessidade de superação:

- a) das múltiplas formas de discriminação que podem afetar mais diretamente as mulheres;
- b) das desigualdades geradas pelas condições de raça, cor, linguagem ou origem nacional ou étnica;
- c) dos motivos conexos, como o sexo, o idioma, a religião, as opiniões políticas ou de outra índole; e
- d) das barreiras por origem social, situação econômica, nascimento ou outra condição. Foram apresentadas, também, formulações voltadas às crianças e aos

34 A Conferência Cidadã contra o Racismo, a Xenofobia, a Intolerância e a Discriminação – Foro de ONGs e Organizações da Sociedade Civil das Américas – também foi realizada em Santiago/Chile, no período de 2 a 3 de dezembro de 2000.

35 Neste documento é fortalecida a visão de que a América constituiu-se como espaço de convivência de distintas raças e culturas que se somaram aos povos originários, valorizando a característica de ser multicultural, multiétnica, multilíngue e plurirreligiosa. Portanto, apresenta uma riquíssima composição dos agrupamentos humanos.

jovens, em especial às meninas por sua situação de vulnerabilidade, assim como a reafirmação sobre o direito dos povos vitimados à reparação.

Rosana Heringer³⁶ e Sueli Carneiro³⁷ enaltecem as formulações que visam à eliminação da desigualdade racial e de gênero nas metas indicadas pela Conferência de Durban no que diz respeito às ações afirmativas e às políticas universais. Heringer afirma que uma das atividades mais interessantes do Fórum de ONGs foi o dia organizado pela Comissão de Gênero:

com a participação de mais de 500 mulheres ao longo do dia [...] cumpriu sua missão de servir como um espaço de encontro de mulheres de todas as partes do mundo, dando sua contribuição à luta anti-racista. Após mais de 10 horas de trabalho, chegou-se a um elenco de análises e propostas destinadas a subsidiar a declaração final.³⁸

Ficam então sinalizados os caminhos para a ação dos governos e da sociedade civil, que, de maneira assertiva, pelas vozes dos movimentos sociais, em especial o negro e o feminista, com o protagonismo das mulheres negras, devem seguir o caminho da superação das desigualdades. Esses devem atentar para a questão primordial de que o racismo e a escravidão configuram-se como crimes contra a humanidade.

36 Rosana Heringer, 2001.

37 CARNEIRO, 2002.

38 HERINGER, 2001.

O pós-Durban, a ação e o monitoramento

eu bato contra o muro duro
não desisto de forçá-lo
hei de encontrar um furo
por onde ultrapassá-lo.³⁹

Aos poucos, rompem-se “muros”, e, após a Conferência de Durban, uma das primeiras análises oficiais dos processos de implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban foi elaborada por Álvaro Bello,⁴⁰ sob coordenação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O autor identifica um processo crescente e inovador que, ainda com fragilidades, é bastante promissor. Nesse sentido, foram apresentados 17 desafios a serem enfrentados por várias instituições que vão na linha do fortalecimento dos compromissos estabelecidos pela Conferência de Durban, constando a ênfase na necessidade de incorporação da perspectiva de gênero no combate ao racismo e à discriminação, especialmente no que se refere à situação das mulheres.

Constata-se que a principal novidade no processo pós-Durban tem sido a criação de instâncias voltadas ao tratamento das questões raciais e de discriminação racial e étnica em 16 países – Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. Essa é uma forma de sedimentação das proposições elaboradas pela sociedade civil, em

39 OLIVEIRA SILVEIRA apud COLIMA, 1982.

40 Álvaro Bello, 2006.

negociação com governos, o que põe em prática a indicação de que os Estados necessitam redobrar esforços para avançar de maneira mais decisiva na implementação dos planos de ação, envolvendo os integrantes da sociedade civil, as instituições nacionais e internacionais.

Um grande número de agências do Sistema ONU no Brasil incorporam, a partir de 2005, o Grupo de Trabalho Interagencial de Gênero e Raça da ONU, coordenado pelo Unifem. Esse GT tem desempenhado importante papel no apoio ao desenvolvimento das atividades organizadas pelo governo e pela sociedade civil, como estratégias para superação do racismo, das discriminações raciais e étnicas, e das desigualdades de gênero, considerando a realidade nacional e internacional.⁴¹

Também, no Mercosul, junto à Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados – RAADH,⁴² foi criado o Grupo de Trabalho sobre a Igualdade Racial (em dezembro de 2006), composto de 10 países. Esse GT impulsiona o desenvolvimento de ações governamentais e multilaterais para a promoção da igualdade racial, contemplando afrodescendentes e indígenas. A agenda futura prevê os compromissos com a revisão de Durban e a elaboração da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, assim como com as ações compartilhadas entre sociedade civil e governos.

41 SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2007.

42 Por parte do Brasil, a RAADH é coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, tendo a Seppir como colaboradora.

Consolidando mais um ciclo organizativo na região, realizou-se no período de 26 a 28 de julho de 2006, em Brasília, a Conferência Regional das Américas sobre os Avanços e Desafios do Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas – CRA.⁴³ Esse evento foi coordenado pelos governos do Brasil e do Chile, em parceria com o Comitê Internacional⁴⁴ e com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

A CRA contou com a participação de representantes governamentais e não governamentais de 21 países. O Relatório da Conferência Regional das Américas sobre os Avanços e Desafios do Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas enfatiza a importância de se desenvolverem políticas públicas eficazes no combate a toda sorte de discriminação:

43 As diversas ações da sociedade civil resultaram na criação em 2004 do Comitê de Iniciativas Santiago + 5 – composto das organizações: Aliança de Líderes do Movimento de Afrodescendentes da América Latina e do Caribe (Mundo Afro/Uruguai); Geledés Instituto da Mulher Negra e Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Brasil); Fundación Ideas (Chile); Human Rights Internet (Canadá); Foro de Diplomacia Ciudadana de América Latina y Caribe (Argentina); e Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica). Esse comitê impulsionou a realização da Pré-conferência das Américas, no período de 10 a 12 de agosto de 2005, em Santiago/Chile. O registro desse evento está no documento marco – Pré-conferência Santiago + 5 contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e as Formas Conexas de Intolerância –, que reflete um balanço positivo das ações na região.

44 O Comitê Internacional foi formado por representantes das seguintes organizações: African Canadian Legal Clinic, Human Rights Internet, Comitê Intertribal, New Constituency Development and Health Disparities Initiatives, Centro de Culturas Indígenas del Perú, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, Escuela Graduada de Administración Pública Universidad de Puerto Rico, Organización de Desarrollo Etnico Comunitario – ODECO, Mundo Afro, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Geledés Instituto da Mulher Negra e Fundação Ideas (Chile). Participaram de maneira individual Sergia Galvan e Ann Mckinley.

[...] reconhecendo os avanços obtidos para a superação das desigualdades, identificando projetos inovadores, cumprindo assim, a função essencial de promover um diálogo interativo entre os principais protagonistas envolvidos nessa agenda, assim como um impulso aos consensos já alcançados, e fortalecer a promoção da diversidade, da igualdade, da paz e da democracia nas Américas.⁴⁵

A experiência inovadora de realização de um evento conjunto entre governo e sociedade civil, tendo por base a agenda global, apresentou riquezas e desafios e obteve como resultado final um documento unificado reconhecido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Foi, sem dúvida, uma oportunidade ímpar para que os Estados e os membros da sociedade civil da região reafirmassem seus objetivos, a partir de negociações que resultaram em uma agenda comum, tendo como marco o compromisso de continuidade do monitoramento da implementação do Programa de Ação de Durban.

Novamente, em 2008, o Brasil foi palco de mais uma rodada de debates e formulações, o que proporcionou a realização do Fórum da Sociedade Civil das Américas para Avaliação dos Resultados de Durban,⁴⁶ no período de 13 a 15 de julho de 2008, e da Conferência da América Latina e do Caribe, Preparatória à Conferência de Exame de Durban, no período de 17 a 19 de julho de 2008, esta segunda com caráter oficial, coordenada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

45 CONFERÊNCIA REGIONAL DAS AMÉRICAS, 2006, p. 21.

46 Coordenado pelo Comitê Internacional da Sociedade Civil, constituído desde 2005, com o apoio do governo brasileiro.

Na Declaração da Sociedade Civil das Américas⁴⁷ e no Documento Final da Conferência Regional da América Latina e do Caribe, Preparatória à Conferência de Exame de Durban, são reconhecidos os esforços dos Estados da região no desenvolvimento de políticas visando à superação do racismo e das discriminações raciais e étnicas. O documento da sociedade civil enfatiza a necessidade de maior institucionalidade e aplicação de recursos orçamentários necessários para implementar os compromissos estabelecidos e a importância da efetivação de condições para uma participação paritária da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação das políticas públicas. No documento oficial, afirmam-se os compromissos com a superação do racismo e da discriminação racial e étnica, e enfatiza-se a necessidade de avanço na inclusão de um enfoque de gênero de maneira prioritária nas agendas de trabalho, visando ao enfrentamento do fenômeno da discriminação múltipla e agravada contra as mulheres.

No processo regional pós-Durban, as mulheres expressaram formas específicas de organização. No período de 24 e 25 de julho de 2006, compuseram o Comitê Internacional da Conferência Regional das Américas e realizaram o seminário Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação;⁴⁸ e, em 2008, reapresentam suas demandas, a partir da

47 Fórum da Sociedade Civil das Américas para Avaliação dos Resultados de Durban. Documento Preliminar, de 13 a 15 de junho de 2008. Brasília, 2008.

48 Declaração das Mulheres “Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação” no seminário organizado pelas mulheres do Comitê Internacional da Conferência das Américas, que ocorreu em 24 e 25 de julho de 2006, em Brasília.

Declaração das Mulheres, no Fórum da Sociedade Civil das Américas para Avaliação dos resultados de Durban.⁴⁹

Em ambas as situações, no contexto das conferências regionais de monitoramento da implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban, as mulheres negras contribuíram com formulações para deliberações que apontam a necessidade de os governos federais ampliarem políticas públicas visando à efetivação da inclusão das populações negra e indígena e de outros grupos sociais vulneráveis, destacando as mulheres negras e indígenas.

A abolição inacabada e as expectativas de futuro

Treze de maio traição/liberdade sem asas Treze de maio – já dia 14/o Y da encruzilhada: seguir, banzar, voltar? o que temos nós lutamos/para sobreviver/e também somos esta pátria em nós ela está plantada/nela criamos raízes/ de enxerto mas sentimos e mutuamente arraigamos/ quem sabe só com isto: que ela é nossa também, sem favor/ e sem pedir respiramos seu ar tapamos-destapamos horizontes. e então vamos rasgar/a máscara do treze/para arrancar a dívida real com nossas próprias mãos.⁵⁰

“Banzo – saudade negra”, energias para mudanças de um destino que os negros não traçaram, por outro

49 Declaração das Mulheres, no Fórum da Sociedade Civil das Américas para Avaliação dos Resultados de Durban, que ocorreu de 13 a 15 de junho de 2008, em Brasília.

50 OLIVEIRA SILVEIRA, 1987.

lado, construiu-se a resistência. Por isso, no Centenário da Abolição, como uma revisão histórica, Abdias do Nascimento⁵¹ argumentou:

como esquecer que a República, logo após a abolição, cassou ao ex-escravo seu direito de votar, inscrevendo na Constituição que só aos alfabetizados se concedia a prerrogativa desse direito cívico? Como esquecer que, após nosso banimento do trabalho livre e assalariado, o código penal de 1890 veio definir o delito de vadiagem para aqueles que não tinham trabalho, como mais uma forma de manter o negro à mercê do arbítrio e da violência policiais? Ainda mais, definiram como crime a capoeira, a própria expressão cultural africana. Reprimiram com toda a violência do estado policial as religiões afrobrasileiras, cujos terreiros se viram duramente invadidos, os fiéis e os sacerdotes presos, pelo crime de praticar sua fé religiosa. Temos vivido num estado de terror: desde 1890, o negro vem sendo o preso político mais ignorado desse País.⁵²

No que diz respeito aos 120 anos de abolição da escravidão, embora a onda comemorativa tenha sido bem menor do que no Centenário da Abolição, permanecem as críticas:

É engraçado que um silêncio gritante se fez presente nesses 119 anos. Tem gente que não gosta desse assunto. Tem gente que não quer que falemos que ainda há muita discriminação, que há muito preconceito. Sem dúvida

51 Com 95 anos, Abdias do Nascimento é um dos mais velhos militantes vivos. Consagrou-se pela defesa intransigente do respeito à dignidade humana em sua múltipla militância, no Movimento Negro, como parlamentar, artista e intelectual.

52 NASCIMENTO, 1988.

nós avançamos, mas algo está errado. A maioria do nosso povo negro permanece morando em favelas, trabalhando nas casas como domésticos, fora das universidades, o Parlamento, do Executivo, e, dos primeiros escalões das áreas públicas e privada, a não ser como raras exceções. É esse preconceito velado que queremos eliminar.⁵³

A tensão na sociedade brasileira era algo constante nas fazendas, nas casas-grandes, mas também nas senzalas e nos quilombos, nas irmandades, nas cidades do império [na época da escravidão]. [...] Não podemos nos esquivar de um fato, a liberdade foi conquistada formalmente há 120 anos, mas agora o próximo passo dos descendentes daqueles que tanto lutaram tem que ser levado à frente, seja para a implementação de políticas públicas, seja para a aquisição de seu sonho à época, ou seja, a conquista da terra.⁵⁴

Assim como Nascimento, Paim e Fonseca nos remetem a uma história passada que tem muito reflexo em nosso cotidiano e com isso nos faz pensar sobre as formulações e as ações do presente.

Tendo como referência essas análises, o Movimento Negro buscou trazer a público suas reivindicações e críticas aos setores que expressavam interesse apenas em comemorar pura e simplesmente um fato que demarca, ainda na atualidade, uma realidade dura e contraditória.

Do ponto de vista legal, após a Lei Áurea, o primeiro texto que buscou combater a discriminação racial foi a Lei nº 1.390/51 – Lei Afonso Arinos. Posteriormente, a Constituição Cidadã assegura que “a prática do racismo

53 Paulo Paim, 2007.

54 Dagoberto José Fonseca, 2008.

constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei⁵⁵ (artigo 5º) e prevê o reconhecimento e o direito dos remanescentes das comunidades de quilombos às suas terras (artigo 68 – Ato das Disposições Transitórias). A Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 – Lei Caó – passou a definir os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, tipificando condutas que abstem acesso a serviços, cargos e empregos.

Recentemente, em 13 de maio de 2008, foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.198/02 do Senado Federal, que concede anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata,⁵⁶ e aos demais participantes do movimento. Esse projeto retornou ao Senado e em 23 de julho de 2008 foi sancionado pelo Executivo.

Em 20 de novembro de 2008 foi aprovado na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 73/99, que reserva 50% das vagas das universidades públicas a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, respeitando o percentual de negros e indígenas em cada Unidade da Federação. Esse projeto seguirá para aprovação no Senado Federal.

Tramita desde o final dos anos 1990 no Congresso Nacional o Projeto de Lei Estatuto da Igualdade Racial, que prevê ações afirmativas visando superar as desigualdades fundadas em raça/cor/etnia. Esse projeto aprovado no Senado seguiu em 29 de novembro de 2005 para a devida aprovação na Câmara dos Deputados.

55 BRASIL, 1988.

56 A revolta aconteceu em protesto contra os castigos físicos que eram impostos pela Marinha do Brasil no início do século passado. O objetivo do projeto é de restaurar os direitos que foram assegurados aos revoltosos pelo Decreto nº 2.280, de 1910.

Não é exagero afirmar que, no plano formal, as leis cumprem um papel importante no combate às práticas de discriminação racial, com isso se reforça a perspectiva de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

É fato que muitas coisas mudaram nessas duas últimas décadas, chegamos aos 120 anos da abolição com experiências efetivas de implementação de políticas públicas e leis buscando responder ao nefasto quadro de discriminação e racismo, no entanto, a realidade é de uma abolição inacabada. Para reversão desse quadro, os desafios são inúmeros.

a) O governo brasileiro vive um momento ímpar no que diz respeito à efetivação de políticas de igualdade racial. Qual a negociação/mediação planejada pelo movimento social para garantir aceleração na implementação das políticas públicas?

b) Está em processo de organização a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada em 2009. Quais as amarrações para fortalecimento de relações entre sociedade civil e governo, considerando o Projeto Nacional para Superação do Racismo e do Machismo?

c) O Movimento Negro desenvolve as ações relativas ao Congresso Nacional de Negras e Negros do Brasil, que está previsto para 2009. Quais as formas organizativas que esse movimento apresentará para a conquista de melhores condições de vida para a população negra, e para as mulheres negras em particular?

d) Em 2009 será realizado mais um Encontro Nacional Feminista (em Pernambuco) e o XI Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (na cidade do México). Qual o salto teórico e organizativo planejado pelas mulheres negras brasileiras e da região no interior da organização feminista?

e) Está em fase de elaboração o projeto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, tendo por base a ICERD. Em que medida essa convenção vai responder à realidade da região do ponto de vista da sua diversidade e necessidades específicas para superação das fortes desigualdades e iniquidades existentes na região?

f) Será realizada em 2009, em Genebra, a Conferência de Revisão de Durban. Até que ponto novas estratégias serão definidas para acelerar o processo das políticas de superação do racismo, do machismo e das demais questões que ofendem os direitos humanos?

g) Muitos projetos de lei na área dos direitos humanos e da justiça racial tramitam no Congresso Nacional. Como garantir a ampliação da dimensão das leis, sobretudo, no que diz respeito à penalização das práticas de racismo?

h) Por fim, quais as novas estratégias do movimento social e dos governos para aprofundar o diálogo e a intervenção entre as questões de gênero e raça, fazendo valer a perspectiva de interseccionalidade e da democracia?

Considerações finais

Diante de tão rica construção, é possível dizer que as organizações de mulheres negras fizeram valer seu propósito de adquirir “maioridade política” diante dos movimentos feminista e de negros, de instituições públicas e privadas e da sociedade em geral. Com isso, demonstraram a disponibilidade de construção de seus próprios caminhos.

No que se refere à relação institucional, com Estados e órgãos multilaterais, em geral, os interesses entre os movimentos sociais, os governos e as agências multilaterais não são exatamente os mesmos, misturam-se dilemas e conflitos em meio a proposições de mudanças sociais. Um bom exemplo são as conferências mundiais, que partem da necessidade de negociação e mediação de agendas políticas, buscando ter como resultado proposições de ações visando à construção de uma agenda comum.

Pela complexidade, essa realidade deve despertar os agentes políticos, sobretudo os movimentos sociais, para as profundidades e as concretudes das políticas públicas que garantam os princípios de democracia, diversidade e direitos.

O caminho apresenta-se como promissor, a abolição é inacabada, mas podemos desenhar um futuro inclusivo. Espera-se a efetivação cada vez mais de diálogos críticos e ações conjuntas entre os diversos setores da sociedade civil, e destes com os governos, com a academia, com os órgãos multilaterais, entre outros. Com essa dinâmica é possível estabelecer parâmetros de análise mais próximos da realidade e, frequentemente, remodelar a prática institucional.

A agenda política é extremamente complexa, e, justamente por isso, o trabalho é desafiante, fascinante e incansável, como a própria vida das mulheres, dos negros e das mulheres negras, em particular.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Feminismos latinoamericanos: reflexiones teóricas y perspectivas comparativas. In: RÍOS, Marcela Tobar (Org.). *Reflexiones teóricas y comparativas sobre los feminismos en Chile y América Latina*. Santiago: Notas del Conversatorio, 1998. p. 4-22.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. *Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras*. São Paulo, 2007.

BAIROS, Luiza. Apresentação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, v. 10, n. 1, p. 169-170, 2002. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo.

BELLO, Álvaro. Revisão e valoração da implementação da Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância nas Américas. Genebra, 20 jul. 2006. Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Documento de Trabalho n. 5.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Lei nº 11.340/06*. Sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, v. 10, n. 1, p. 2.009-2.014, 2002.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

COLIMA, Paulo (Org.). *Antologia contemporânea da poesia negra brasileira*. São Paulo: Global, 1982.

CONFERÊNCIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. *Preparatória à Conferência do Exame de Durban (17 a 19/06/08)*. ONU. Brasília, 2008. Documento Final.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Conapir*. Brasília, Seppir: 2006. Relatório Final. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/seppir/publicações/relatorio_final_conapir.pdf. Acesso em: 3 nov. 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. *Mulheres negras brasileiras*. Brasília, ago. 2007.

CONFERÊNCIA REGIONAL DAS AMÉRICAS. *Preparativos para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (05 a 07/12/2000)*. Santiago/Chile, 2000.

_____. *Avanços e Desafios do Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Brasília, Seppir, 2006. Relatório.

DECLARAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES. ONU. *Beijing'95*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>. Acesso em: 6 ago. 2008.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE DURBAN.
III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. ONU. Nova Iorque, 2002.

FONSECA, Dagoberto José. *13 de maio de 1888, 13 de maio de 2008: um aniversário de 120 anos*. Disponível em: <http://120cartas.ig.com.br/wp/13-de-maio-de-1888-13-demaio-de-2008-um-aniversario-de-120-anos/>. Acesso em: set. 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HERINGER, Rosana. Durban é só o começo. *Carta da CEPIA*, Rio de Janeiro, n. 9, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA;
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A MULHER; SECRETARIA ESPECIAL DE
POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Retrato das desigualdades – gênero e raça*. 2007.

MACHADO, Leda M. V. *Deve gênero ser incluído nas políticas públicas nas áreas urbanas?* São Paulo: FGV, 1996. (Série Relatórios de Pesquisa).

MARCHA A BRASÍLIA. *Por uma política de combate ao racismo e à desigualdade social*. São Paulo: Coordenação Nacional de Entidades Negras, 1995.

NASCIMENTO, Abdias. 13 de maio: Dia de Denúncia contra o Racismo. *Minas Gerais*, n. 1.098, 7 maio 1988. (Suplemento Literário).

OLIVEIRA, Fátima; RIBEIRO, Matilde; SILVA, Nilza Iraci. A mulher negra na década: a busca, da autonomia. *Caderno Geledés*, São Paulo, n. 5, 1995.

OLIVEIRA SILVEIRA. *Roteiro dos Tantãs*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1981. Disponível em: <http://www.portalafro.com.br/portoalegre/oliveira/conciencia.htm>. Acesso em: nov. 2008.

_____. *Poema sobre Palmares*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1987. Disponível em: <http://www.portalafro.com.br/portoalegre/oliveira/movimentonegro.htm>. Acesso em: nov. 2008.

OUTUBRO. 2 jan. 2009. Disponível em: <http://outubro.blogspot.com/2009/01/oliveira-silveirapoeta-1941-2009.html>. Acesso em: jan. 2009.

PAIM, Paulo. *Lei Áurea: uma abolição não concluída*. 13 maio 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/paulopaim/pages/imprensa/artigos/2007/13052007.htm>. Acesso em: set. 2008.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras, de Bertioiga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-57, 1995. Dossiê Mulheres Negras.

_____. *Gênero e raça no Orçamento Participativo em Santo André 1997-1998*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais – em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 87-105.

_____. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, v. 14, n. 3, p. 801-811, 2006.

_____. Las mujeres negras em luta por sus derechos. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 218, nov./dez. 2008.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Humano; São Paulo: Senac, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Relatório de Gestão* (2003-2006). Brasília, Seppir, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2007.

SEGATO, Rita Laura. Mulher negra = sujeito de direitos e as convenções para a eliminação da discriminação. *Agende*, Brasília, 2006.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 162-182.



>>>
Cidinha
da Silva

(Belo Horizonte, MG, 1967)

Cidinha da Silva é escritora,
dramaturga e editora.

Criadora de 15 obras
autorais, destacando-se
a Série Melhores Crônicas
de Cidinha da Silva -
volumes 1 e 2 (2019) e
#Parem de nos matar!
(crônicas, 2016).

Tem textos publicados
em espanhol, francês,
catalão, italiano e inglês.

O RAP DAS MENINAS

Artigo
publicado na
Revista Estudos
Feministas,
em janeiro
de 1995

Preta chique essa preta é bem linda
Essa preta é muito fina
Preta preta essa preta é correta
Essa preta é mesmo preta
Ela tem trabalho e tem carnaval
Ela é super elegante
Roupa Europa e pixaim Senegal

(Neide Candolina, Caetano Veloso)

Elas estiveram em São Paulo, Mar del Plata, Rio de Janeiro, Nova Iorque e finalmente em Beijing, envolvidas no processo de avaliação da década que indubitavelmente contribuiu muito para a rearticulação do movimento feminista brasileiro e para o fortalecimento das relações entre o movimento de mulheres latino-americano e caribenho. São jovens mulheres pretas, como desejam ser chamadas, mulheres negras que com certeza responderiam as assertivas de um famoso misógino aspirante a piloto de Kart Indor,¹

¹ Referência à moção de repúdio às declarações do historiador Joel Rufino dos Santos comparando mulheres brancas a Monzas e mulheres negras a Fuscas, tirada na Conferência Brasileira de Mulheres Rumo a Beijing Rio de Janeiro, junho de 1995.

dizendo que entre Mulher-Fusca e Mulher-Monza ser BMW não nos interessa.

Umãs são famosas outras nem tanto. Algumas são radicais no discurso, outras são românticas, mas todas são conscientes das desigualdades de gênero a superar.² São integrantes do movimento *Hip Hop*, cantoras de um estilo musical denominado *rap*, visitador de nossos ouvidos desde a década de 80, constituindo-se hoje provavelmente no fenômeno urbano mais característico da década.

São mulheres atentas ao fato de que é cada vez maior a demanda de jovens como prostitutas em todo o mundo, posto que os clientes as consideram parceiras hipoteticamente mais seguras e não portadoras do HIV. São sabedoras de que circulam poucas informações sobre sexualidade e saúde entre as mulheres jovens, de que isto gera problemas físicos e comportamentos.

Tal qual Oxum que gentilmente se oferece ao inimigo para preparar lhe a comida e mata-o envenenado ou enfrenta uma espada armada apenas de um espelho e do sol que ilumina sua beleza, estas garotas têm a manha, a artimanha, a malemolência de um samba miudinho para se movimentarem em espaços predominantemente masculinos.

Para melhor compreendermos como pensam e se posicionam estas garotas, nos utilizaremos de depoimentos fornecidos a nós por três *rappers* paulistanas em 1993. À época, essas mulheres lideranças no meio *Hip Hop* contavam entre 19 e 25 anos. Procuramos perceber a vivência dessas jovens enquanto mulheres negras, seu

2 COSTA, Tina Gonçalves. Mulheres no Rap. Pode Crê, São Paulo, ano I, n. 2, Geledés Instituto da Mulher Negra ago./set. 1993. O artigo faz uma abordagem abrangente e perspicaz das *rappers* da cidade de São Paulo.

entendimento do feminismo, o diálogo e o compromisso existentes com as outras mulheres negras, as formas de enfrentamento do machismo, o posicionamento dentro de sua própria geração, bem como certos conflitos intra-geracionais e as ações de afirmação empreendidas pelas *rappers* no meio *Hip Hop*.

Nosso material de análise será basicamente aquele fornecido pelas entrevistas, ressaltando-se novamente que os depoimentos foram dados em 1993 e que o mundo *Hip Hop* muda como os ipês, quando nos damos conta, já são só flores Não nos deteremos na produção musical das entrevistadas, procuraremos primordialmente compreender as diferentes vertentes interpretativas e vivências do feminismo representadas por estas três jovens mulheres negras.

A despeito de que a organização do movimento de mulheres negras no Brasil seja concomitante ao surgimento das primeiras *rappers* e de que algumas autoras no processo de avaliação da década³ venham afirmando que este movimento foi o setor que mais cresceu numérica e politicamente no movimento de mulheres de 1985 a 1995, legitimando-o e enriquecendo-o em sua diversidade, não nos deteremos em analisá-lo por dois motivos básicos. Ainda que as mais jovens, em tese, sejam beneficiárias das experiências anteriores, a organização das *rappers* dá-se de maneira autônoma. O cruzamento dos caminhos destes dois grupos compostos por faixas etárias, formas de compreensão e encaminhamento diferentes só aconteceu na década de 90; faz-se prudente, então, que tenhamos mais tempo de discussão conjunta antes de externarmos nossas reflexões acerca dessa inter-relação.

3 IRACI, Nilza e outras. Cadernos Geledes 5. A Mulher Negra na Década, a Busca de Autonomia. São Paulo, Geledes Instituto da Mulher Negra, jun. 1995

Ser mulher

Vamos conhecer as meninas com as quais dividiremos o palco. As três são negras, paulistanas, protagonistas de diferentes processos de identificação como mulheres e negras. Duas delas são aquilo que o Brasil democrata racial não chamaria de pretas mesmo, mas, a despeito da hipocrisia, reinante elas o são pretas-pretas, negras lindas e feras.

Sharylaine liderava um grupo de dois garotos (dançarinos) e uma DJ (espécime raro no Brasil) que posteriormente modificou-se muito. O grupo trata de questões mais gerais em seu trabalho (política, crianças, negros e racismo). Laine, como é chamada no meio, acredita que não adianta os homens e mulheres ficarem se degladiando, eles precisam se unir para derrotar o inimigo (o racismo). Enfatiza a preocupação com a profissionalização de seu trabalho, mostra-se mais politizada quando fala das questões gerais, expressa um certo temor de que, ao definir-se feminista, possa encurralar-se ou ser encurralada em um gueto. O *rap* é parte fundamental da vida de Laine, segundo suas declarações, é como comer, andar, vestir.

MC Regina começou a carreira sozinha, aos 13 anos. Pulou a janela enquanto os pais dormiam para ir cantar; três anos mais tarde, formou um grupo. Vive e atua na zona sul de São Paulo, lugar de sombrias desovas. Suas letras refletem a dura realidade da região onde vive, além de criticar os problemas nacionais, a violência, o racismo, a miséria e as condições precárias de vida experimentadas pela população brasileira. É extremamente feminista em sua ação, entretanto não apresenta nenhuma preocupação conceitual, só sabe que é uma leoa e precisa lutar. O *rap* para ela funciona como um desabafo. Pensa que, se apenas

conversasse sobre os temas que a inquietam, as pessoas não lhe dariam atenção, precisa cantar para que possamos ouvi-la. Foi líder de uma posse⁴ que já chegou a integrar 42 grupos, cerca de 250 pessoas, oito mulheres apenas.

Chris declara-se f-e m i n-i s t-a. Conheceu o *rap* nos bailes como todo mundo, mas o interesse pela carreira foi despertado aos 16 anos, quando assistiu a um vídeo das afro-americanas Salt N Pepa. Em sua opinião, as garotas desta banda são verdadeiramente feministas, embora não esteja certa se se autorrotulam assim. Por ora, tem certeza de que são lutadoras e empunham uma bandeira que diz “mulher, sou bem mais”. Defende intransigentemente os direitos das mulheres e prega a não submissão aos homens. Seu grupo sempre foi exclusivamente feminino. Desde pequenina, tem consciência racial e de gênero. Em casa, a mãe dizia “tomem cuidado, porque vocês são pretos”, e ela acrescentava “além de preta você é mulher”. Participou de todo o processo preparatório para a conferência de Beijing e foi selecionada pela articulação nacional das mulheres pro-Beijing como representante oficial das jovens brasileiras neste evento.

Feitas as apresentações, vejamos como cada uma deparou-se primeiramente com as desigualdades de gênero. Sharylaine sentiu o tratamento desigual quando começou a impulsionar sua carreira. Conta que, quando havia testes em bailes com o objetivo de selecionar grupos para apresentações, geralmente seu grupo, composto então por duas mulheres nas funções principais, MC e DJ, era testado duas vezes, para provar que realmente

4 Posse é um conjunto de bandas de rap que possui componentes musicais e de organizações social.

era bom. Queixa-se de que, a cada 10 discos solo de grupos masculinos, apenas um, ou nem isso, é de *rappers* femininas. Entretanto, enquanto *rapper* e mulher, parece não compreender bem a própria responsabilidade de intervenção e enfrentamento. Afirma, por exemplo, que “às vezes a gente tem que ouvir o jeito que o homem fala da mulher e tem de ficar quieta, coisas do tipo a mulher não presta a mulher é vagabunda, mas é aquela, não é a gente e aí a gente tem de aceitar, porque ele está falando daquela, ele não tá falando naquele momento de você”. Conclui que isto acontece devido à cumplicidade milenar dos homens e à contribuição das mulheres na criação dos filhos, já que todas as mulheres são ou serão mães, é responsabilidade delas terem educado os filhos para que sejam assim.

Regina lembra que, depois de um concurso de grupos de *rap* do qual sagrou-se campeã, passaram a respeitá-la, mas isto não a eximiu de receber críticas negativas, vaias e tratamentos humilhantes por parte dos homens pelo simples fato de ser mulher. Numa referência aos baileiros (donos produtores de bailes) que intentam transformar as *rappers* em vitrines, afirma que não gosta de cantar *rap* usando roupas curtas indecentes; se os homens tiverem de aplaudi-la, devem fazê-lo pelo seu trabalho, não pela exposição de seu corpo. Declara já ter visto cantoras boas que não ganharam concursos porque apresentaram-se de calças jeans, tênis e camiseta. Já viu também o contrário: péssimas cantoras que gravaram faixas em discos e ganharam concursos porque usaram saias curtas e decotes e, além disso, provavelmente cederam aos amavios dos donos de bailes. Outra *rapper*, Chris, é adepta das roupas sensuais e acha que as mulheres devem se impor

e exigir respeito pelo trabalho, têm direito a vestirem-se como quiserem. Regina preocupa-se em cantar músicas que denunciem a situação das jovens prostituídas na região sul de São Paulo, que não o fazem por opção, mas por falta de outra oportunidade de trabalho.

Chris a princípio não pensava numa condição feminina coletiva, apenas não permitia que os homens montassem nela. Entretanto, imitando os *rappers* norte-americanos, os brasileiros começaram a fazer músicas que depreciavam a imagem das mulheres, chamando-as de vacas, cadelas, garotas sem-vergonha, mulheres vulgares, galinhas e piranhas. Nossa heroína viu-se obrigada a compor músicas que rebatessem esse tipo de xingamento, que criassem uma imagem digna das mulheres, que as valorizassem e despertassem no público feminino o espírito crítico em relação àquelas letras cantadas pelos grupos masculinos.

Quando começou a identificar-se como feminista, Chris não sabia exatamente o significado do termo, porque, de acordo com ela, é introjetado em nossas mentes que feministas são mulheres mal-amadas, homossexuais etc. Era comum ouvir nos bailes onde se apresentava “desce daí, sapatão”. Chris ainda parece não ter ultrapassado a mágoa de ter sido agredida como sapatão, é compreensível que as *streight girls* sintam-se duplamente agredidas pela violência do xingamento e pela injustiça do mesmo. Chris ainda não entendeu por completo que ser lésbica é uma das orientações possíveis da vida das mulheres, e a estigmatização dessa escolha também deve ser combatida aguerridamente.

Além da madrinha que criou os filhos e os netos e de Beth Carvalho, Chris tem como exemplo de mulher D. Ivone Lara, que, diga-se de passagem, durante muito

tempo não assinou suas próprias composições, posto que, da lógica dos sambistas, mulheres não compunham samba.

Quando indagadas sobre possíveis distinções entre mulheres brancas e negras, Regina afirmou que as mulheres negras têm mais força para lutar, são mais fortes e resistentes. Chris concordou e complexificou o discurso: “a principal diferença está na luta, na garra, quando explodiu o movimento feminista, a mulher branca saiu às ruas para reivindicar o direito de trabalhar fora, a mulher preta não foi, porque ela já fazia isso, ela sempre trabalhou fora”.

Nestas declarações, percebeu-se que estas jovens mulheres negras têm consciência de que o mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens não se aplica às mulheres negras.⁵

Feminismo – discurso e prática

No que tange à compreensão do feminismo, as visões de Sharylaine e Chris são conflitantes: esta intitula-se feminista, aquela, feminina. No entanto, se entendermos o feminismo como uma filosofia universal que considera a existência específica de uma opressão, as mulheres ambas são feministas, posto que partilham dessa consciência. Neste sentido, a quase totalidade das *rappers* e feministas, mesmo as que evitam o rótulo e aquelas que temem a radicalidade do discurso, mas transgridem na ação, digamos que é só um jeito de corpo, cada uma tem o seu e uma não precisa acompanhar a outra.

5 CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. Cadernos Geledes 4. Mulher Negra, São Paulo, Geledés Instituto da Mulher Negra, nov. 1993.

Para Laine, o feminismo é como o machismo,

as mulheres lutam por espaços, mas as pessoas confundem a gente pode ser feminista, para fazer tudo, mas a gente também quer um cavalheiro do nosso lado, cada pessoa expressa de uma forma, não tenho definição do feminismo eu tenho definição do machismo, porque eu fui criada de uma forma machista de não poder fazer muitas coisas, do meu irmão poder fazer muitas coisas. Eu acho que a mulher não pode sempre se fazer de vítima, isto é ser feminista, não é? Só que tem determinadas coisas que eu não concordo ou talvez não estejam transparentes para mim, eu acho que a mulher pode ser feminista e pode ser feminina também.

Para Chris, ser feminista

é lutar por aquilo que você acha que é correto, não deixar que uma mulher seja subestimada, lutar por direitos iguais entre homens e mulheres, conquistar um espaço que nós perdemos, isto é que nós nunca tivemos, na verdade ser feminista não é ser contra os homens, nossa luta é contra a sociedade que criou esse padrão machista.

As rappers e o público feminino

E a relação das nossas garotas com o público feminino? Como se posicionam? Que tipo de reação despertam? Como avaliam este diálogo? As respostas oscilaram da contradição explícita de quem tem postura feminista mas teme o rótulo de membro do Clube da Luluzinha

(acrescido da provável diminuição e desprofissionalização do trabalho geradas por este pertencimento) à certeza das que empreendem uma ação feminista, mas não se preocupam em nominá-la, ou mesmo daquelas que querem dar nome ao que fazem.

Laine afirma que, a partir do momento em que fez uma música que fala da problemática da mulher negra, está apta a comentar sobre as reações do público feminino. As percepções sobre o papel da mulher são mais otimistas quando se trata da possibilidade de a mulher conduzir os destinos do mundo. Entretanto, Lane mostra-se muito confusa quando o assunto é tomar nas mãos as rédeas do próprio destino:

acho que não é porque eu sou mulher que eu tenho que falar também sobre o problema da mulher, já tem muitas mulheres fazendo isso, eu acho que a gente estar se colocando é a gente falar de igual para igual, não adianta só a gente estar falando dos nossos problemas quando tem um monte de outras coisas que a gente tem que se preocupar enquanto mulher, acho que muitas coisas que têm acontecido mundialmente seriam diferentes se a mulher tivesse um espaço maior pra falar, pra se impor, pra se colocar.

Regina, por sua vez, preocupa-se especialmente em incentivar meninas que estão começando, demonstra consciência do papel exemplar que representa para as mulheres, parece cultivar uma relação fraterna com as plateias femininas:

as meninas agitam demais quando eu canto, nunca fui vaiada por mulheres, elas sempre vêm falar comigo no final dos shows muito mais do que os homens, me abraçam,

elogiam, na minha posse as garotas se aproximam de mim, pedem ajuda pra escrever letras, eu ajudo, ensino tudo que eu sei, quando eu vejo um grupo feminino no palco, vibro muito faço, o máximo que eu posso pra ajudar a pessoa a se sentir mais segura.

Chris afirma que no princípio a reação das garotas ao seu trabalho era meio contraditória: “muitas pensavam que nós estávamos lá pra tomar o lugar delas ou pra ser mais que elas, mas nós estávamos lá pra tentar ajudar, muitos grupos surgiram depois do nosso, então, creio que há uma boa aceitação”. Chris apresenta em seu trabalho uma preocupação de que as mulheres negras tenham autoestima, porque a partir desta conquista deixarão de aplaudir, fazer coro e comprar discos de garotos que as chamam de vacas, galinhas cadelas e quetais.

Rappers x rappers

Feministas ou não, o gênero masculino oprime a todas. Praticamente todos os *rappers* sabem no mínimo uma piadinha sobre mulheres menstruadas, são cruéis na crítica ao trabalho das mulheres, e alguns sabotam os equipamentos das meninas apenas para testá-las, como veremos nos depoimentos.

Rappers, segundo eles, garotas não deveriam andar sozinhas à noite ou mesmo carregar pesadas caixas de discos. Estes garotos que chegam até a ornamentar suas letras com parcos exemplos de mulheres negras as quais consideram dignas de aplauso não as conhecem em profundidade,

tampouco reconhecem nas rappers similaridades com aquelas. Clementina de Jesus é um exemplo. A Rainha Kele é enaltecida por sua voz maravilhosa, entretanto seu canto e sua voz foram descobertos enquanto lavava roupas, seu ofício primeiro, e antes de lavá-las subia o morro carregando latas d'água na cabeça. Há mais que poesia no trabalho braçal, há a necessidade da força para a sobrevivência, e a Clementina e as rappers mais uma vez o mito da fragilidade feminina não se aplica.

Sharylaine exemplifica uma situação de sabotagem ocorrida com sua DJ: “Já aconteceu de um DJ de outro grupo mexer em nossa pick-up tirando uma peça ou desligando o equipamento, já desligaram o mixer e depois diziam como se não fosse nada, isso é pra você ficar esperta”.

Chris destaca o fato de na relação de trabalho os homens se arvorarem a decidir como as mulheres devem se vestir e se comportar. Os *rappers* já aconselharam a ela e a outras companheiras que fossem cantar na pia e fazer *squash* no tanque. O *squash* é um movimento no qual o DJ roda o disco para frente e para trás gerando atrito, o som daí originado geralmente é superposto a outra música mais ritmada. O refinamento machista de correlacionar *squash* ao movimento de quem lava roupas no tanque ganha aqui plenitude. Outros enfrentamentos desagradáveis e desrespeitosos ocorreram em uma atividade na qual integrantes de grupos de *rap* da cidade de São Paulo iam às escolas públicas municipais para discutirem o conteúdo de seus trabalhos com o estudantado.⁶ Vários integrantes do Projeto

6 Projeto RapEnsando a Educação realizado no ano de 1991 pela Assessoria Técnica de Planejamento do Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e pelos Núcleos de Ação Educativa (NAEs).

Rappers de Geledés⁷ participaram desta atividade. Chris foi uma delas e relembra sua intervenção no projeto:

a minha participação veio depois de muitas brigas, discussões quebra paus mesmo, porque os garotos não queriam que eu participasse. Alguns perguntavam o que uma mulher iria fazer numa Escola com eles, lá iriam discutir sobre o povo preto e não sobre mulher, sobre menstruação, sobre esse assunto falavam na cozinha de suas casas. Eu observava mais que falava. Minha participação se dava quando tinha alguma pergunta sobre aborto, gravidez na adolescência ou outro assunto mais relacionado à mulher.

Chris e Regina concordam que é muito mais fácil para as mulheres serem *breakers* aplaudidas (dançarinas de *break*) do que *rappers* respeitadas. Há diferenças substanciais de tratamento entre as *breakers* e os *breakers*. As primeiras, em muitas situações usam roupas de lycra que destacam as formas. Arrancam assobios, aplausos e cantadas da macharada que as observa, independentemente da *performance*, e há uma definição velada de que as meninas devem vestir-se daquela forma. Aos meninos, aplaude-se exclusivamente pela radicalidade e perfeição dos movimentos.⁸ Outra possibilidade interpretativa, de acordo com Tina Costa,⁹ é a seguinte: com as dançarinas, os *rappers* não correm o risco de terem suas posturas de

7 O Projeto Rappers é desenvolvido pelo Programa de Direitos Humanos e Igualdade Racial do Geledés Instituto da Mulher Negra desde 1991. É composto por 10 bandas de rap (homens e mulheres entre 18 e 25 anos), totalizando 70 jovens que articulam o conjunto do movimento Hip Hop e seu público.

8 Uma mostra de homens e mulheres dançando break pode ser vista no vídeo I Mostra Nacional de Hip Hop produzido pelo Geledés Instituto da Mulher Negra.

9 COSTA, Tina. Op. cit.

machões arranhadas, já que elas ficam sempre de boca fechada, o que não é o caso das temíveis Mcs.

Numa conversa sobre relações afetivas no mundo *Hip Hop*, ouvimos de um *rapper*: “mina minha não fica falada”. Dentro dos intrincados códigos afetivos deles (quando lidos por uma pré-balzaquiana), fica falada a garota que já curtiu, ficou e/ou namorou muito. Nestes casos, rege a norma que os garotos as coloquem do jeito deles, o que significa mais ou menos deixar de frequentar os *points* dos *rappers*, sair apenas quando acompanhadas pelo macho para lugares discretos e com roupas também discretas, obviamente.

Na contenda *rappers x rappers*, as meninas viram-se obrigadas a reagir às letras machistas que vomitam coisas como a insólita loira burra, ou como os não menos insólitos trechos de outras músicas versando sobre prostitutas ou sobre modelos de revistas masculinas. A reação veio na discussão com os autores destas músicas e na sensibilização do público feminino para o absurdo de cantarem tais obras. As respostas dos dois setores *rappers* autores de músicas machistas e público feminino ainda não são satisfatórias. Ainda que haja alguns progressos relativos à produção masculina verificados numa retração do discurso machista face à crítica e à resistência das mulheres, as práticas cotidianas permanecem inalteradas. Por outro lado, as garotas são ainda muito refratárias ao posicionamento aberto de autodefesa, preservação e exigência de respeito por parte dos garotos. Algumas iniciativas como o Projeto Femini Rappers¹⁰ e o surgimento de

10 O Projeto Femini Rappers surgiu dentro do Projeto Rappers do Geledés Instituto da Mulher Negra, visando estimular as jovens negras a reflexão sobre gênero e raça e a produção de atitudes críticas em relação ao machismo e ao racismo.

novas cantoras com discurso feminista¹¹ têm proposto a mudança destes paradigmas.

Além dos conflitos vivenciados com os companheiros *rappers*, há também aqueles experimentados com os setores brancos da juventude brasileira, conflitos raciais e de classe. Muito se tem fotografado daquilo que se considera a juventude negra infratora: a angústia dos arrastões, o desespero dos divertimentos fatais; pouco se tem ouvido dos gritos ensurdecidamente dolorosos dessa população marginalizada, ou dos porta-vozes dessas dores. O próximo tópico é um exercício de audição.

Não somos *teens*, não fomos “caras pintadas”

O movimento pró-impeachment do presidente Fernando Collor em 1992 destacou a participação dos jovens no exercício de sua cidadania, como não se vira sequer no movimento das diretas, em 1984, ou na primeira eleição direta para a Presidência da República, em 1989. Mas, em meio a tantos rostos festivos felizes e bem alimentados, onde é que estavam as caras pretas? Será que como de hábito fomos simplesmente invisibilizados? Será que não nos identificamos com os caras pintadas por não sermos caras polidas?

Articulamos três tentativas de explicação para a ausência do maior setor da juventude brasileira no

11 Em finais de 1993 surgiu na cidade São Paulo o grupo feminista de rap Tese Real composto por três mulheres negras e uma branca. Elas têm se constituído numa espécie de ombudswomen do movimento Hip Hop. Gozam do poder da língua, são as paladinhas do feminismo, estão prontas para responder a qualquer ataque em qualquer hora e lugar, são poderosíssimas, os machos de plantão que se cuidem.

movimento pró-impeachment: 1) havia alguns(mas) negros(as) presentes, mas não foram focalizados(as), não eram o rosto *teen* que o olhar brasileiro europeizado procura; 2) as(os) jovens negras(os) de fato não estavam presentes, talvez estivessem nas periferias sem dinheiro para a condução, talvez estivessem se queimando como combustível da locomotiva do país, talvez estivessem surfando (nos trens), talvez estivessem morrendo, vítimas de balas perdidas ou de balas direcionadas; 3) talvez as(os) jovens negras(os) mais politizadas(os) tenham optado pela não participação nas manifestações pró-impeachment pelo menos pintando o rosto, afinal já trazemos talhadas na alma as marcas de guerras seculares de libertação. Provavelmente estas garotas e garotos tivessem também a consciência de que a discussão sobre a maioria penal travada à época (1992/93) tinha dois significados para os *teens*: os caras pintadas significavam a antecipação da carteira de motorista em dois anos, para os negros significava a ida para a cadeia mais cedo.

As entrevistadas são unânimes em não se definirem como caras pintadas e em não identificarem a juventude negra (politizada ou não) com aquele movimento protagonizado por universitários e secundaristas de classe média. Durante o primeiro ano do governo Collor, enquanto pais e mães abastados angustiavam-se com a necessidade de trocar a Escola privada dos filhos pela Escola pública de qualidade inferior, pais e mães negros preocupavam-se (e preocupam-se) em arranjar emprego para os filhos adolescentes que venha a somar no orçamento doméstico. “Não somos *teens*, portanto não fomos caras pintadas”. Vejamos as opiniões de nossas meninas sobre os caras pintadas.

Achei um negócio meio não sei, foi tudo uma burguesada, cadê a negrada? Cadê as caras pretas pintadas? E quando vê é tudo da USP, do Equipe, então foi mais um ibope pros brancos mesmo, tudo bem, foi legal o impeachment, foi uma marca boa, nós fomos lá, mas não apareceram nossas caras. Por que não fazer um trabalho que mostrasse todas as caras? Vamos colocar todas as caras (Regina).

Achei legal apesar deles não saberem o que estavam fazendo lá. Acho que faltou consciência política dos negros que estão na periferia e são a maioria, faltou a presença deles lá, porque aqueles playboys não sabiam o que estavam fazendo, eles estavam pulando carnaval, tavam gritando, tavam numa festa, não havia aula, não havia nada, tava tudo joia, todo mundo na rua, todo mundo aparecendo na televisão, só que eles não passam pelos problemas que o sistema lá de cima cria, o Collor era só uma parte. Eles não passam pelos problemas dos negros que não estavam lá, a vida deles é outra. Eles fazem passeata enquanto os pais pagam a escola deles e dão dinheiro pro refrigerante, sanduíche, água de coco e pras tintas do rosto. Não são aquele cara que mora na periferia bem distante, que trabalha, tem de pagar sua própria escola e ainda ajudar em casa (Laine).

Quase não vi os negros, não me sinto uma “cara pintada”, aquilo foi bonitinho, legal, mas não eram os pretos que estavam lá, eu vi muitos brancos e uma grande maioria da elite, eles tavam reivindicando porque todo mundo tava, pintaram a cara porque todo mundo pintou, era um espaço de paquera, de flerte com os belos olhos do Lindberg, eu pintei o rosto mas tirei na hora, porque não dava, mesmo com a pintura eu não me senti uma cara pintada (Chris).

O documento produzido pelas mulheres jovens na Prepcon de Mar del Plata afirma que as mulheres jovens têm dificuldade de falar sobre sua identidade própria pelo fato de não estarem acostumadas a trabalhar assumindo políticas próprias. Acresça-se a isso o fato de que o movimento feminista vem tendo uma prática adultocêntrica por não considerar características e situações comuns que condicionam a especificidade de ser mulher jovem e também a função desse segmento da sociedade.¹² Há que se abrir olhos e ouvidos para o que as garotas estão dizendo, garotas que, mesmo quando não se intitulam feministas, encaram como pressuposto da mulher moderna uma série de conquistas do feminismo, como pudemos ver em alguns trechos contraditórios das entrevistas.

O movimento *Hip Hop* floresce como os ipês. Às vezes, tão rápido que perdemos o tempo, o compasso, mas é um alento saber que há ipês que florescem no inverno. Lane, a feminina, lidera hoje o maior grupo de moças de *rap* da cidade de São Paulo, provavelmente do Brasil, a própria como vocalista, uma DJ, quatro backs vocais e duas dançarinas. Demanda do mercado. Mas o mercado continua tratando com desprezo as *rappers* e seu trabalho. Achamos que é questão de foro íntimo, mudança interna profunda que se expressa na nova composição do grupo.

O Femini Rappers tem forçado o surgimento de um *rapper* novo. As meninas vigiam diuturnamente a fala e a produção dos garotos, no interior do Projeto Rappers têm também uma produção própria que se afirma

¹² Documento del Grupo de Mujeres Jovenes Foro de Ongs de America Latina y El Caribe Hacia la Cumbre de Beijing de 1995, Mar del Plata, setembro de 1994, mimeo.

e conquista espaço. A despeito de os integrantes do Projeto Rappers terem decodificado e absorvido o que é o Geledés Instituto da Mulher Negra, uma organização criada e dirigida exclusivamente por mulheres negras que os recebeu de braços abertos tentando sensibilizá-los para as desigualdades de gênero e convencê-los de suas responsabilidades para superá-las,¹³ a fiscalização e o convívio com as *rappers* do Femini são fundamentais. Também os *rappers* que não participam do Projeto, incluindo-se aí os nacionalmente afamados, não têm mais coragem de decantar em versos as posturas machistas que ainda reproduzem no dia a dia. Resta ao público feminino compreender o que significa fazer coro a estes senhores no calor dos bailes, momento em que veiculam os antigos sucessos; o Femini não pode parar um instante.

E nós sem elas, nossas Neides Candolinas paulistanas? Sem elas perdemos uma das possibilidades de ressemantizar o feminismo nestas terras de Palmares onde gorjeiam tantos e diversos sabiás.

¹³ Qualquer pessoa que participe das manifestações do 8 de março na cidade de São Paulo de 1992 para cá terá a grata surpresa de encontrar vários jovens negros que ali estão por entenderem suas responsabilidades na superação das desigualdades.

>>>

Conceição Evaristo

(Belo Horizonte, MG, 1946)

Escritora. Doutora em Literatura Comparada, foi professora na rede pública do Rio de Janeiro. Militante do movimento negro, estreou na literatura em 1990, quando começou a publicar contos e poemas na série Cadernos Negros.

**VOZES-
MULHERES**

Do livro
*Poemas de
recordação
e outros
movimentos,*
de 2008

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.



Posfácio

Bianca Santana

Como já foi dito e repetido neste livro, nossos passos vêm de longe! Mulheres negras formulam, denunciam e reivindicam direitos por escrito desde o Brasil colônia. A circulação de textos escritos por essas mulheres tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Mas é urgente recuperar, organizar e publicizar textos produzidos por elas ao longo da história do Brasil. Uma possibilidade de adensar nossas raízes para que a luta das mulheres e o atual feminismo negro brasileiro se expandam com consistência e permanência.

Ao longo da história do Brasil, a maior parte das mulheres negras esteve condenada a posições de subalteridade e excluída de direitos, até o de ser alfabetizada. Ainda assim, pensadoras negras têm rompido o silenciamento histórico imposto pela condição de escravizadas, em um primeiro momento, e depois pelo colonialismo, o racismo, o sexismo, a desigualdade de classes.

Mas o conhecimento produzido por essas mulheres raramente está na educação escolar, nos livros mais vendidos, nos jornais de grande circulação. São as faces do epistemicídio, noção de Boaventura de Sousa Santos, retrabalhada por Sueli Carneiro:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência

cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. (CARNEIRO, 2005, p. 97)¹

Publicar, ler e estudar a produção intelectual de mulheres negras forja novas epistemologias, valorizando o conhecimento produzido por elas e também valorizando-as, individual e coletivamente, como sujeitos de conhecimento. Com este livro em mãos, mulheres negras terão a oportunidade de conhecer nosso protagonismo na formação do pensamento brasileiro e também poderão reconhecer em si mesmas, tendo estas páginas como espelho, intelectuais, pensadoras, produtoras de saber.

Retomar estes textos históricos também coloca a possibilidade de compreender características próprias da diáspora africana no Brasil, ampliando um referencial que não se limita às autoras norte-americanas. Além disso, dá a oportunidade, a pensadoras e pensadores não negros, de rever a formação do pensamento brasileiro a partir de perspectivas diversas, buscando reparar, ainda que parcialmente, os apagamentos de intelectuais brilhantes.

1 CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. f. Tese (Doutorado em Educação: Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 340, 2005.

Há ainda a esperança de um sentido terapêutico, de cura, na leitura destes textos. A psicanalista Jeanne Marie Gagnebin (2006) articula escritos de diversos autores ao afirmar como a memória pode contribuir com a elaboração de traumas e lutos:

[...] Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de iluminação [do alemão *Aufklärung*] — do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN, 2006, p. 105)²

Lembrar, a partir de cada um destes textos, permite elaborar a situação das mulheres negras ao longo dos três últimos séculos e compreender como esta situação se atualiza hoje, nos diferentes contextos regionais, locais e sociais.

A autora traz a leitura que Paul Ricoeur faz das propostas terapêuticas de Freud:

O contexto freudiano é clínico; são observações ligadas a técnicas terapêuticas a partir das observações práticas. Mas preciosas observações foram, diversas vezes, usadas para pensar também por analogia, processos coletivos: de memória, de esquecimento, de repetição [...]; processos, igualmente, de não-elaboração, de recusa ou de recalque coletivo: ‘repetições’, de negações e volta(s) violenta(s) do recalcado. (GAGNEBIN, 2006, p. 103-104)

2 GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.

Gagnebin traz as narrativas sobre o holocausto como exemplo da memória a serviço da elaboração simbólica do trauma. Podemos presumir, portanto, que os traumas da escravização e do racismo também possam ser trabalhados por meio da memória coletiva presente nestes textos. O passado, então, orienta a construção de uma memória que é do presente, a serviço do futuro.

Os escritos de mulheres negras e sua grande capacidade intelectual e combativa, em um cenário tão restritivo, de se constituírem como sujeitos e produzirem informações e conhecimento, permitem a existência de mais escritoras e intelectuais negras. A projeção pública que ganham escritoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo cria, no imaginário coletivo, um repertório de que mulheres negras são também escritoras, produtoras de informação, conhecimento e memória. Uma memória coletiva que não é só de mulheres negras. Mas que está sendo escrita, também, por mulheres negras.

Por fim, a seleção dos textos aqui reunidos é uma escolha, evidentemente, entre tantas outras possíveis. O desafio como organizadora foi minimizado graças à generosidade de pesquisadoras e militantes em partilhar seu olhar e acúmulo. Sueli Carneiro, das principais referências mundiais nos estudos de gênero e raça, e o professor Edson Cardoso, fundador e coordenador do Irohin – Comunicação e Memória Afro-brasileira, dedicaram tempo e atenção em discutir as primeiras versões do sumário deste livro e em partilharem dicas valiosas para que este fosse o resultado final.

O adjetivo “insurgente” do título foi sugestão da criatividade precisa de Sueli. Já “vozes”, como substituição da palavra “escrita”, foi resposta ao alerta de Edson

de que narrativas importantes de mulheres negras foram partilhadas oralmente ou cantadas em sambas; se a ideia era organizar uma coletânea que permitisse conhecer uma genealogia do pensamento de mulheres negras brasileiras, não fazia sentido desconsiderar a palavra falada ou cantada.

Pesquisas de Giovana Xavier, Miriam Alves, Luciana Martins Diogo, Bebel Nepomuceno, Eduardo de Assis Duarte, Zilá Nazareth Soares, Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil formaram as bases para o mapeamento de escritoras negras que preparei para a qualificação do doutoramento em Ciência da Informação, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação de Marco Antonio Almeida. O desejo de publicizar não apenas os nomes e histórias dessas mulheres – mas seus escritos – tomou-me de modo irreversível. Era necessário publicar uma coletânea desses textos. Algo como a obra *Feminismos negros: una antología*, organizada por Mercedes Jabardo e publicada pela editora espanhola Traficantes de Sueños. Procurei meu exemplar do livro espanhol na estante depois de um visita que fiz a Christiane Gomes em seu puerpério, quando concluímos que era mesmo urgente publicar nossos textos fundamentais em um único volume. Em honra das que vieram antes de nós, e para fortalecer aquelas que, no presente e no futuro, escrevem em busca de igualdade e justiça social.



Este livro foi composto em tipografias
Insurgent, Andes e Caslon.
Foi impresso em papel Pólen 80g/m² (miolo)
e Cartão 300g/m² (capa),
no inverno de dois mil e dezanove.

no Brasil, ampliando um referencial que não se limita às conhecidas autoras norte-americanas. Além disso, dá a oportunidade a pensadoras e pensadores negros e não negros de rever a formação do pensamento brasileiro a partir de mais perspectivas, buscando reparar, ainda que parcialmente, o apagamento de intelectuais brilhantes.

Aqui estão reunidas, em um único volume, vozes de mulheres que romperam com o silenciamento a elas imposto, primeiro pela condição de escravizadas, depois pelo colonialismo, o racismo, o sexismo, as discriminações e a desigualdade de classes. Lê-las é uma oportunidade de adensar raízes para que a luta das mulheres e o atual feminismo negro brasileiro se expandam com consistência e permanência, abrindo caminhos para mais descobertas, seleções e publicações.

Nestas páginas, buscamos honrar as que vieram antes, fortalecer mulheres negras deste tempo e colaborar com a escrita de um futuro de igualdade e justiça social. Por meio da leitura, insurgir.



>>> **Antonieta de Barros** > **Beatriz Nascimento** > **Benedita da Silva**
> **Carolina Maria de Jesus** > **Cida Bento** > **Cidinha da Silva**
> **Conceição Evaristo** > **Dona Ivone Lara** > **Elisa Lucinda**
> **Esperança Garcia** > **Eunice Cunha** > **Jovelina Pérola Negra**
> **Jurema Werneck** > **Laudelina de Campos Mello** > **Leci Brandão**
> **Lélia Gonzalez** > **Luíza Bairros** > **Mãe Stella de Oxóssi**
> **Maria de Lourdes Valle Nascimento** > **Maria Firmina dos Reis**
> **Matilde Ribeiro** > **Neusa Maria Pereira**
> **Nilma Bentes** > **Sueli Carneiro** >>>

“Em tempos de retrocesso histórico no país, quando temos a sensação de ainda estarmos em pleno século XVIII, considero um privilégio a Mazza Edições e a Fundação Rosa Luxemburgo, já no século XXI, publicarem essas vozes insurgentes de mulheres negras que, se poucos leram ontem, ressoarão muito mais hoje e, quiçá, amanhã.”

María Magarelo Rodrigues



ISBN 978-85-7160-720-0



9 788571 607200